



CAPES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da DN TCU nº 172/2018, e da Portaria TCU nº 369/2018.

Presidente
Anderson Ribeiro Correia

Diretor de Formação de Professores da
Educação Básica - Substituto
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor de Gestão
Anderson Lozi da Rocha

Diretor de Educação à Distância
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor de Programas e Bolsas no País
Zena Maria da Silva Martins

Diretor de Tecnologia da Informação
Sandro de Oliveira Araújo

Diretora de Avaliação
Sonia Nair Bao

Auditora-Chefe
Joquebede dos Santos Anteverere Silva

Diretora de Relações Internacionais
Concepta Margaret Mcmanus Pimentel

Procurador-Chefe
Guilherme Benages Alcântara

Lista de siglas e abreviações

APCN - Avaliação das Propostas de Cursos Novos

AUD - Auditoria Interna

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES/PrInt - Programa Institucional de Internacionalização

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTC - ES - Conselho Técnico Científico da Educação Superior

DAV - Diretoria de Avaliação

DEB - Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DED - Diretoria de Educação a Distância

DGES - Diretoria de Gestão

DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País

DRI - Diretoria de Relações Internacionais

DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

FAP - Fundação de Amparo à Pesquisa

FEPADS - Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente

IES - Instituição de Educação Superior

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC - Ministério da Educação

PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores

PDPI - Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa

PEI - Planejamento Estratégico Institucional

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNE - Plano Nacional de Educação

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PPA - Plano Plurianual

PROAP - Programa de Apoio à Pós-

Graduação

PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PROEB - Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica

PROEX - Programa de Excelência Acadêmica

PVNS - Programa Professor Visitante Nacional Sênior

RBPG - Revista Brasileira De Pós-Graduação

RP - Residência Pedagógica

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1. Mensagem do dirigente máximo da unidade	12
1.1 Missão institucional	13
1.2 Objetivos estratégicos	13
1.3 Prioridades da gestão	14
1.4 Principais resultados da gestão	14
1.5 Desafios e perspectivas	15
2. Visão geral, organizacional e ambiente externo	18
2.1 Missão e visão	19
2.2 Estrutura organizacional	20
2.3 Perfil dos dirigentes	21
2.4 Ambiente externo	24
2.5 Cadeia de valor	26
3. Planejamento estratégico e governança	29
3.1 Objetivos estratégicos	30
3.1.1 Modelo de governança	34
3.1.2 Atuação da unidade de auditoria interna	36
3.1.3 Empresa de auditoria independente	38
3.1.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	38
3.1.5 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	38
3.2 Comunicação com a sociedade	39
3.2.1 Canais de acesso do cidadão	39
3.2.2 Dados quantitativos	40
3.2.3 Serviços	42
4. Gestão de risco e controles internos	43
4.1 Riscos do eixo 1 - Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação	44
4.2 Riscos do eixo 2 - Bolsas e Fomento no País	46
4.3 Riscos do eixo 3 - Internacionalização da Pós-Graduação	49
4.4 Riscos do eixo 4 - Fomento à Educação Básica	51
4.5 Riscos que englobam todos os eixos	53
5. Resultados de Gestão	59
5.1 Eixo 1 - Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação	61
5.1.1 Resultados alcançados	62
5.1.2 Minter e Dinter e Turmas Fora de Sede como Mecanismo de Solidariedade	63
5.1.3 Avaliação das propostas de cursos novos - APCN	63
5.1.4 Aprimoramento dos instrumentos de avaliação	65
5.1.5 Atualização de normativos	65
5.1.6 Atualização dos instrumentos de avaliação	66
5.1.7 Plataforma Sucupira	67
5.1.8 Perspectivas	68
5.1.9 Desafios	69
5.2 Eixo 2 - Bolsas e Fomento no País	69

5.2.1 Resultados da gestão	69
5.2.1.1 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 1 e 6 do PEI 2011	70
5.2.1.2 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 4 e 8 do PEI 2011	73
5.2.1.3 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 2, 7 e 17 do PEI 2011	75
5.2.1.4 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 5, 14, 15 e 18 do PEI 2011	78
5.2.1.5 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento do Objetivo Estratégico 16 do PEI 2011	80
5.2.2 Perspectivas e desafios	82
5.3 Eixo 3 - Internacionalização da Pós-Graduação	82
5.3.1 Cenário onde a DRI está inserida	83
5.3.2 Desempenho alcançado no período	83
5.3.3 Destaque	84
5.3.4 Perspectivas futuras	85
5.4 Eixo 4 - Fomento à Educação Básica	86
5.4.1 Resultados	86
5.4.1.1 Objetivo 1008	90
5.4.1.2 Objetivo 1010	91
5.4.1.3 Iniciativas não individualizadas	92
6. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	94
6.1 Gestão orçamentaria e financeira	97
6.2 Gestão de pessoas	98
6.2.1 Conformidade legal	98
6.2.2 Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício	99
6.2.3 Estratégia de Recrutamento e alocação de pessoas	102
6.2.4 Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição	102
6.2.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC	103
6.2.6 Capacitação: Estratégia e números	109
6.3 Gestão de licitação e contratos	105
6.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	113
6.5 Gestão da Tecnologia de Informação	114
6.6 Gestão de Custos	116
6.6.1. Conformidade legal	121
6.6.2 Modelo de governança de TI	122
6.6.3 Montante de recursos aplicados em TI	125
6.6.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI	127
6.6.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI	127
6.6.6 Descrição dos projetos de TI em andamento e alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI	128
6.6.7. Segurança da informação	129
6.6.9. Principais desafios e ações futuras	131
6.7 Sustentabilidade ambiental	133
8. Outras Informações relevantes	134
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	135
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	144
Anexo I	146
Anexo II	157
Apêndice I	171
Apêndice II	192
Apêndice III	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Visualizações e visitantes no Portal da CAPES (2018)	40
Tabela 2	Manifestações das Redes Sociais (2018)	40
Tabela 3	Marketing de relacionamento e atividade parlamentar	40
Tabela 4	Demandas e-SIC/CAPES por unidade (2018)	42
Tabela 5	Manifestações no e-OUV/CAPES por unidade	42
Tabela 6	Manifestações no e-OUV/CAPES por categoria	42
Tabela 7	Painel 548 - Indicados	88
Tabela 8	Alcance das Metas Quantitativas do Objetivo 1008	89
Tabela 9	Dados referentes a meta 0414	92
Tabela 10	Consumo de energia elétrica e água	96
Tabela 11	Força de trabalho da TI	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Oportunidades e desafios para a CAPES (2018)	25
Quadro 2	Objetivos e iniciativas estratégicas da CAPES (2018)	32
Quadro 3	Normas, orientação e normativos	36
Quadro 4	Risco Operacional e Estratégico	52
Quadro 5	Objetivos Estratégicos	56
Quadro 6	Gestão de riscos para a gestão de pessoas	57
Quadro 7	Gestão de riscos Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	57
Quadro 8	Gestão de Riscos para a gestão de contratos	58
Quadro 9	Eixo de atuação: Bolsas e fomento no país	70
Quadro 10	Compatibilização entre os Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico 2011 e os Objetivos 1008 e 1010 do PPA-2016-2019 para o Eixo Fomento à Educação Básica	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagnóstico Institucional da CAPES	16
Figura 2	Linhas de Ação da CAPES	19
Figura 3	Estrutura Organizacional da CAPES	20
Figura 4	Proposta de Cadeia de Valor	26
Figura 5	Mapa estratégico da CAPES	31
Figura 6	Modelo de Governança da CAPES	35
Figura 7	Força de trabalho da Auditoria Interna	36
Figura 8	Estratégia de Atuação da Auditoria Interna	37
Figura 9	Riscos e Objetivos (2018)	44
Figura 10	Riscos e ações (DAV)	45
Figura 11	Riscos e medidas adotadas (DPB)	48
Figura 12	Riscos e objetivos estratégicos (DRI)	50
Figura 13	Riscos e objetivos estratégicos	53
figura 14	Riscos e ações (DTI)	55
Figura 15	Diagnóstico Institucional da CAPES	60
Figura 16	Ações da diretoria de avaliação e objetivos estratégicos da CAPES	61
Figura 17	Grupos de trabalho (DAV - 2018)	66
Figura 18	Plataforma Sucupira	67
Figura 19	Projetos de gestão de informações e conhecimentos	68
Figura 20	Recursos de custeio investido nos PPG em 2018	72
Figura 21	Faixas de investimento	75
Figura 22	Apoio INCT	76
Figura 23	Recursos investidos pela CAPES em 2018	77
Figura 24	Recursos investidos pela CAPES em 2018 em parceria com outros órgãos	78
Figura 25	Recursos investidos em 2018 visando expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional	81
Figura 26	Desempenho alcançado DRI	83
Figura 27	Implementação de bolsas	84
Figura 28	Perspectivas futuras (DRI)	85
Figura 29	Fomento a educação básica	86
Figura 30	Processos realizados e finalizados em 2018	106
Figura 31	Governança de TIC	114
Figura 32	Práticas de gestão de TIC	115
Figura 33	Estações de trabalho	118

Figura 34	Terminais VOIP	118
Figura 35	Servidores físicos e virtuais	118
Figura 36	Armazenamento de PetaByte	119
Figura 37	Número de notebooks	119
Figura 38	Quantidade de acessos ao site da CAPES	119
Figura 39	Quantidade de downloads	119
Figura 40	Números CAPES	120
Figura 41	Economicidade nas contratações	121
Figura 42	Reestruturação Governança de TIC CAPES	123
Figura 43	Áreas de foco da TI	123
Figura 44	Números CAPES	124
Figura 45	Iniciativas de destaque 2018	127
Figura 46	Mapa Estratégico	129
Figura 47	Segurança da informação	130
Figura 48	Desafios e ações futuras	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Casos de dano	38
Gráfico 2	Número de atendimentos sala/SIC CAPES (2018)	41
Gráfico 3	Resultado da pesquisa de satisfação dos atendimentos CAPES (2018)	41
Gráfico 4	Impacto e probabilidade (DAV)	45
Gráfico 5	Impacto e probabilidade (DPB)	47
Gráfico 6	Impacto e probabilidade (DRI)	50
Gráfico 7	Impacto e probabilidade (DTI)	54
Gráfico 8	Evolução de número de programas, matriculados e titulados do SNPG	62
Gráfico 9	Propostas de cursos novos (APCN)	64
Gráfico 10	Bolsas concedidas, por modalidade em 2018	71
Gráfico 11	Evolução da concessão de bolsas de doutorado de 2014 e 2018	71
Gráfico 12	Distribuição regional dos bolsistas de doutorado do Dinter e Prodoutoral em 2018	74
Gráfico 13	Número de bolsas por modalidade de programa	84

Gráfico 14	Distribuição de servidores por faixa salarial	99
Gráfico 15	Distribuição de servidores por gênero	100
Gráfico 16	Distribuição de servidores por deficiência	100
Gráfico 17	Distribuição de servidores por etnia	100
Gráfico 18	Distribuição de servidores por faixa etária	100
Gráfico 19	Distribuição de servidores por situação funcional	101
Gráfico 20	Distribuição de servidores por carreira	101
Gráfico 21	Distribuição de servidores por área UORG	101
Gráfico 22	Detalhamento de despesa de pessoal	102
Gráfico 23	Contratação por inexigibilidade	106
Gráfico 24	Economia na contratação	107
Gráfico 25	Economia na contratação	108
Gráfico 26	Força de trabalho	116
Gráfico 27	Colaboradores DTI	116
Gráfico 28	Ações PDTIC 2017-2019	124
Gráfico 29	Ações PDTIC 2017-2019	125
Gráfico 30	Montantes de recursos aplicados	126
Gráfico 31	Capacitações	126
Gráfico 32	Ações em alinhamento ao planejamento estratégico	129



Mensagem do Dirigente
Máximo da unidade

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

1.1. MISSÃO INSTITUCIONAL

Em 2018, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) deu continuidade às suas ações de fomento, buscando promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos que norteiam as ações da CAPES, de acordo com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) de 2011, em consonância com Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, são:

- 1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;**
- 2. Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;**
- 3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;**
- 4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;**
- 5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento;**
- 6. Expandir o fomento a programas de pós-graduação;**
- 7. Estimular e induzir a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas;**
- 8. Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado;**
- 9. Promover a inserção internacional da educação superior;**
- 10. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;**
- 11. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;**
- 12. Ampliar a cooperação internacional na área e formação de professores e profissionais da educação básica;**

13. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica;
14. Estimular e induzir a articulação da Academia com o setor empresarial;
15. Promover maior articulação inter e intragovernamental;
16. Expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional;
17. Promover a formação de redes de conhecimento; e
18. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

1.3. PRIORIDADES DA GESTÃO

Nesse sentido, as prioridades em relação a bolsas e fomento no país envolveram, além da manutenção das principais ações voltadas para o Sistema Nacional de Pós-Graduação. A indução de ações de apoio à pesquisa e à pós-graduação para atender políticas específicas, estratégicas e emergenciais, como os acordos com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP) e com empresas, organizações sociais e ICT em ações voltadas para a inovação; como os lançamentos de editais em parcerias com Ministérios e agências federais e estaduais (Combate ao vírus Zika, Recuperação da Bacia do Rio Doce, Pró-Defesa, entre outros); e ainda com as ações para redução das assimetrias regionais.

1.4. PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO

Sobre a internacionalização da pós-graduação, as principais metas foram a renegociação de antigos acordos de cooperação internacional, a celebração de novas parcerias e convênios e o lançamento do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES/PrInt), o qual promove a internacionalização da pós-graduação stricto sensu em nível nacional e altera a sistemática da cooperação da CAPES com as universidades nacionais.

Acerca da importante missão de garantir a qualidade dos programas de pós-graduação brasileiro, formados por cursos de mestrado e/ou doutorado, nas modalidades profissional e acadêmica, em 2018 a CAPES recebeu 1.338 propostas de cursos novos, referentes aos ciclos de 2017/2018. Devido à expansão e modernização do SNPG, a CAPES continua focada

no aperfeiçoamento do processo avaliativo e na evolução dos sistemas de informação da pós-graduação, como a Plataforma Sucupira, que está sendo transformada em uma ferramenta de gestão para a comunidade acadêmica.

No âmbito da formação de Profissionais para a educação básica, no ano de 2018, destacam-se os lançamentos de editais do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (RP), além da atualização e expansão da Plataforma Freire, cuja função passa a ser reunir os currículos de profissionais da educação básica e alunos das licenciaturas, ser um sistema para gestão dos programas de formação de professores da educação básica, integrar as secretarias de educação com as instituições de ensino e oportunizar aos profissionais do magistério da educação básica a socialização de suas produções técnicas e acadêmicas, fomentando a visibilidade desses profissionais e sua conexão com a comunidade acadêmica.

No segmento a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa do Governo Federal cujo objetivo é subsidiar e promover a capacitação na modalidade à distância, lançou um novo edital que beneficiará 100 mil pessoas,

Por fim, ressalta-se no exercício, a continuidade do Portal de Periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a mais de 400 instituições de ensino e pesquisa no Brasil um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional.

1.5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No ano de 2018, dentre os desafios enfrentados pela CAPES destacam-se as eleições e a restrição orçamentária, devido à crise fiscal. Quanto ao período eleitoral, vivenciou-se a insegurança dos mercados e da economia, o que afetou o valor do real frente ao valor das demais moedas com impacto no valor pago nos contratos internacionais e nas bolsas dos programas de fomento no exterior. Por sua vez, a diminuição do orçamento da CAPES em 2018, quando comparado ao ano anterior, exigiu esforços para a manutenção das atividades finalísticas da Fundação.

Na perspectiva para os próximos anos, visa-se a atualização do planejamento estratégico da CAPES, para, por meio de um diagnóstico institucional, rever as estratégias de atuação para adequar-se ao mercado atual e fortalecer ainda mais as ações empreendidas, visando ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência, e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.



Figura 1

* As Bolsas de Fomento no País não incluem as ações voltadas à educação básica, as quais estão relacionadas no eixo Fomento à Educação Básica.



**Anderson Ribeiro Correia - Presidente da CAPES
2019**

(Foto: Haydée Soares - CCS/CAPES)

Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

The background is a deep blue gradient. It features a complex network of thin, light blue lines connecting small, glowing blue dots, resembling a star map or a data network. In the lower half of the image, there is a pattern of larger, semi-transparent blue diamond shapes arranged in a grid-like fashion, creating a sense of depth and structure.

A CAPES, fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação do sistema de pós-graduação nacional *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e este, por sua vez, na formação de quadro qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. A partir de 2007, passou também a atuar na formação de profissionais da educação básica. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:



Figura 2

2.1. MISSÃO E VISÃO

Missão: Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Visão: Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Orgãos de assistência direta e imediata ao Presidente
- Orgãos seccionais
- Orgãos específicos singulares
- Orgãos colegiados



Figura 3

2.3. PERFIL DOS DIRIGENTES

Presidência: Representar a CAPES na qualidade de dirigente.



Presidente: Anderson Ribeiro Correia - de 17/01/2019 até o presente momento.

Perfil: Professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e pesquisador do CNPq, tem atuação com assessor ad-hoc junto a CAPES, FAPESP e CNPq. É editor associado da Revista Transportes e revisor de diversos periódicos nacionais e internacionais. É membro de comitês do Transportation Research Board – USA e membro do Conselho Deliberativo da ANPET. Trabalhou na McLane Logistics do Brasil, como Gerente de Operações. Atuou como Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e foi Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Transporte Aéreo. Já atuou como Pró-reitor de Pesquisa e Relacionamento Institucional do ITA e como Reitor do ITA.

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB: Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.



Diretora: Zena Martins - de 31/01/2019 até o presente momento.

Perfil: Gestora pública com experiência na área de Educação, e em especial em Política Pública e Gestão Pública. Atuou no Ministério da Educação (MEC) e na CAPES, com destaques para os cargos de Gerente do Programa de Demanda Social, de Coordenadora de Desenvolvimento Setorial, de Coordenadora do Programa PROEXT/SESU, de Coordenadora de Candidaturas a Bolsas e Auxílios no Exterior, de Coordenadora Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional e de Assessora da Presidência da CAPES.

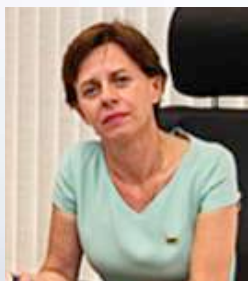
Diretoria de Relações Internacionais – DRI: Conceder bolsas de estudos para o exterior e fomentar projetos em cooperação com outros países.



Diretora: Concepta Margaret McManus Pimentel - de 25/04/2016 até o presente momento.

Perfil: Professora Titular da Universidade de Brasília, atua como membro do conselho do International Institute For Applied Systems Analysis (Austria). Tem atuado como consultora para o Food and Agricultural Organization of the United Nations e Basque Center for Climate Change no exterior, para o Ministério da Agricultura e para a FAPDF, além de participar de projetos em conjunto com pesquisadores na USDA (Estados Unidos), Agricultural Research Council da África do Sul e INRA da França. Participou como avaliadora do programa Mission 2018 do MIT (Massachusetts Institute of Technology), e do Comitê Técnico do Macroprograma 2 da EMBRAPA, além dos Programa de Aceleração (PAC) e Monsanto/EMBRAPA. É Membro da Academia Brasileira de Ciências e Comendador da Ordem Nacional de Mérito Científico.

Diretoria de Avaliação – DAV: Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.



Diretora: Sonia Nair Bão - de 15/05/2018 até o presente momento.

Perfil: Professora Titular da Universidade de Brasília, já atuou na vice direção (2002-2006) e na direção (2006-2012) do Instituto de Ciências Biológicas e também como vice-reitora (2012-2016) da universidade. Na Sociedade Brasileira de Microscopia e Microanálise (SBMM) atuou como Tesoureira (1993-1995), Vice-Presidente (2007-2009) e Presidente (2011-2014). Atuou também como membro do Comitê Interamericano de Sociedades de Microscopia (CIASEM) entre 2011-2013. Possui atuação junto a FINEP, como consultora, desde 2003, e junto a FAPDF, como consultora, desde 2004, e como membro do respectivo Conselho Superior no período de 2004-2007. Atua como revisor de mais de 15 periódicos científicos, maioria internacional, e atuou como membro do Conselho superior da CAPES antes de assumir a Diretoria de Avaliação.

Diretoria de Educação à Distância – DED: Fomentar a Educação a Distância e mestrados profissionais para formação de professores da educação básica.

Diretor: Carlos Cezar Modernel Lenuzza - de 02/09/2016 até o presente momento.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB: Promover a excelência na formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais do magistério da educação básica.



Diretor (substituto): Carlos Cezar Modernel Lenuzza - de 03/11/2017 até o presente momento.

Perfil: Especialista em Advocacia Pública, atuou como conselheiro do Conselho Estadual de Educação do RS (1997-2002), como Diretor Executivo da área de Educação a Distância da Universidade Luterana do Brasil. É membro titular do Fórum Nacional de Educação – FNE e do Conselho Superior da Educação Básica. Atua ainda como membro do conselho fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, CEEE D, Brasil e Vice-presidente da Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa.



Diretoria de Gestão – DGES: Gerir administrativamente a CAPES.

Diretor: Anderson Lozi da Rocha - de 09/08/2016 até o presente momento.

Perfil: Atuou como Assessor da Subsecretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; Coordenador de Temas de Infraestrutura; Coordenador de Elaboração e Revisão do Plano Plurianual (PPA) e Coordenador-Geral de Sistemas de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e como Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI (2015-2016).



Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI: Gerir a tecnologia de informação da CAPES.

Diretor: Sandro de Oliveira Araújo - de 09/08/2016 até o presente momento.

Perfil: Servidor do Poder Judiciário da União, com ampla experiência em tecnologia da informação. Atuou como Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, e como gerente de infraestrutura no Ministério da Defesa.

2.4. AMBIENTE EXTERNO

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo SNPG, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parceira com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira, competência esta atribuída pelo Decreto nº 8.977/2017, Anexo I, Art. 2, §1º: “No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos deste nível, nas modalidades presencial e a distância (...)”.

Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Nesse caso, a CAPES fomenta a pós-graduação através da concessão de bolsas, fomento a editais estratégicos, consoante com o Decreto nº 8.977/2017,

Anexo I, Art. 2, §1º: "(...) e estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento à demanda dos setores público e privado (...)".

Ainda no mercado nacional, a CAPES busca induzir e fomentar, diretamente e em regime de colaboração com Estados e Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica (Decreto nº 8.977/2017, Anexo I, Art. 2, §2º).

Já no âmbito internacional, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo desta parceria é a troca de experiência entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras e também a promoção da internacionalização da pós-graduação em nível nacional. Para isso, a CAPES concede bolsas para docentes estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, assim como concede bolsas para discente da pós-graduação estudarem no exterior.

O quadro abaixo apresenta as oportunidades e ameaças dos cenários nacional e internacional, vinculadas aos objetivos da Fundação.

	Oportunidades	Ameaças
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização da sociedade sobre a necessidade da melhoria da qualidade da educação; - Maior reconhecimento da CAPES pela população em geral em razão da interiorização dos programas de educação básica a distância; - Reconhecimento da CAPES pelo governo e sociedade como um órgão estratégico e inovador; - Possibilidade da CAPES se tornar referência no processo de formação de docentes para todos os níveis de ensino; - Potencial de crescimento dos programas de pós-graduação em regiões e áreas estratégicas; - Apoio e compromisso dos principais stakeholders com a política e programas da CAPES; - Intercâmbio/articulação com as secretarias de educação e órgãos estaduais e municipais de educação (Sistema de Ensino); - Interiorização da educação via UAB; - Aprimoramento do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento das atividades da CAPES por grande parte da sociedade; - Sobreposição e/ou falta de clareza das atribuições em educação entre a CAPES e determinadas áreas do MEC; - Inadequação da legislação referente aos marcos regulatórios necessários à atuação da CAPES; - Falta de articulação entre oferta e demanda de recursos humanos (articulação entre a academia e o mercado); - Desequilíbrio entre a formação induzida X demanda espontânea; - Possibilidade de esgotamento do atual modelo de avaliação e de fomento devido à expansão dos cursos de pós-graduação; - Possibilidade de cortes orçamentários; - Descontinuidade de programas; - Fragmentação e fragilidade das políticas educacionais, principalmente nos estados e municípios.
Internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Atual posição do Brasil diante do cenário científico internacional, possibilitando a projeção da ciência brasileira; - Possibilidade de parcerias com instituições com experiência em avaliação educacional; - Internacionalização da pós-graduação por intermédio de acordos internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade na política de investimento da educação; - Ausência de controle da qualidade dos acordos internacionais firmados por terceiros; - Revalidação irregular dos diplomas de pós-graduação obtidos no exterior.

Quadro 1

2.5. CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor apresentada a seguir tem como base tanto retratar os processos que são realizados atualmente quanto aqueles que deveriam ser executados para garantir a excelência na entrega da proposta de valor: **Fortalecimento das instituições formadoras de Recursos Humanos de Alto Nível**, considerando os dois focos de atuação definidos: **Docentes e Discentes do Ensino Superior e do SNPG e Profissionais da Educação Básica**.

A estrutura desta Cadeia de Valor é composta de 4 (quatro) macroprocessos: Definição das Diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de Recursos Humanos de Alto Nível, Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e a Formação de Profissionais da Educação Básica e Gestão e Suporte.

CADEIA DE VALOR

DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE ALTO NÍVEL

AValiação de Necessidades e Formulação de Diretrizes

Desenvolver políticas e diretrizes para desenvolvimento da pós-graduação (PNPG)

Desenvolver diretrizes para formação inicial e continuada de profissionais da educação básica

Avaliar necessidades emergenciais de desenvolvimento de recursos de alto nível

Definição de Prioridades de Ação, Monitoramento e Avaliação de Resultados

Definir prioridades de ação para desenvolvimento de recursos de alto nível

Monitorar e avaliar resultados da pós-graduação

Monitorar e avaliar resultados da formação de profissionais da educação básica

DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE ALTO NÍVEL

ORIENTAÇÃO AO SNPG

Elaborar e divulgar normativos orientados ao SNPG

Prover informações e orientar organização de PPGS

Apoiar gestão das áreas do conhecimento

AValiação de PPGS

Avaliar propostas de cursos novos

Avaliar periodicamente PPGS recomendados

Gerir informações do sistema nacional de pós-graduação

Apoiar gestão dos PPGS

Figura 4

GESTÃO ESTRATÉGICA DO FOMENTO

Prospectar e firmar parcerias estratégicas

Gerir relacionamento com instituições parceiras

Gerir e avaliar linhas e programas de fomento

CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO

Elaborar e divulgar regulamentos para fomento

Prover informações e orientar utilização das linhas e programas de fomento

Selecionar projetos participantes

Formalizar beneficiários do programa

ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE FOMENTO

Prestar atendimento para bolsistas e instituições

Gerar folhas de pagamento de bolsas e auxílios

Monitorar execução de bolsas e auxílios

Gerir ocorrências das bolsas e auxílios

Gerir pólos da UAB

ACESSO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E CIENTÍFICO

Gerir objetos educacionais

Gerir portais voltados à disseminação de conhecimento científico

Gerir fomento às revistas e eventos voltados à disseminação de conhecimento científico

VALOR:

Fortalecimento das instituições formadoras de Recursos Humanos de Alto Nível

FOCO:

Docentes e Discentes do Ensino Superior e do SNPG

Profissionais da Educação Básica

GESTÃO E CONTROLE INSTITUCIONAL

Gerar políticas e normativos

Prestar contas ao governo e à sociedade

Prestar suporte à realização de auditorias externas

Gerir controle interno e riscos operacionais

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Gerir comunicação externa e imagem institucional

Gerir comunicação interna

ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Administrar suprimentos, serviços e materiais

Administrar patrimônio

Gerir aquisições e contratações

Gerenciar contratos de bens e serviços

Gerir obras de engenharia predial e reformas

Gerir documentos e fluxo de informação

Coordenar a realização de eventos

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Desenvolver, desdobrar e monitorar a estratégia

Gerir portfólio de projetos

Gerir desempenho de processos

Gerir inovação institucional

Gerir informação e conhecimento

OPERAÇÃO DE FOMENTO

Gerir prestação de contas de pagamento de bolsa/auxílio

Realizar cobrança

GESTÃO DE PESSOAS

Gerir desenvolvimento e educação corporativa

Gerir provimento, mobilidade e desligamento de servidor

Gerir folha de pagamento, direitos e benefícios

Gerir carreiras, cargos e funções

Promover avaliação de desempenho e a gestão de competência

Gerir saúde e segurança ocupacional

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Elaborar programação orçamentária e financeira anual

Gerir execução orçamentária e financeira

Gerir contabilidade

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Prover gestão, governança e conformidade de TIC

Gerir atendimento de TIC

Desenvolver e sustentar sistemas

Implementar e sustentar infraestrutura

Gerir segurança da informação e comunicação

Disponibilizar informações

Gerir suporte à TIC



Planejamento Estratégico e Governança

3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos que norteiam as ações da CAPES, de acordo com o PEI de 2011, são:

1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
2. Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento;
6. Expandir o fomento a programas de pós-graduação;
7. Estimular e induzir a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas;
8. Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado;
9. Promover a inserção internacional da educação superior;
10. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;
11. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;
12. Ampliar a cooperação internacional na área e formação de professores e profissionais da educação básica;
13. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica;
14. Estimular e induzir a articulação da Academia com o setor empresarial;
15. Promover maior articulação inter e intragovernamental;
16. Expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional;
17. Promover a formação de redes de conhecimento; e
18. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

Os cinco primeiros objetivos do PEI estão diretamente relacionados à perspectiva da sociedade, e os objetivos estratégicos nas perspectivas dos beneficiários e processos foram agrupados em áreas de resultados e temas estratégicos, conforme o mapa estratégico abaixo:

Visão: Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora

Missão: Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

SOCIEDADE

Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação

Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico

Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades

Contribuir para a redução das assimetrias regionais

Contribuir para as políticas de desenvolvimento

BENEFICIÁRIOS

Pós-Graduação

Expandir o fomento a programas de Pós-Graduação

Estimular e induzir a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas

Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado

Promover a inserção internacional da Educação Superior brasileira

Educação Básica

Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica

Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado

Ampliar a cooperação internacional da área de formação de professores e profissionais da educação básica

Articulação e Integração

Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a Educação Básica

Estimular e induzir a articulação da Academia com o setor empresarial

Promover maior articulação inter e intragovernamental

Pesquisa e Conhecimento

Expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional

Promover a formação de redes de conhecimento

Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público

PROCESSOS INTERNOS

Modernização

Estruturar a gestão do conhecimento e a disseminação de boas práticas no âmbito da UAB e do PARFOR

Revisar e padronizar os processos de trabalho de compras, convênios, pagamentos, prestação de contas, análise de mérito e concessão de bolsas e auxílios

Aprimorar o modelo de avaliação enfatizando os resultados

Implantar a carta de serviços da CAPES

Implantar a área e os processos de planejamento, monitoramento e avaliação

Qualidade e eficiência

Otimizar custos

Reduzir prazo de concessão e atendimento/pagamento

Comunicação e Transparência

Desenvolver e implementar plano estratégico de Comunicação e divulgação para toda a sociedade

Criar o glossário CAPES (Wiki-CAPES)

APRENDIZAGEM & CRESCIMENTO

Fomentar e desenvolver talentos internos

Desenvolver competências gerenciais

Promover uma cultura de inovação e aprendizagem contínua

Construir um clima organizacional estimulante e produtivo

Promover a ocupação de cargos gerenciais em bases meritocráticas

Alinhar a Tecnologia da Informação à estratégia da CAPES

Como o mapa é referente ao ano de 2011, há objetivos que foram totalmente contemplados e outros que foram parcialmente contemplados. As estratégias estabelecidas para alcançá-los foram desenvolvidas a partir dos objetivos constantes do mapa estratégico e metas institucionais, e estão expostas na tabela abaixo, de acordo com os objetivos estratégicos na perspectiva dos seus beneficiários:

Objetivo Estratégico	Iniciativa estratégica
Expandir o fomento a programas de pós-graduação	Definir o orçamento global da CAPES para o exercício seguinte
Estimular e induzir a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas	Atuar nas áreas estratégicas definidas pelo PNPG.
Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado	Apoiar a criação de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado.
Promover a inserção internacional da educação superior	Propiciar maior visibilidade à produção acadêmica e científica brasileira no cenário internacional; Reformular e ampliar a política de relações internacionais da CAPES; Otimizar, em parceria com a DGES, os processos de gerenciamento dos programas da DRI.
Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica	Rever as bases normativas da área de educação básica na CAPES; Consolidar e expandir o Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência; Consolidar os Programas de Valorização do Magistério.
Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado	Consolidar o Parfor presencial; Institucionalizar a oferta de educação à distância pública via UAB.
Ampliar a cooperação internacional na área e formação de professores e profissionais da educação básica	Promover iniciativas multidisciplinares e transversais visando maior alinhamento entre os macros processos da CAPES.

Quadro 2

Objetivo Estratégico	Iniciativa estratégica
Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a Educação Básica	Promover iniciativas multidisciplinares e transversais visando maior alinhamento entre os macros processos da CAPES.
Estimular e induzir a articulação da Academia com o setor empresarial	Estimular a aproximação da Academia com setor empresarial.
Promover maior articulação inter e intragovernamental	Implementar parcerias estratégia com órgãos governamentais.
Expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional	Expandir e disseminar o Portal de Periódicos.
Promover a formação de redes de conhecimento	Criar Redes de Pesquisa e Conhecimento.
Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público	Atuar nas áreas estratégicas definidas pelo PNPG.

Os objetivos estratégicos do PEI vão ao encontro dos objetivos 1008, 1010 e 1011 do PPA 2016-2019 e das metas 12 a 16 do PNE 2014-2024, os quais a CAPES contribui para o seu alcance e estão relacionados a seguir:

Objetivos do PPA:

1008: Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

1010: Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

1011: Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Metas do PNE:

- 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
- 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.
- 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.
- 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- 16:** Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

3.1.1. Modelo de governança

A figura a seguir apresenta o modelo de governança com a descrição das estruturas de governança da CAPES:

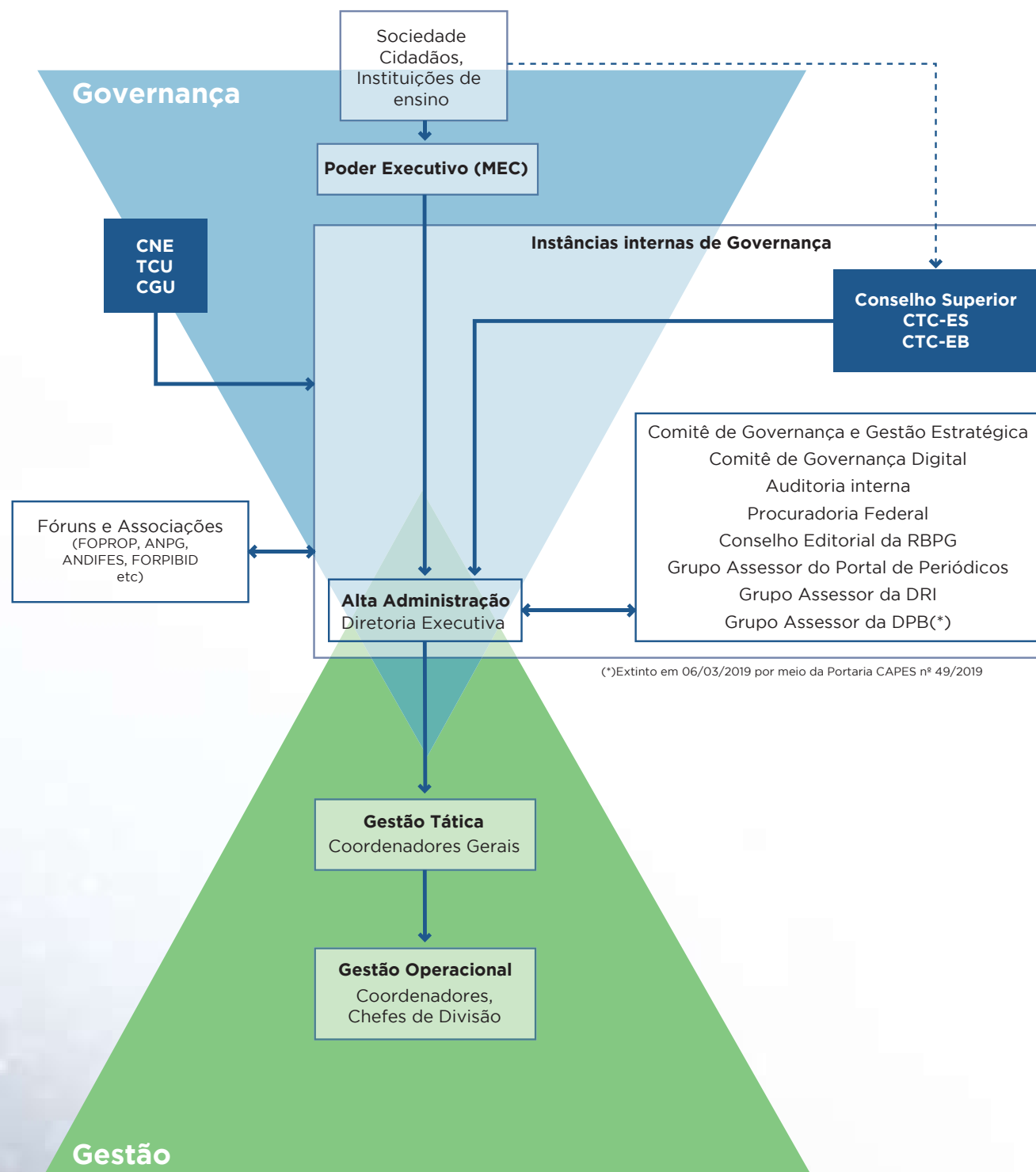


Figura 6

3.1.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna (AUD) está vinculada administrativamente ao Conselho Superior da CAPES, de acordo com os ditames do parágrafo único do art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017. Não houve readequações na estrutura organizacional da AUD/CAPES.

A unidade de auditoria interna observa integral e estritamente as normas e orientações técnicas e normativas editadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, e pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União – CGU.

Internacional	Nacional	Interno
<ul style="list-style-type: none"> • IPPF - Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework) atualizado em julho/2015 - Instituto dos Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors) 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.180/2001 - Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal • Instrução Normativa CGU nº 03/2017 - Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal • Instrução Normativa CGU nº 08/2017 - Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna do Poder Executivo Federal • Instrução Normativa GCU nº 04/2018 - Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna do Poder Executivo Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 8.977/2017, art. 8º, Anexo I - Atividades da Auditoria Interna no Estatuto da CAPES • Portaria nº 20, de 16/03/2015 - Código de Ética da Auditoria Interna • Portaria nº 63, de 12/05/2015 - Veda a participação de servidores da Auditoria Interna em atividades características de gestão • Portaria nº 105, de 25/05/2017 - Regimento Interno da CAPES • Portaria nº 220, de 27/09/2018 - Estatuto da Auditoria Interna

Quadro 3

Força de trabalho

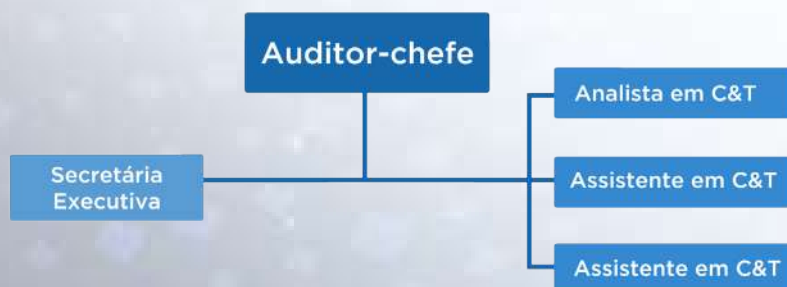


Figura 7

A aprovação da indicação do Auditor-Chefe, nos termos do inciso VIII do art. 19 do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017, compete ao Conselho Superior da CAPES. A escolha é submetida à Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15, d o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e, ainda, de acordo com a Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017.

Estratégia de Atuação



Figura 8

Planejamento: a unidade estabelece um Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT baseado em riscos, realiza levantamentos preliminares de riscos e controles existentes, estabelece o objetivo da auditoria e delimita o escopo.

Execução: a equipe de auditoria realiza as análises e testes previstos no planejamento.

Comunicação dos resultados: a AUD encaminha os relatórios finais às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, destacando as recomendações contidas nos referidos relatórios. Tais recomendações, se adotadas, podem fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e, ainda, incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias desta Instituição. A AUD, em obediência ao art. 12 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, informa à Controladoria-Geral da União a finalização da atividade de auditoria realizada no âmbito da CAPES.

Monitoramento: As áreas auditadas, após 30 dias do recebimento do relatório final, são questionadas pela AUD quanto à implementação das recomendações contidas nos relatórios. O Gabinete da Presidência da CAPES recebe cópia do expediente encaminhado à área auditada acerca do questionamento sobre o atendimento às recomendações da AUD/CAPES.

Caso a área auditada informe que não houve a implementação de recomendação da AUD, de acordo com o caso concreto, a AUD/

CAPES solicitará reunião com o Diretor responsável e com representante do Gabinete da Presidência, de modo que o Senhor Presidente tenha ciência do ocorrido.

Em se tratando de riscos elevados decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna pela alta gerência, o Auditor-Chefe solicitará reunião do Conselho Superior para abordar tal questão.

3.1.3. Empresa de Auditoria Independente

Não se aplica.

3.1.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve, no exercício de 2018, instauração de comissões de processos administrativos disciplinares e de sindicâncias. Informamos que os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito desta Instituição estão registrados no sistema CGU-PAD, em observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Cabe registrar que a CAPES não possui em sua estrutura área de correição própria.

3.1.5. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

235 Casos de dano objeto de medidas administrativas internas

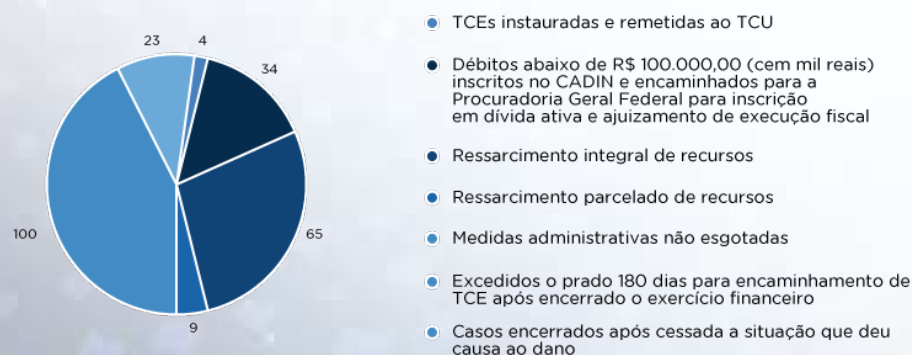


Gráfico 1

3.2. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.2.1. Canais de acesso do cidadão

A CAPES possui diversos canais de atendimento e relacionamento com o cidadão, com o objetivo de facilitar a comunicação com o usuário interno e externo, conforme sua conveniência. Esses canais são tratados e mapeados pela Coordenação de Comunicação Social (CCS) e pela unidade experimental de ouvidoria da CAPES – também denominada como Núcleo de Atendimento ao Cidadão, com atividades iniciadas no segundo semestre de 2018 - ambas vinculadas ao Gabinete da Presidência da Fundação.

Em 2018, essas unidades estiveram responsáveis pela fiscalização do contrato da Central de Atendimento ao Cidadão do Ministério da Educação, que abarca os serviços de atendimento telefônico (0800 616161, opção 7) para assuntos e programas da CAPES e pelo Formulário Fale Conosco disponível na internet (www.capes.gov.br/faleconosco). A CCS, por sua vez, é responsável pela manutenção e monitoramento do Portal da CAPES, e pelas redes sociais LinkedIn, Twitter e YouTube. O Atendimento ao Cidadão é responsável pelo atendimento das manifestações registradas no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), em consonância ao estabelecido na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.460/2017, a qual dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

O conjunto formado por esses canais é apresentado no presente Relatório de modo quantitativo. No entanto, cabe ressaltar que o acompanhamento desse conjunto e o posterior mapeamento dos acessos, e dos dados por eles gerados, visam a constante avaliação dos recursos empregados e da qualidade dos serviços propiciados pela CAPES ao usuário. O agrupamento e a análise das informações são utilizados como subsídios para a contínua melhora dos próprios atendimentos e serviços prestados pela Fundação; e para o aumento da transparência, controle e participação social, em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3.2.2. Dados quantitativos

Do acompanhamento do Portal da CAPES e das redes sociais realizado pela Coordenação de Comunicação Social em 2018, são apresentados os seguintes dados:

Visualizações e visitantes no Portal da CAPES (2018)

Portal da CAPES	
Visualizações do portal	17.672.386
Visitantes do portal	13.567.175

Tabela 1

Manifestações nas redes sociais (2018)

Redes Sociais				
Linkedin	Seguidores	Impressões de publicações*	Engajamento (interação)	
	133.758	3.408.574	37.358	
Twitter	Seguidores	Impressões de publicações*	Engajamento (interação)	Tweets
	2.537	793.100	7.963	818
Youtube	Espectadores únicos (visualizadores)	Número de vídeos postados	Visualizações de vídeos	
	49.339	80	72.300	

Tabela 2

Marketing de relacionamento e atividade parlamentar	
E-mails marketing disparados	54.658

Tabela 3

Do Atendimento ao Cidadão, a CAPES realiza atendimento presencial em sala localizada em sua sede, como também presta atendimentos online e telefônico aos interessados que procuram informações sobre ações e programas. A pesquisa de satisfação dessas consultas é apresentada nos gráficos abaixo.

Número de atendimentos sala/SIC CAPES (2018)

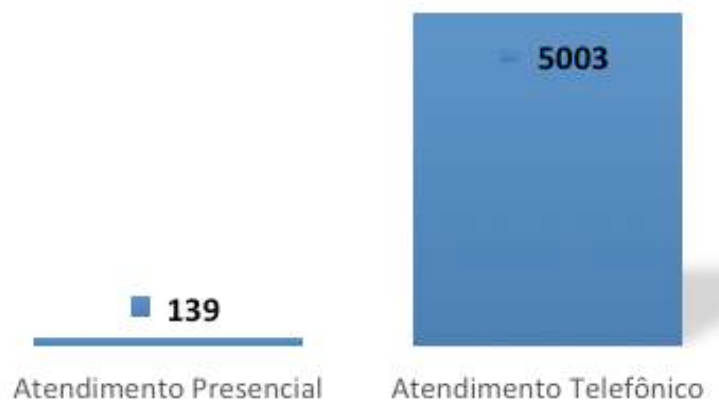


Gráfico 2

Resultado da pesquisa de satisfação dos atendimentos pela CAPES (2018)

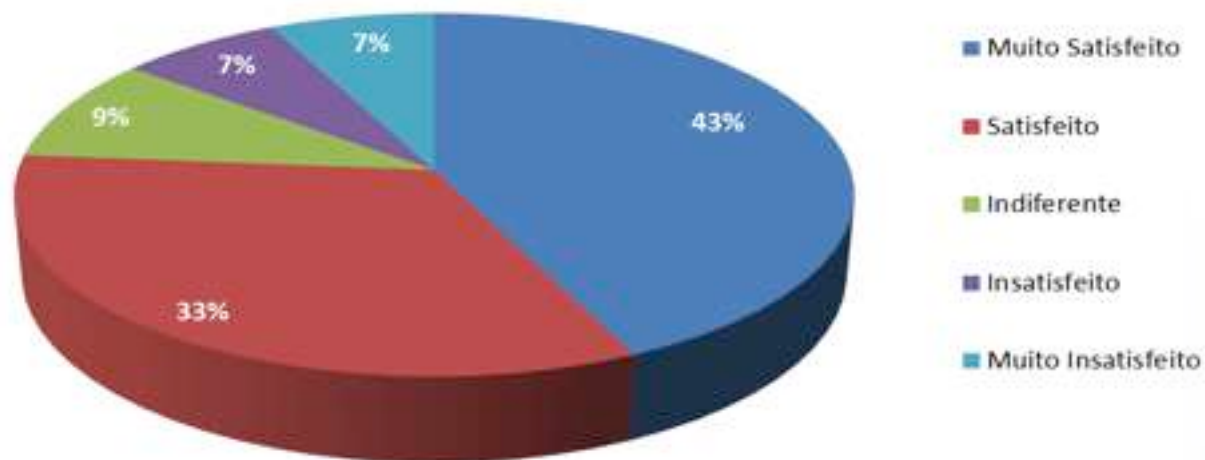


Gráfico 3

O usuário também pode optar por fazer um pedido de acesso à informação pelo e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>), ou fazer sua manifestação pelo e-OUV (<https://sistema.ouvidorias.gov.br>), cujos dados referentes a 2018 são apresentados nas tabelas a seguir. Neste último canal, a manifestação pode ser categorizada como denúncia, reclamação, solicitação, elogio, sugestão ou simplificação de serviços públicos prestados.

Demandas e-SIC/CAPES por unidade (2018)	
Unidade	Número de demandas
DAV	146
DEB	17
DED	43
DGES	26
DPB	87
DRI	81
DTI	8
Presidência	110
Total	518

Tabela 4

Manifestações no e-OUV/CAPES por unidade (2018)	
Unidade	Número de manifestações
DAV	91
DEB	96
DED	77
DGES	9
DPB	216
DRI	107
DTI	1
Presidência*	105
Ouvidoria**	42
Total	744

Tabela 5

Manifestações no e-OUV/CAPES por categoria (2018)	
Tipos de Manifestações	Número de manifestações
Comunicação	110
Denúncia	271
Elogio	42
Reclamação	162
Simplifique	7
Solicitação	136
Sugestão	12
Total	744

Tabela 6

3.2.3. Serviços

A CAPES ainda disponibiliza em seu Portal a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme prevê o Decreto nº 9492/2018. As informações estão disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/cartadeservicos>. A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar, de maneira clara e precisa, o usuário dos serviços prestados pela CAPES sobre as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.



Gestão de riscos e Controles Internos

A Capes teve sua política de gestão de riscos instituída em fevereiro de 2018, por meio da Portaria GAB nº 37, de 20 de fevereiro de 2018, disponível em: http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/23022018-Edicao-Especial-N-4-Fevereiro-2018.pdf

A gestão de riscos está sendo implementada em toda a Instituição a partir dos processos e ações diretamente ligados aos objetivos estratégicos da CAPES. Os principais riscos são apresentados, a seguir, por eixo de atuação da CAPES.

4.1. RISCOS DO EIXO 1 - DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - DIRETORIA DE AVALIAÇÃO (DAV)

A Diretoria de Avaliação está exposta a três tipos principais de riscos:

Financeiro - Riscos relativos a restrições orçamentárias que impossibilitem o fomento à atividade de apoio à avaliação.

Conformidade - Riscos relativos à atualização dos normativos que disciplinam o processo de avaliação e acompanhamento de programas, em razão de legislação superior como portarias do Ministério da Educação, do CNE e LDB.

Operacional - Reúne riscos relativos a processos internos e externos, como o povoamento inadequado dos sistemas de informação, que é feito tanto pelos técnicos da Diretoria como pela comunidade acadêmica; e falhas ou inadequações dos Sistemas de Informação.

Foi feita a análise de risco das atividades no âmbito da DAV, identificando os que estão diretamente relacionados ao alcance dos objetivos estratégicos da CAPES, indicando a probabilidade de ocorrência desses eventos e o seu impacto remota, possível e provável.



Figura 9

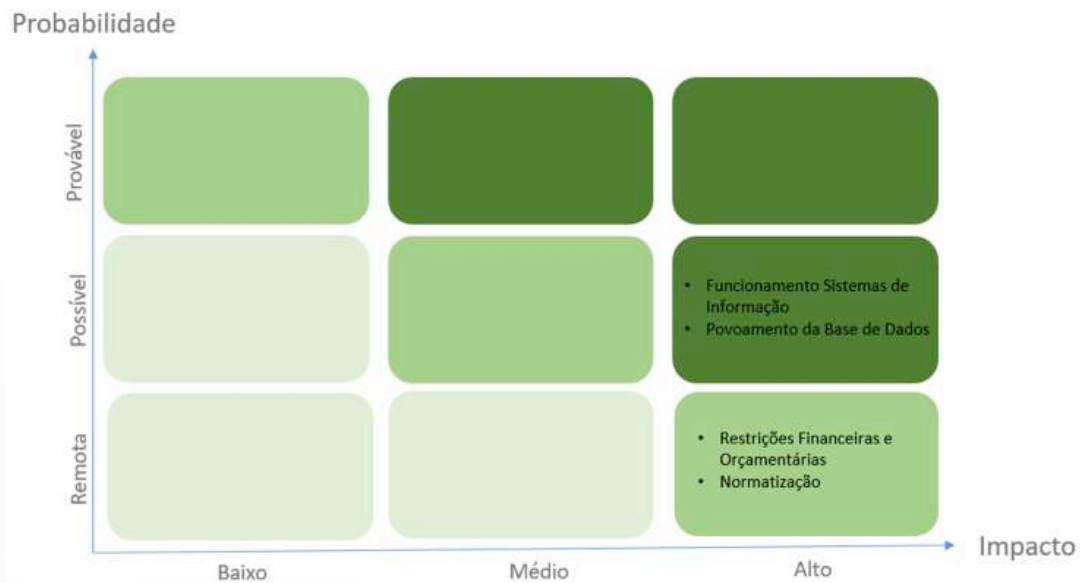


Gráfico 4

Mitigação de Riscos

Para mitigar os riscos apontados à atividade de avaliação e acompanhamento de programas, foram efetuadas as seguintes ações:

Riscos	Ações
Mal Funcionamento Sistemas de Informação	Manutenção e atualização periódica dos sistemas, com implementação de melhorias
Povoamento Inadequado ou Intempestivo da Base de Dados	Constante orientação aos técnicos da Diretoria e usuários externos Ampla Divulgação dos Calendários de atividades da Diretoria com seus respectivos prazos
Restrições Financeiras e Orçamentárias	Planejamento anual das atividades da Diretoria com base na PLOA
Não adequação de normativos para atendimento de legislação superior e necessários à regulação da Avaliação e ao Acompanhamento de Programas	Acompanhamento constante de criação e ou atualização de legislação superior Atualização constante dos normativos necessários à Avaliação e ao Acompanhamento de Programas

figura 10

4.2. RISCOS DO EIXO 2 – BOLSAS E FOMENTO NO PAÍS DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS (DPB)

A análise e gestão de riscos da DPB foi elaborada com base na Instrução Normativa Conjunta nº 1 MP e CGU, de 10 de maio de 2016, que traz no artigo 18 que “os órgãos e entidades, ao efetuarem o mapeamento e avaliação dos riscos, deverão considerar, entre outras possíveis, as seguintes tipologias de riscos: a) operacionais; b) de imagem/reputação do órgão; c) legais; e d) riscos financeiros/orçamentários. Em vista disso, a DPB está exposta aos quatro tipos de riscos:

Operacional - Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e externos, do suprimento de sistemas, assim como ações de terceiros (coordenadores de projetos, coordenadores dos programas de pós-graduação, pró-reitores de pós-graduação e demais técnicos e gestores das instituições de ensino superior que administram recursos ou bolsas da CAPES).

De imagem/reputação - qualquer problema relativo a bolsas ou recursos de custeio e de capital rebate imediatamente na comunidade acadêmica que aciona também de forma imediata as mídias tradicionais (jornais e TV), assim como as mídias sociais. Por exemplo, um atraso nos pagamentos de bolsa de mestrandos, doutorandos ou pós-doutorandos já é noticiado nas mídias na mesma semana que o problema ocorre.

Legais - Riscos relativos à atualização dos normativos que disciplinam o processo de concessão de bolsas e de recursos de custeio e de capital, bem como de normativos que impactam diretamente a CAPES, em razão de legislação superior como portarias do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Financeiro/orçamentário - Riscos relativos a restrições orçamentárias que impossibilitem o fomento às atividades dos programas de pós-graduação e possíveis reajustes de bolsa que impactam fortemente o orçamento da CAPES. Vale observar que os programas da DPB representam mais de 70% dos recursos da CAPES.

Foi realizada a análise de risco do macroprocesso das atividades no âmbito da DPB, indicando a probabilidade de ocorrência desses eventos (remota, possível ou provável) e o seu impacto (baixo, médio ou alto), conforme gráfico abaixo que identifica o risco e o tipo correspondente.

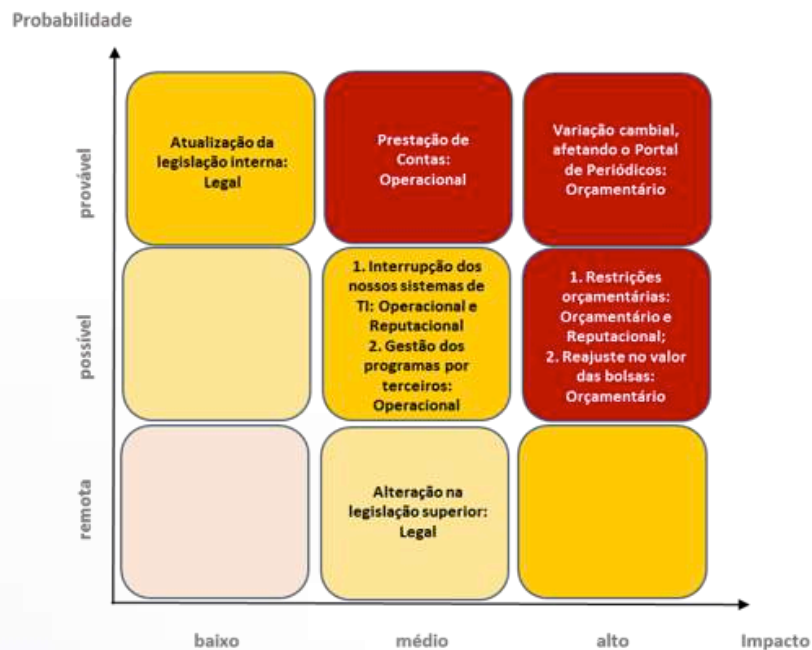


Gráfico 5

Objetivos Estratégicos do PEI 2011 impactados pelos Riscos:

1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18

Respostas aos Riscos

Na literatura essas respostas podem ser:

- **Mitigar:** redução da probabilidade e/ou impacto em limites aceitáveis;
- **Transferir:** deslocar para terceiros a probabilidade de risco, embora não se possa transferir a responsabilidade e mesmo a realização de um serviço público pode-se transferir parte da seleção de bolsistas por exemplo.
- **Eliminar:** redução de escopo, alteração de requisitos e cronograma até término da atividade ou projeto. Aqui significa findar com um programa ou uma iniciativa que contempla riscos. A questão é se um programa ou política da CAPES causa mais problemas e têm muitos riscos frente a outra escolha ou possibilidade.
- **Aceitar:** como há um baixo impacto do programa ou ação da organização, então é possível aceitar como forma de não prejudicar o próprio andamento do programa.

As medidas adotadas pela DPB se encontram abaixo, de acordo com o risco identificado.

RISCOS	ACÕES
Atualização da legislação interna: legal	Mitigar e eliminar: foi inserido na rotina organizacional a revisão dos instrumentos normativos, a fim de que sejam mitigados os riscos relativos ao descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos programas da DPB. A diretoria está elaborando uma nova portaria do AUXPE, bem como uma portaria que discipline de forma geral as bolsas da DPB.
Prestação de contas: operacional	Mitigar: a DPB vem trabalhando sobre os passivos de prestação de contas, fazendo uma análise de riscos e ao mesmo tempo construindo uma proposta de análise para esse passivo já previamente apresentada à CGU
Interrupção dos nossos sistemas de TI: operacional e reputacional	Mitigar: desenvolvimento de alertas para mitigar os efeitos de eventual interrupção dos nossos sistemas de informação
Gestão dos programas por terceiros: operacional	Mitigar e transferir: a DPB mudou de sistema para as bolsas de pós-doutorado e vem finalizando o processo para todas as bolsas de mestrado e doutorado. Com isso, a diretoria vem informando e treinando todos os pró-reitores, coordenadores e demais técnicos das universidades que possuem acesso ao nosso sistema de bolsas e auxílios.
Alteração na legislação superior: legal	Mitigar: a CAPES vem trabalhando em conjunto com a SESU/MEC e o CNE para se antecipar as possíveis mudanças na legislação
Variação cambial, afetando o Portal de Periódicos: orçamentário	Mitigar e eliminar: em todos os contratos celebrados a partir de 2017 a DPB vem realizando uma análise de risco que inclui a variação cambial, tentando sempre se antecipar a subida do dólar. Alguns contratos acabamos desistindo pelo alto valor e pouca visibilidade.
Restrições orçamentárias: orçamentário e reputacional	Aceitar e mitigar: a CAPES vem se articulando cada vez mais com o Congresso Nacional e com os ministérios envolvidos na elaboração do orçamento para que não tenha corte de bolsas
Reajuste no valor das bolsas: orçamentário	Mitigar: embora seja uma solicitação legítima da comunidade acadêmica em aumentar o valor das bolsas, a DPB vem calculando constantemente os valores possíveis a fim saber o impacto sobre o seu orçamento, tentando sempre expor à própria comunidade esses cálculos

Figura 11

4.3. RISCOS DO EIXO 3 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (DRI)

Os riscos aos quais a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) está exposta são classificados nos seguintes agrupamentos: Negócios - Riscos relativos aos negócios da Diretoria de Relações internacionais, de acordo com sua cadeia de valor, específicos de uma agência de fomento no âmbito federal.

Financeiro - Reúne os riscos oriundos, principalmente, de flutuações cambiais.

Conformidade - Riscos decorrentes do descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis aos negócios da Capes, assim como das normas e procedimentos internos.

Operacional - Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e externos, do suprimento de sistemas, assim como ações de terceiros.

Dentre esses riscos, os mais relevantes são classificados como Riscos Estratégicos e guardam relação com os objetivos estratégicos da Diretoria. Com o foco na internacionalização das universidades e promoção da cooperação internacional e incentivo à mobilidade discente e docente, a flutuação cambial causa restrições e dificuldades à gestão das oportunidades de fomento. A ampliação de programas e ações, bem como a integração com outras ações de fomento da Capes dependem da plena confiabilidade dos nossos sistemas de informação, motivo pelo qual a sua interrupção é um risco ao bom andamento das nossas ações. Todas essas ações confluem para o aprimoramento da qualidade e a expansão do conhecimento científico e estímulo à formação de redes de pesquisa sustentáveis. Esses resultados dependem de uma legislação coerente com as ações institucionais, pelo qual alterações não negociadas representam risco às ações.

Riscos e Objetivos estratégicos

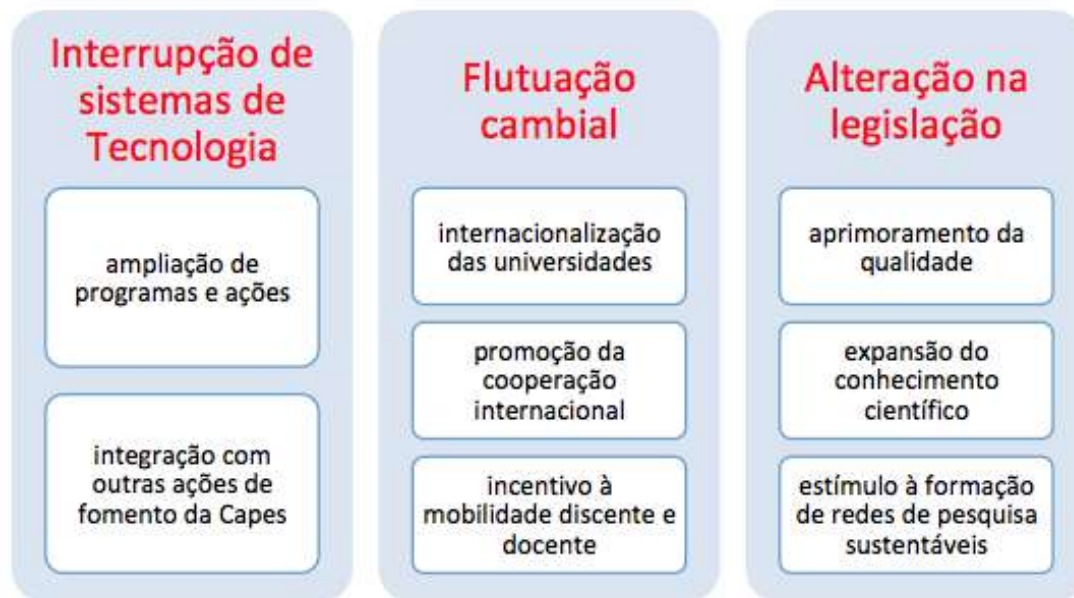


Figura 12

A análise a seguir avaliará os riscos estratégicos para cada agrupamento, no âmbito da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), juntamente com a probabilidade de ocorrência desses eventos e o seu impacto (remota, possível e provável).

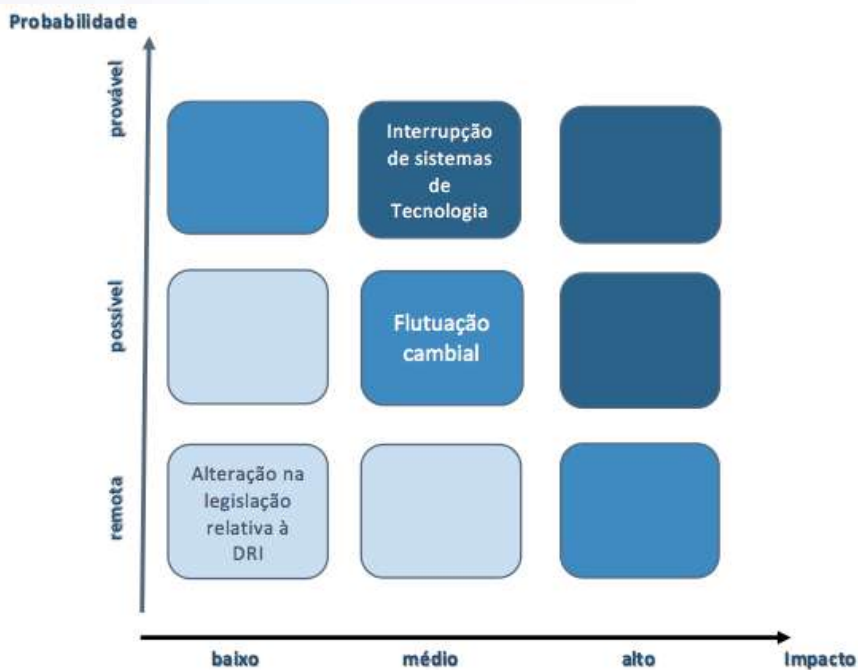


Gráfico 6

Mitigação de riscos: as medidas adotadas incluem a implementação de sistema de alertas para mitigar os efeitos de eventual interrupção dos nossos sistemas de informação, bem como rastrear inconsistências de informação que possam prejudicar o monitoramento das ações desta Diretoria. Também foi inserido na rotina organizacional, a revisão dos instrumentos normativos, a fim de que sejam evitados os riscos relativos ao descumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Capes.

4.4. RISCOS DO EIXO 4 - FOMENTO À EDUCAÇÃO BÁSICA - DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DEB) E DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (DED)

A síntese dos tipos de riscos mapeados e gerenciados pelas ações do eixo Fomento à Educação Básica são apresentados na tabela a seguir, que vincula o tipo de risco com os objetivos estratégicos elencados na tabela de compatibilização.

Dentre os riscos estratégicos mapeados os gestores das ações de Fomento à Educação Básica têm pouca ingerência nos fatores de risco relacionados a descontinuidade dos programas e da política de formação de professores e na indisponibilidade de recursos. Nesses fatores atuamos de forma a mitigar os impactos que a alteração da política e corte de orçamento possam ter em nossas ações.

O terceiro fator de risco estratégico é a descontinuidade das ações referentes ao Planejamento Estratégico criado em 2011. Neste caso, as diretorias podem ter uma postura proativa e solicitar aos dirigentes da CAPES que elaborem e implementem um novo planejamento estratégico, tendo em vista a necessidade de fazermos uma gestão focada em resultados.

Os dois fatores de risco relacionados ao Risco Operacional são os Processos e o Ambiente Tecnológico. Eles são conexos, pois há a necessidade de um maior número de sistemas (ou o aperfeiçoamento dos já existentes) que permitam um bom acompanhamento dos programas implementados.

Tipo de Risco	Fator de Risco	Vínculo com os Objetivos Estratégicos	Diretoria	Programas das Diretorias	Risco Detectado	Medidas
Risco Operacional	Processos	10 e 11	DEB/DED	Pibid/UAB	Existência de um passivo elevado de Relatórios de Prestação de Contas não analisados, impedindo que o ciclo concessão-execução-prestação de contas-aprimoramento da política pública seja retroalimentado com inclusão das informações da aplicação dos recursos investidos nos programas.	A análise do passivo de prestações de contas será priorizada, pois é necessário alimentar a avaliação dos programas e projetos com informações da execução, reorientando as ações quando necessário.
	Ambiente Tecnológico	10, 11, 12 e 13	DEB/DED	Pibid, Residência Pedagógica, Parfor, UAB e PROEB	Os sistemas desenvolvidos para fazer o ciclo Captação de demanda/concessão/acompanhamento/Prestação de contas para os fomentos bolsa e custeio ainda não estão completamente finalizados. Muitas das ferramentas que deveriam estar aptas ao uso ainda estão sendo desenvolvidas, impedindo o acompanhamento pleno dos projetos/programas de forma adequada.	Finalizar os sistemas pendentes e iniciar o desenvolvimento dos sistemas ainda não começados.
Risco Estratégico	Descontinuidade	10, 11, 12 e 13	DEB/DED	Pibid, Residência Pedagógica, Parfor, UAB e PROEB	Alterações no comando do Ministério da Educação refletem nas diretrizes da Política de Formação de Professores para a Educação Básica, causando mudanças nas ações já implementadas.	Auxiliar no aprimoramento das decisões dos dirigentes.
	Indisponibilidade de Recursos	10, 11, 12 e 13	DEB/DED	Pibid, Residência Pedagógica, Parfor, UAB e PROEB	O contingenciamento de recursos destinados a bolsas e custeio dos programas podem prejudicar o alcance das metas anteriormente pactuadas.	Mitigar os impactos negativos.
	Necessidade de atualização do Planejamento Estratégico	10, 11, 12 e 13	DEB/DED	Pibid, Residência Pedagógica, Parfor, UAB e PROEB	A não atualização do planejamento estratégico para a Capes afeta diretamente as ações relacionadas à formação de professores para a educação básica e dificultam a implementação de ações de longo prazo.	Um novo planejamento estratégico é uma necessidade de toda a Capes.

Quadro 4

4.5. RISCOS QUE ENGLOBAM TODOS OS EIXOS DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DTI)

A Diretoria de Tecnologia da Informação está exposta a três tipos principais de riscos:

Financeiro – Riscos relativos a restrições orçamentárias que impossibilitem o fomento à atividade de apoio à avaliação.

Operacional - Reúne riscos com possibilidade de ocorrência de perda resultantes de falha, deficiência ou inadequação de quaisquer processos internos envolvendo pessoas, sistemas ou de eventos externos e inesperados.

Conformidade - Riscos relativos à aderência aos normativos internos que disciplinam o processo de TI, em razão de legislação superior como portarias do Ministério da Educação e políticas de segurança da informação.

Foi feita a análise de risco das atividades no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), parte integrante do PDTIC 2017-2019, identificando os que estão diretamente relacionados ao alcance dos objetivos estratégicos da CAPES, indicando a probabilidade de ocorrência desses eventos e o seu impacto (remota, possível e provável).

Os principais riscos a destacar, bem como os Objetivos Estratégicos da CAPES impactados, são:

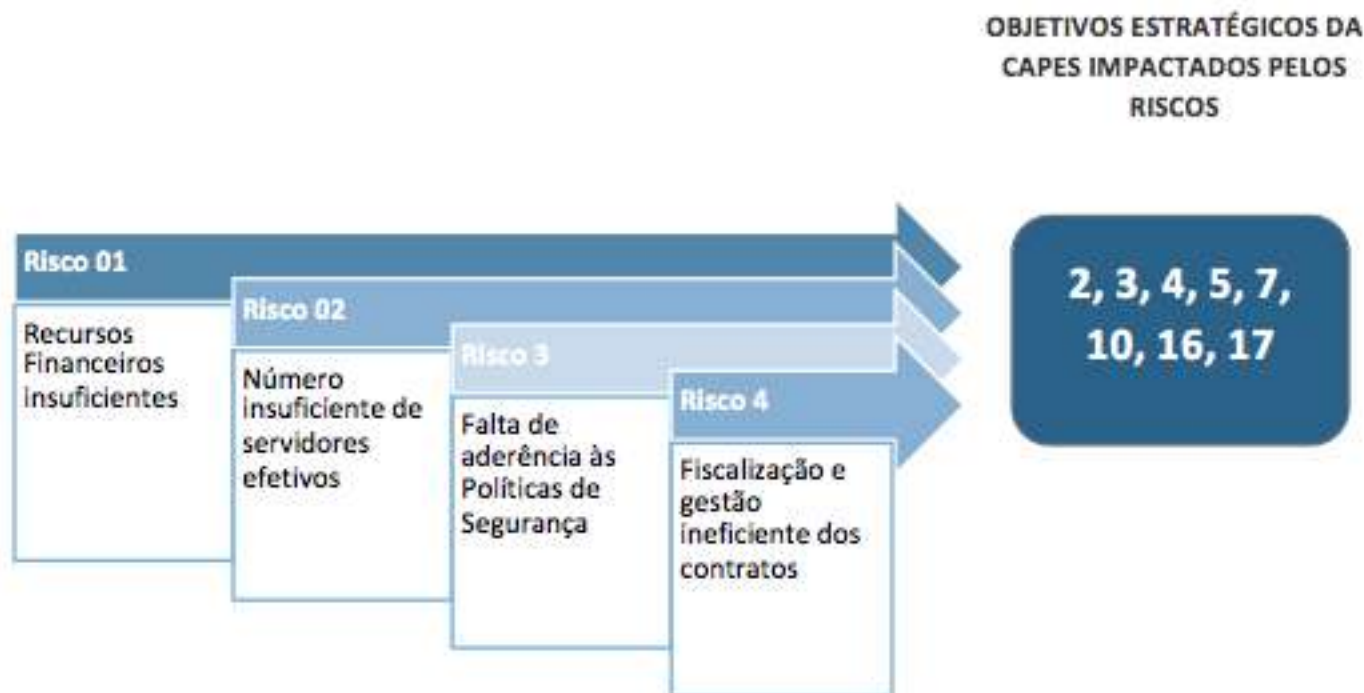


Figura 13

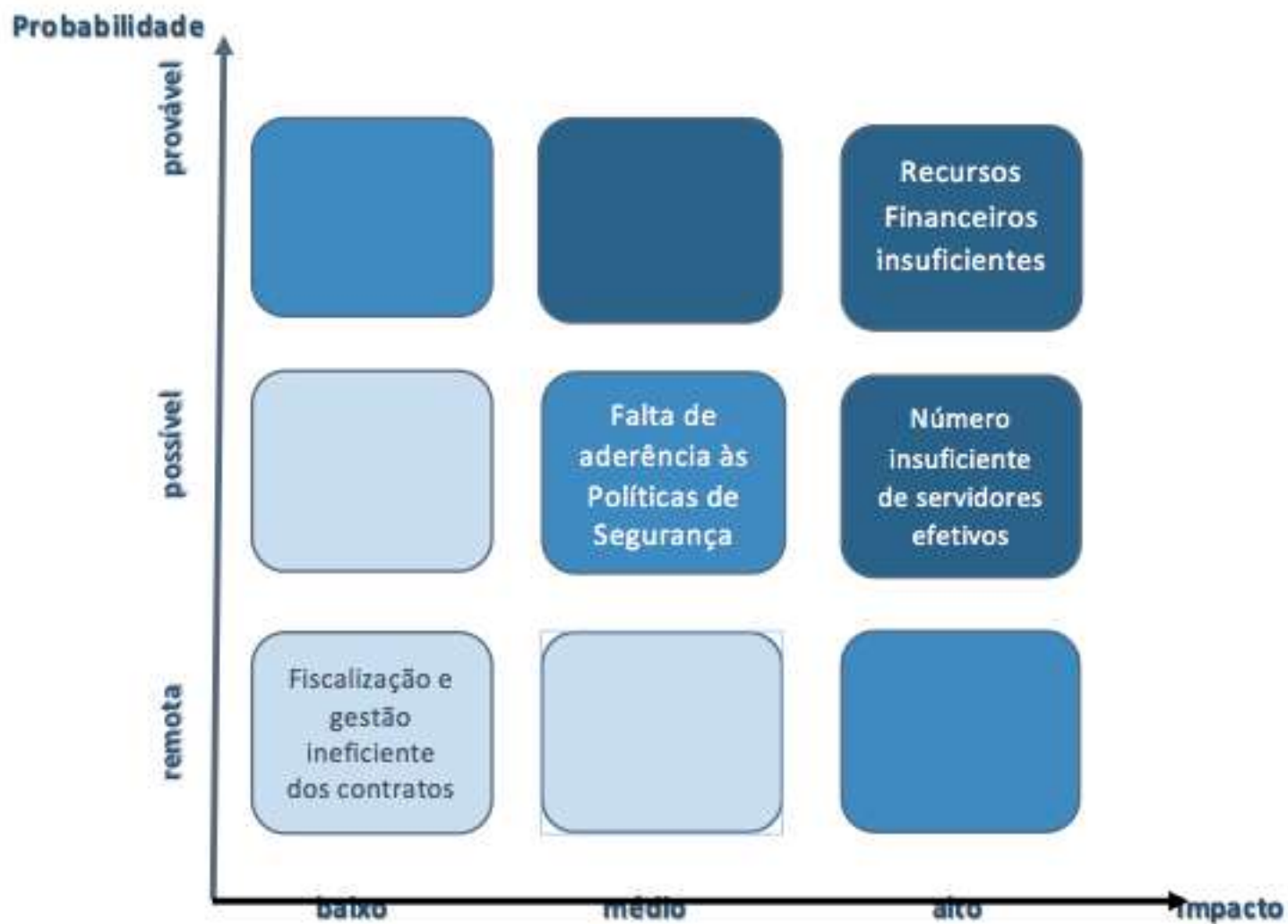


Gráfico 7

Mitigação dos Riscos

Para mitigar os riscos apontados às atividades de tecnologia da informação, foram efetuadas as seguintes ações:

Riscos

Ações



Figura 14

DIRETORIA DE GESTÃO (DGES)

Entendemos que os riscos afetos à Diretoria de Gestão da CAPES perpassam todos os objetivos estratégicos da Fundação, uma vez que as suas atribuições estatutárias estão relacionadas às atividades-meio. Os riscos orçamentários e financeiros por exemplo são sistêmicos e dependem de uma gestão integrada do Ministério da Economia e da Controladoria-Geral da União. No caso da gestão de pessoas, os objetivos estratégicos e gestão de risco são apresentados abaixo.

Objetivos Estratégicos de Gestão de Pessoas

Objetivos Estratégicos

OB1 Aperfeiçoar a gestão do desempenho, o desenvolvimento profissional e o reconhecimento dos agentes públicos.

OB2 Estabelecer o modelo de governança de pessoas.

OB3 Realizar o planejamento estratégico relativo a gestão de pessoas.

OB4 Mapear práticas e processos de gestão de pessoas e elaborar normatização para propiciar uma melhoria contínua e automação.

OB5 Adequar a gestão e a segurança da informação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
OB1	Aperfeiçoar a gestão do desempenho, o desenvolvimento profissional e o reconhecimento dos agentes públicos.
OB2	Estabelecer o modelo de governança de pessoas.
OB3	Realizar o planejamento estratégico relativo a gestão de pessoas.
OB4	Mapear práticas e processos de gestão de pessoas e elaborar normatização para propiciar uma melhoria contínua e automação.
OB5	Adequar a gestão e a segurança da informação.

Quadro 5

Gestão de Riscos para a gestão de pessoas

Objetivo Estratégico	Risco Encontrado	Impacto	Probabilidade	Exposição ao Risco		Tipo de Tratamento do Risco
OB1	Falta de competências críticas por parte dos recursos humanos.	Médio	Ocasional	4	Média	Mitigar: estimular a capacitação dos servidores.
OB2	Realização de diretrizes e atividades relacionadas à gestão dos recursos humanos em desacordo com a legislação e os critérios estabelecidos pelo Governo Federal.	Médio	Ocasional	4	Média	Evitar: estimular a capacitação dos servidores que trabalham no setor de gestão de pessoas, bem como a conferência dos procedimentos realizados por um servidor.
OB3	Perda de pessoas-chave em cargos de natureza técnica ou gerencial.	Baixo	Remota	1	Baixa	Mitigar: estimular o repasse de conhecimentos e a elaboração de manuais de procedimentos.
OB3	Procedimentos de admissão do servidor realizados incorretamente.	Baixo	Remota	1	Baixa	Mitigar: revisão dos procedimentos realizados.
OB3	Ausência de concurso público para seleção de recursos humanos.	Alto	Provável	9	Alta	Evitar: solicitar concurso ao Ministério da Economia.
OB3	Pagamento ou desconto incorreto de horas.	Baixo	Remota	1	Baixa	Mitigar: checar a folha de pagamento com os registros de frequência.
OB4	Falta de pessoal para a definição e implantação dos processos.	Alto	Frequente	12	Alta	Evitar: solicitar concurso ao Ministério da Economia
OB5	Desatualização das informações no cadastro de empregados.	Médio	Provável	6	Alta	Mitigar: revisar o cadastro periodicamente.

Quadro 6

No caso da gestão de contratos, os objetivos estratégicos e gestão de risco são apresentados abaixo.

Gestão de Riscos – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
OB1	Elaboração de indicadores para avaliar as ações desenvolvidas pelas equipes.
OB2	Otimização da capacidade de atendimento às demandas e promoção da eficiência nas contratações.
OB3	Elaboração de caderno de procedimentos técnico-operacionais sobre os procedimentos para as contratações, a fim de auxiliar às áreas demandantes.

Quadro 7

Gestão de Riscos para a gestão de contratos

Objetivo Estratégico	Risco Encontrado	Impacto	Probabilidade	Exposição ao Risco		Tipo de Tratamento do Risco
OB1	Falta de uma solução para controle da gestão e fiscalização dos contratos administrativos.	Médio	Ocasional	4	Média	Mitigar: estimular a contratação/produção de solução para auxiliar a gestão dos contratos

Quadro 8



Resultados da Gestão

Os resultados da gestão serão apresentados por eixo de atuação da CAPES, conforme figura abaixo:

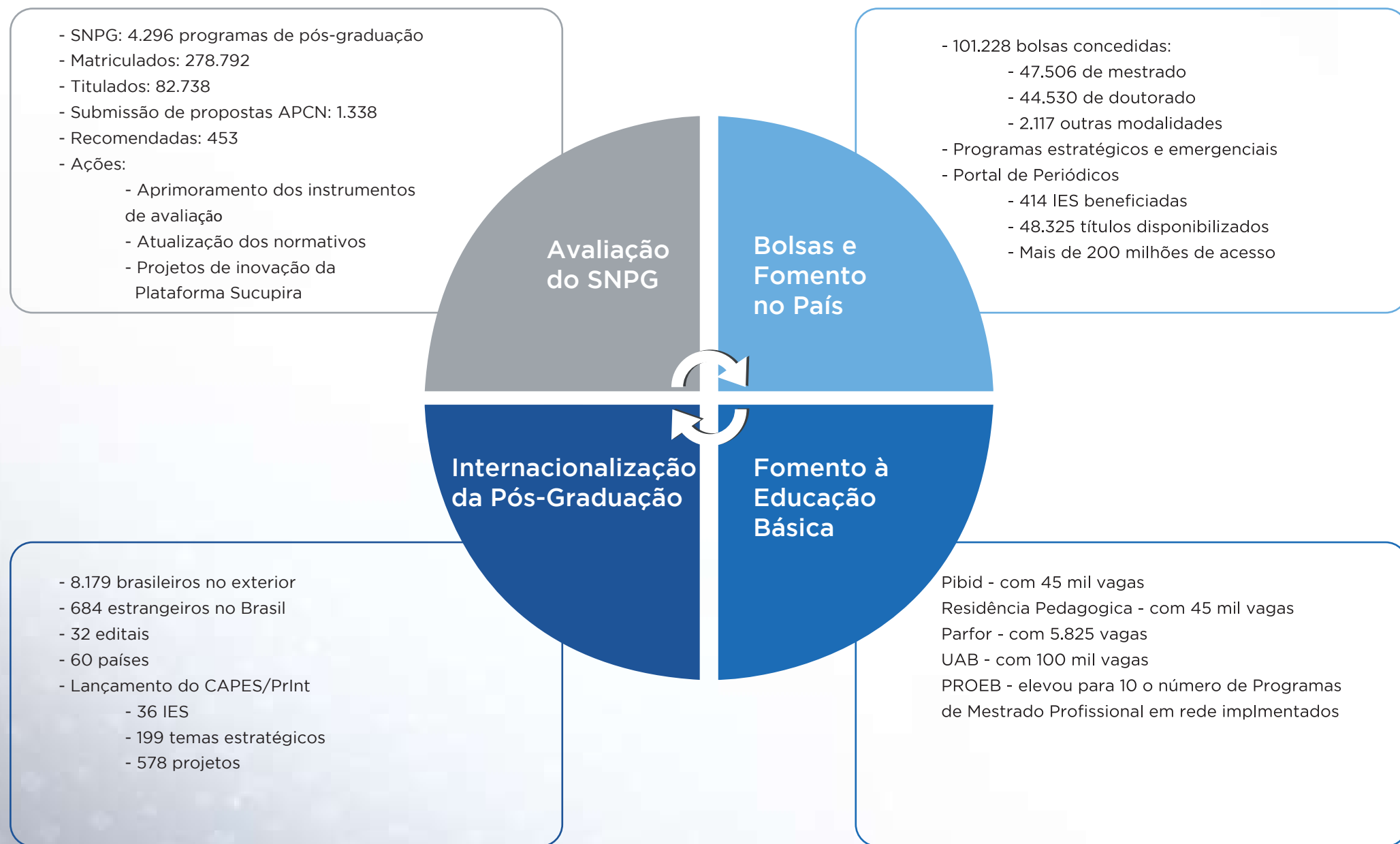


Figura 15

5.1. EIXO 1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2018 essa atividade vem sendo aperfeiçoada para orientar a evolução de toda a pós-graduação.

A seguir são apresentadas as principais atividades e aprimoramento dos conceitos, processos e instrumentos de avaliação da pós-graduação stricto sensu realizados nos anos de 2018.

Essas ações são voltadas para o atendimento das diretrizes e recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), aos objetivos estratégicos da CAPES e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024).

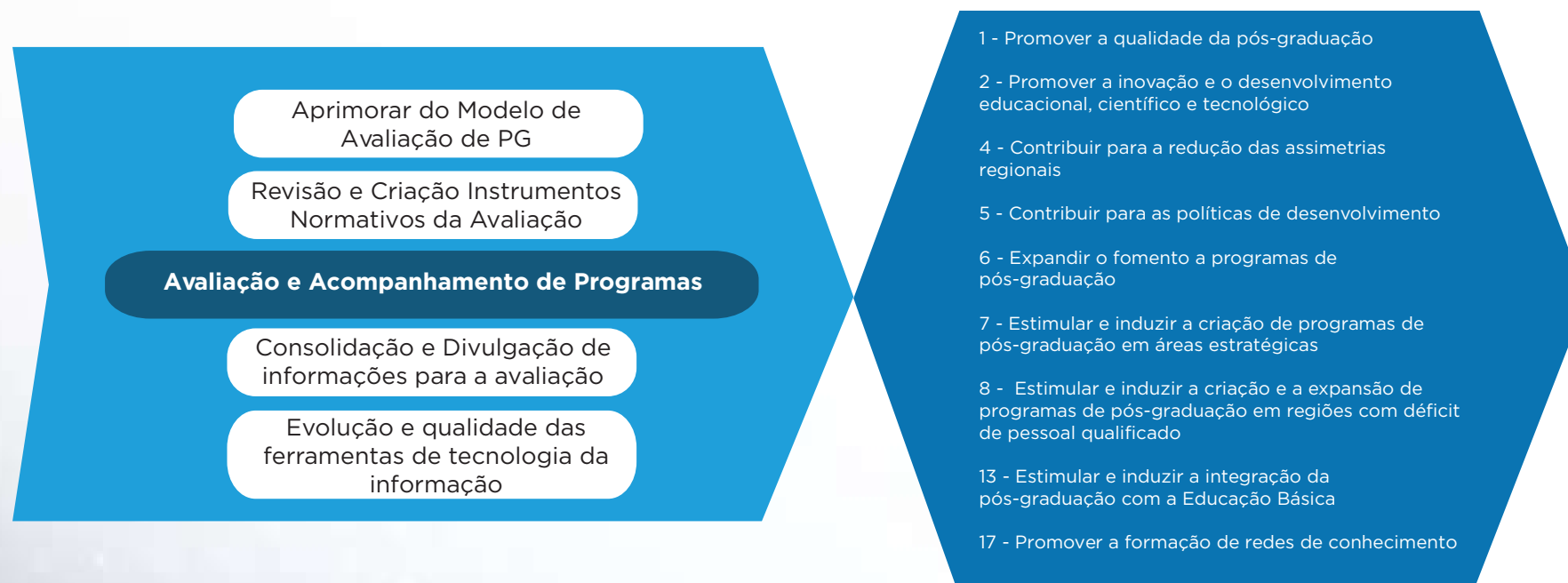
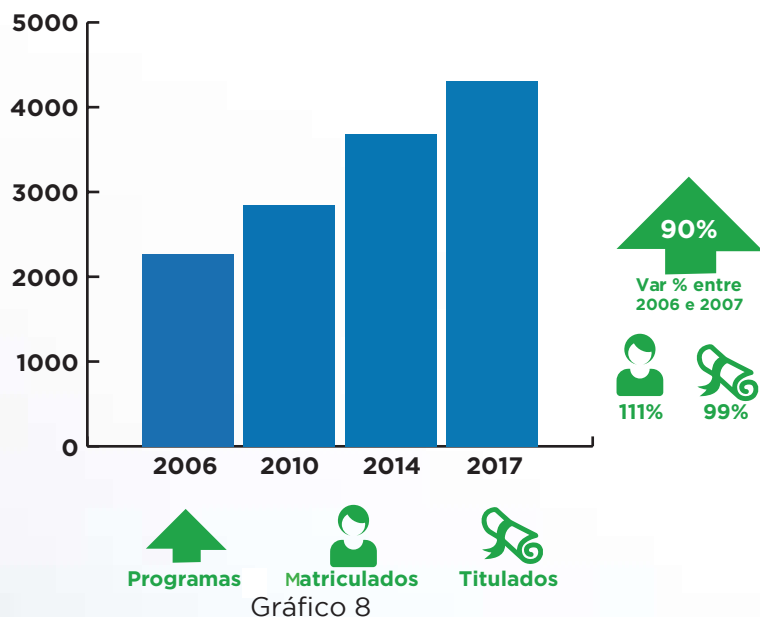


Figura 16

Fonte: DAV/CAPES/MEC

5.1.1. Resultados Alcançados

O SNPG é formado por 4.296 programas de pós-graduação, 6.434 cursos, nos níveis de mestrado, doutorado e mestrado profissional, 278.792 matriculados e 82.738 titulados. O Sistema apresenta crescimento contínuo, e sua evolução pode ser vista no gráfico abaixo:



Evolução de número de programas, matriculados e titulados do SNPG.

Fonte: DAV/CAPES/MEC

Os dados apresentados são referentes à 2017, já que a coleta dos dados da pós-graduação é feita no ano corrente, bem como a sua consolidação e validação para publicação.

A CAPES já atingiu parcialmente a Meta 14 do PNE prevista para 2024 – “Elevar gradualmente o número matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores”. O Número de Mestres Titulados já supera 60.000, faltando ainda cerca de 15% para o atingimento do Número de Doutores Titulados para os próximos 5 anos, indicando que a meta deverá ser atingida em 2024.

Esses dados são referentes à 2017, já que a coleta dos dados da pós-graduação é feita no ano posterior ao ano corrente, bem como a sua consolidação e validação para publicação.

5.1.2. Minter e Dinter e Turmas Fora de Sede como Mecanismo de Solidariedade

A solidariedade entre os programas de pós-graduação vem recebendo especial atenção, por intermédio do incentivo aos Projetos de Mestrados e de Doutorados Interinstitucionais - Minter e Dinter e Turmas Fora de Sede (Mestrado Profissional).

Tais associações formais constituem uma das principais estratégias para a formação de recursos humanos de alto nível fora dos grandes centros de ensino e pesquisa sendo, por conseguinte, um importante instrumento de formação de ações cooperativas que contribuem para a redução das assimetrias regionais.

Os projetos Minter/Dinter e Turmas Fora de Sede podem ser abertos com a ciência da CAPES e posterior avaliação nas Avaliações de Programas e prevêm a participação de uma instituição promotora com curso já devidamente reconhecido e consolidado que oferece formação pós-graduada sob condições especiais, em que parte das atividades acadêmicas é desenvolvida na instituição receptora.

Essa forma de parceria entre instituições foi uma prática valorizada, na medida em que, no processo de avaliação quadrienal, passou a integrar os indicadores de desempenho dos programas de pós-graduação como item de solidariedade e responsabilidade social computado em favor do programa promotor. Dado o papel transformador do Minter/Dinter e Turma Fora de Sede para a atuação solidária da pós-graduação, eles vêm recebendo incentivo adicional a partir de uma política de indução.

5.1.3. Avaliação das Propostas de Cursos Novos – APCN

O ingresso dos cursos de mestrado e doutorado no SNPG decorre do processo conduzido anualmente pela CAPES envolvendo a análise e a avaliação de novas propostas de cursos formuladas pelas IES e outras instituições de ensino e pesquisa. Esse processo tem por objetivo identificar e assegurar um padrão mínimo de qualidade de cursos novos, necessário ao seu reconhecimento pelo Conselho

Nacional de Educação (CNE) e a devida autorização de funcionamento pelo Ministro da Educação.

As propostas são analisadas com base nos requisitos referentes: (i) ao comprometimento institucional, à existência de infraestrutura - instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática e acesso a rede de computadores; (ii) à concepção e adequação da proposta considerando as definições e articulações dos objetivos, das áreas de concentração, das linhas de pesquisa e da estrutura curricular; (iii) à dimensão, adequação e participação do corpo docente; e (iv) à qualificação, produtividade e experiência do corpo docente para assegurar a viabilidade da proposta. Os cursos aprovados passam a integrar o Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG e a ser sistematicamente acompanhados e avaliados pela CAPES.

Em 2017 e 2018 foram submetidas 1.338 propostas de cursos novos acadêmicos e profissionais, as quais foram avaliadas em 2018, já que em 2017 a Diretoria recebeu submissões, mas não fez avaliação de propostas em decorrência da realização da avaliação periódica de cursos em funcionamento (Avaliação Quadrienal de 2107). Dessas, foram recomendadas 453, nas modalidades apresentadas no gráfico abaixo:

Propostas de cursos novos (APCN)



Gráfico 9

As propostas de cursos novos são avaliadas inicialmente pelas áreas de avaliação e, posteriormente, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) faz a análise dos pareceres e toma a decisão a respeito da recomendação do curso. Após a análise pelo CTC-ES, há o prazo de reconsideração pelas Instituições e nova análise da área e do CTC-ES. No ano de 2017 foi criado mais uma instância de recurso à Presidência da CAPES, sendo analisados num total 140 recursos, para somente após encerramento dessa fase a CAPES encaminhar os resultados de recomendação ao Conselho Nacional de Educação – CNE, que emite parecer para fundamentação

do reconhecimento ou não do curso.

5.1.4. Aprimoramento dos instrumentos da avaliação

Além do aprimoramento do arcabouço normativo, foram implantadas ações para o aprimoramento dos instrumentos da avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu, medidas inovadoras para a reorganização de procedimentos, o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e do apoio técnico operacional da CAPES, que serão apresentadas a seguir:

5.1.5. Atualização de Normativos

A atualização dos normativos afeitas à pós-graduação stricto sensu, seja pela CAPES ou por outras instâncias, foi realizada com o propósito de dar mais clareza e previsibilidade ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação seja na avaliação de entrada e também na avaliação periódica. Em 2018, destacamos os seguintes normativos:

- Portaria CAPES nº 273, de 18/12/2018 – Dispõe sobre a tramitação de recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior CTC-ES;
- Portaria MEC nº 321, de 05/04/2018;
- Minter, Dinter e Turma Fora de Sede – (Ofício orientador);
- Revisão de portarias do MEC sobre critérios e procedimentos da avaliação da pós-graduação stricto sensu (Portaria MEC nº 321/2018);
- Revisão da Portaria CAPES nº 13/2002 e publicação da Portaria CAPES nº 182/2018, que dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento;
- Revisão da Portaria CAPES nº 026/2010 e publicação da Portaria CAPES nº 234/2018 que instituiu o Programa de Apoio aos Coordenadores de Área-Pró-área, com a finalidade de auxiliar os membros das Coordenações de Área da CAPES, na realização das atividades inerentes ao exercício dessa função;
- Publicação da Portaria CAPES nº 256/2018 que dispõe sobre fusão, desmembramento e migração dos programas de pós-graduação stricto sensu avaliados pela CAPES e
- Publicação da Portaria CAPES nº 275/2018 que regulamenta os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a

distância (EaD).

5.1.6. Atualização dos Instrumentos de Avaliação

Além da atualização dos normativos, outra ação importante conduzida pela Diretoria de Avaliação em 2018 foi refletir sobre o estado da arte de diversos instrumentos utilizados pelas 49 áreas para avaliar os programas de pós-graduação e propor aprimoramentos. Isso foi feito através da instituição de dez grupos de trabalho (GT), formados por Coordenadores de Áreas, Analistas de C&T da CAPES e especialistas em diversas áreas do conhecimento.



Figura 17

O GT da ficha de avaliação foi o primeiro a ter resultados e teve seu relatório aprovado no Conselho Técnico Científico da Educação Superior 182º em dezembro de 2018. Este GT propôs a nova ficha de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu que, com a aprovação do CTC-ES, será utilizada no seminário de meio termo (em 2019) e também na avaliação quadrienal de 2021. A aprovação e disponibilidade para a comunidade acadêmica deste instrumento reforça o compromisso desta instituição com a publicidade de seus

5.1.7. Plataforma Sucupira

A Plataforma Sucupira é uma ferramenta em constante evolução. Atualmente, ela é usada para atender a todos os procedimentos necessários à avaliação da pós-graduação, além de suprir a demanda por dados referentes ao desempenho dos programas. Em 2017 teve início o aprimoramento do seu Portal Público, ação continuada em 2018, para refletir a sua atuação sistêmica, deixando mais claro para os usuários os serviços oferecidos, quais sejam, os dados públicos do Coleta, o Portal de submissão do APCN e de Minter e de Dinter, o acesso a dados abertos e outras ferramentas estatísticas, cursos recomendados/reconhecidos, a classificação Qualis de todas as áreas, além de um portal específico da Avaliação Quadrienal.

Outras ações foram feitas, como a melhoria do serviço de comunicação com a Plataforma Lattes e a disponibilização do Coleta em formato de dados abertos, no portal dadosabertos.CAPES.gov.br.

Figura 18



Página pública da Plataforma Sucupira

Fonte: DAV/CAPES/MEC

Em 2017 foram iniciados projetos, com continuidade em 2018, visando ganho de escala, sustentação, evolução e qualidade das ferramentas de tecnologia da informação e gestão do conhecimento. Dentre eles, destacam-se o projeto Espiral, que é um repositório de produtos da pós-graduação e o Minha CAPES, um painel de indicadores dos programas de pós-graduação, o CONECTI, o ORCID e o CONFAP-CRIS. Além disso, pretende-se tornar a Plataforma Sucupira uma ferramenta de gestão, não só para a CAPES mas para toda a comunidade.

Figura 17



Fonte: DAV/CAPES/MEC.

5.1.8. Perspectivas

- Promover e coordenar os processos de acompanhamento e de avaliação da pós-graduação nacional, promovendo qualidade;
- Repensar o processo de avaliação dos programas de pós-graduação, considerando uma avaliação multidimensional;
- Revisar políticas, ações, instrumentos, normativos e sistemas envolvidos no processo de avaliação dos programas de pós-graduação.

5.1.9. Desafios

Os desafios que a Diretoria enfrentará envolvem a complexidade da matéria de aprimoramento do processo de avaliação e sua evolução para um modelo multidimensional pós-graduação, que deve ser discutida e aprovada pela comunidade acadêmica, ouvida por meio de seus representantes no processo de avaliação, e o controle e mitigação dos riscos apontados acima.

5.2. EIXO 2 – BOLSAS E FOMENTO NO PAÍS

Atualmente, a CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível, considerando dois focos de atuação: docentes e discentes do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e profissionais da Educação Básica.

Neste contexto, cabe à Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) conceber e implementar políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil.

5.2.1. Resultados da gestão

A seguir são demonstrados os resultados alcançados em 2018 pela DPB relativos à missão institucional da CAPES e aos objetivos estratégicos finalísticos dessa Fundação definidos no seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2011. Convém ressaltar que as principais ações realizadas pela DPB em 2018 estão diretamente relacionadas à consecução do Objetivo 1010 e das Metas 04L1, 04L2, 04L3 e 04TL do Programa Temático 2080 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, bem como ao atingimento da Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Eixo de atuação: Bolsas e Fomento no país

Atuação da DPB:

- Concessão de bolsas no país;
- Concessão de recursos Financeiros;
- Gestão Estratégica do Fomento;
- Acesso e disseminação de conhecimento científico.

PEI 2011:

- Objetivos Estratégicos:
1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18.

Metas (PPA e PNE):

- Objetivo 1010:
 - Meta 04L1;
 - Meta 04L2;
 - Meta 04L3;
 - Meta 04TL.
- PNE:
 - Meta 13;
 - Meta 14.

Quadro 9

Atuação da Diretoria de Programas e Bolsas no País no fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação frente aos Objetivos Estratégicos da CAPES e às Metas do PPA e PNE.

Fonte: DPB/CAPES

5.2.1.1 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 1 e 6 do PEI 2011

- Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação – OE 1
- Expandir o fomento a programas de pós-graduação – OE 6

Em 2018, buscando atender ao crescimento do SNPG e promover a qualidade da pós-graduação, a CAPES deu continuidade às suas ações de fomento aos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa brasileiras por meio da concessão de bolsas de estudo e recursos financeiros. Neste ano foram concedidas 101.228 bolsas de estudo e pesquisa no país, sendo 47.506 de mestrado, 44.530 de doutorado, 7.075 de pós-doutorado e 2.117 de outras modalidades (iniciação científica, pesquisador visitante, Idiomas sem Fronteiras, entre outras), totalizando um investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões que beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,6 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Bolsas



Gráfico 10

Bolsas concedidas, por modalidade, em 2018.

Fonte: DPB/CAPEF

Por meio da concessão de bolsas de estudo no país, a DPB busca contribuir para o atingimento da Meta 04L3 do PPA, a qual prevê um aumento de 95 mil para 110 mil no número de bolsas de pós-graduação até 2019. Em 2018, penúltimo ano do PPA vigente, apurou-se que esta meta estava 53% atingida. Convém salientar que o orçamento para pagamento de bolsas no país estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 possibilita apenas a manutenção do patamar atual de bolsas no país em 2019. Assim, nesse cenário, não será possível o atingimento da Meta 04L3 ao fim do período do PPA vigente. Dessa forma, para garantir do atingimento da referida Meta, a CAPES considera que devem ser tomadas medidas para a recomposição orçamentária que viabilizem a concessão de novas bolsas de estudo no país.

Além disso, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES visa contribuir para o atingimento da Meta 14 do PNE 2014-2024, qual seja, "Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores". Convém ressaltar que a Meta 14 do PNE relaciona-se com as Metas 04L1 e 04L2 do PPA 2016-2019. Em 2017, apurou-se que 278.792 discentes de mestrado e doutorado encontravam-se matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu, o que representa 93,2% da meta prevista para 2019 (Meta 04L1). Mantendo o ritmo de crescimento observado nos últimos anos estima-se que a meta de 299 mil matriculados seja alcançada em 2019. Em relação aos titulados, no caso do mestrado, a Meta 04L2 já foi alcançada em 2017 com 61.147 mestres titulados no ano, e para doutorado a previsão é do alcance da Meta em 2022. Convém destacar que nos últimos anos, a DPB vem contribuindo para o atingimento dessa meta, uma vez que priorizou a concessão de bolsas de doutorado no país. De 2014 a 2018 observou-se um crescimento de 11,5%.



Gráfico 11

Fonte: DPB/CAPEF

Além do apoio ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, a CAPES promove o desenvolvimento da pós-graduação nacional mediante a concessão de recursos financeiros destinados à melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, os quais podem ser utilizados para a manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, aquisição de insumos, realização de defesas de dissertações e teses, publicação de artigos científicos, participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades acadêmico-científicas no país e no exterior, entre outras. Em 2018, foram investidos R\$ 163,3 milhões por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) para custear atividades acadêmico-científicas dos programas de pós-graduação.

Recursos de custeio investidos nos PPG em 2018



Figura 20

Recursos de custeio (PROAP e PROEX) concedidos aos PPG em 2018.

Fonte: DPB/CAPES

Ainda em relação ao fomento, em 2018, merecem destaque os R\$ 2,5 milhões em recursos de custeio e capital foram destinados, em caráter emergencial, aos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vinculados ao Museu Nacional

atingido pelo incêndio ocorrido em setembro de 2018, que consumiu grande parte de seu acervo e laboratórios, afetando profundamente os trabalhos de pesquisa de estudantes de pós-graduação e docentes.

5.2.1.2 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 4 e 8 do PEI 2011

- Contribuir para a redução das assimetrias regionais – OE 4
- Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado – OE 8

Como parte da ação indutora, em 2018, foram implementadas duas importantes iniciativas voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação de instituições localizadas na Região Amazônica: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD) e Programa Visitante Nacional Sênior (PVNS) na Amazônia.

Por meio do PROCAD/Amazônia, foram aprovados 80 projetos com a concessão de bolsas no país (pós-doutorado e mensalidades de auxílio-moradia) e no exterior (professor visitante, doutorado sanduíche e jovem talento com experiência no exterior). Além disso, serão repassados aos projetos recursos de custeio da ordem de R\$ 13,2 milhões ao longo da execução dos projetos. Já por meio do PVNS/Amazônia foram aprovados 15 projetos com a concessão de bolsas na modalidade Professor Visitante Sênior.

Ainda nesse sentido, ressalta-se a manutenção de programas de apoio à mobilidade acadêmica que visam reduzir as assimetrias regionais do SNPG, tais como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), o PROCAD e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade (Pró-Amazônia), por meio dos quais foram concedidas 1,8 mil bolsas no país em 2018.

Iniciativas da CAPES como o Dinter e o Prodoutoral merecem destaque uma vez que visam contribuir para a ampliação do percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas IES brasileiras (em consonância com o disposto na Meta 13 do PNE e na Meta 04TL do PPA), ao mesmo tempo que atuam na redução das assimetrias regionais do SNPG. Em 2018, por meio do Prodoutoral foram investidos R\$ 6,7 milhões para o pagamento de bolsas e auxílios-moradia para apoiar a formação de 255 docentes de IFES, enquanto que, por meio do Dinter, foram investidos R\$ 10,5 milhões para apoiar, com bolsas de doutorado e recursos de custeio, outros 436 docentes de IES. Cabe destacar que essas iniciativas da CAPES priorizam a formação de docentes das instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que 77,3% dos 691 docentes beneficiados com bolsas de doutorado desses programas, em 2018, estavam vinculados a IES localizadas nessas regiões, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Bolsistas de doutorado - Dinter e Prodoutoral



Gráfico 12

Distribuição regional dos bolsistas de doutorado do Dinter e Prodoutoral em 2018.

Fonte: DPB/CAPES

Ainda no âmbito das ações com vistas à redução das assimetrias regionais, merecem destaque as iniciativas da CAPES em conjunto com as Fundações Estaduais de Apoio/Amparo à Pesquisa (FAP), implementadas por meio do Programa CAPES/FAP, as quais tem como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, bem como fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas unidades da federação parceiras. Por meio dessas parcerias foram concedidas bolsas de estudo e recursos de custeio, buscando atender as necessidades de cada estado. Em 2018 a CAPES investiu R\$ 86,3 milhões na parceria com os governos de 22 estados, conforme pode ser observado na figura a seguir:

A formação de redes de pesquisa constitui, atualmente, uma condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço do conhecimento. A criação dessas redes proporciona a consolidação de parcerias interinstitucionais e o intercâmbio de conhecimentos, por meio da realização de pesquisas em temas estratégicos para o desenvolvimento do país com uma abordagem multidisciplinar. As pesquisas em rede possibilitam o enfrentamento de desafios, que vão desde a qualidade e o impacto social, econômico e educacional dos estudos; o melhor uso da infraestrutura científico-acadêmica; a internacionalização da ciência brasileira; e a inovação.

Neste sentido, destacamos que a grande maioria dos programas/editais estratégicos desenvolvidos no âmbito da DPB, sejam eles voltados para a redução de assimetrias ou em parcerias com outros órgãos, possuem essa característica. Todos esses programas foram abordados nas seções anteriores. Entre os diversos programas de cooperação acadêmica, destacamos que em 2018 a CAPES deu continuidade à implementação das bolsas de estudo e pesquisa concedidas por meio da Chamada INCT-MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, que tem como objetivo promover a consolidação dos institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCT), os quais ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional.



Figura 22

Em 2018 foram investidos R\$ 74,7 milhões neste conjunto de programas, entre os quais destaca-se a execução de programas emergenciais, que são ações priorizadas pelo Governo Federal para atender necessidades iminentes, tais como desastres naturais e surtos epidêmicos, que ameaçam a população brasileira, por meio do financiamento de projetos de pesquisa que visam à busca de soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Em 2018 foram apoiados projetos aprovados no edital de Prevenção e Combate ao vírus Zika e do edital Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce, além de projetos nas áreas de pesquisas oceânicas, taxonomia, ecologia, biologia computacional, desastres naturais, entre outras.

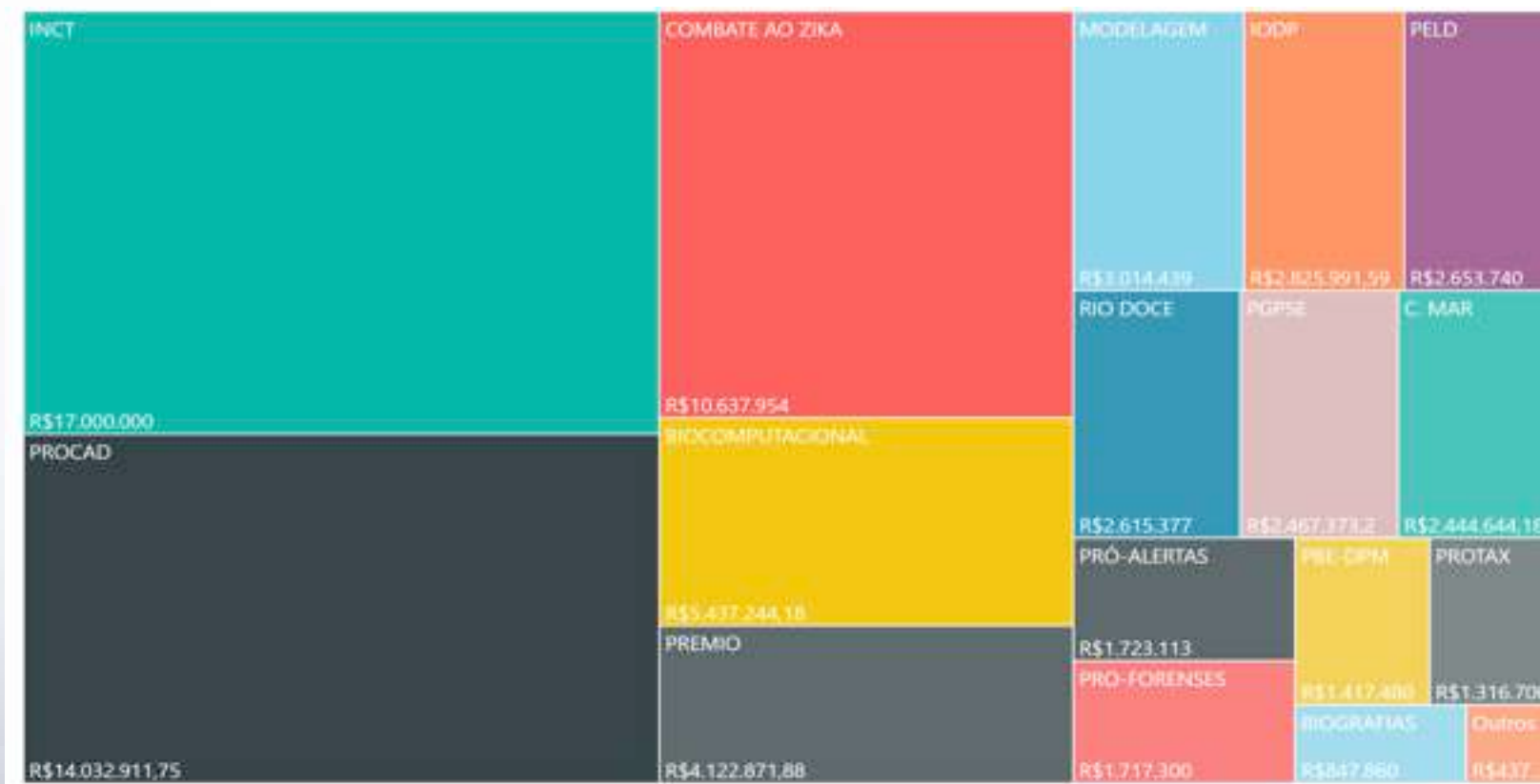


Figura 23

Recursos investidos pela CAPES, em 2018, no apoio a projetos de pesquisa em áreas estratégicas. Para obter informações detalhadas sobre os programas, acesse o site: <http://www.CAPES.gov.br/bolsas/programas-estrategicos>

Fonte: DPB/CAPES

5.2.1.4 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento dos Objetivos Estratégicos 5, 14, 15 e 18 do PEI 2011

- Contribuir para as políticas de desenvolvimento – OE 5
- Estimular e induzir a articulação da Academia com o setor empresarial – OE 14
- Promover maior articulação inter e intragovernamental – OE 15
- Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público – OE 18

No âmbito das ações estratégicas, a CAPES promove um conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras (órgãos governamentais, fundações estaduais de apoio à pesquisa e outras agências de fomento) com o objetivo de implementar políticas públicas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, atendendo demandas específicas desses órgãos relativas à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento de pesquisas em áreas de interesse. Em 2018, foi lançado o quarto edital do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) em parceria com o Ministério da Defesa (MD). Neste ano, a CAPES investiu R\$ 18,1 milhões no apoio a este conjunto de programas.

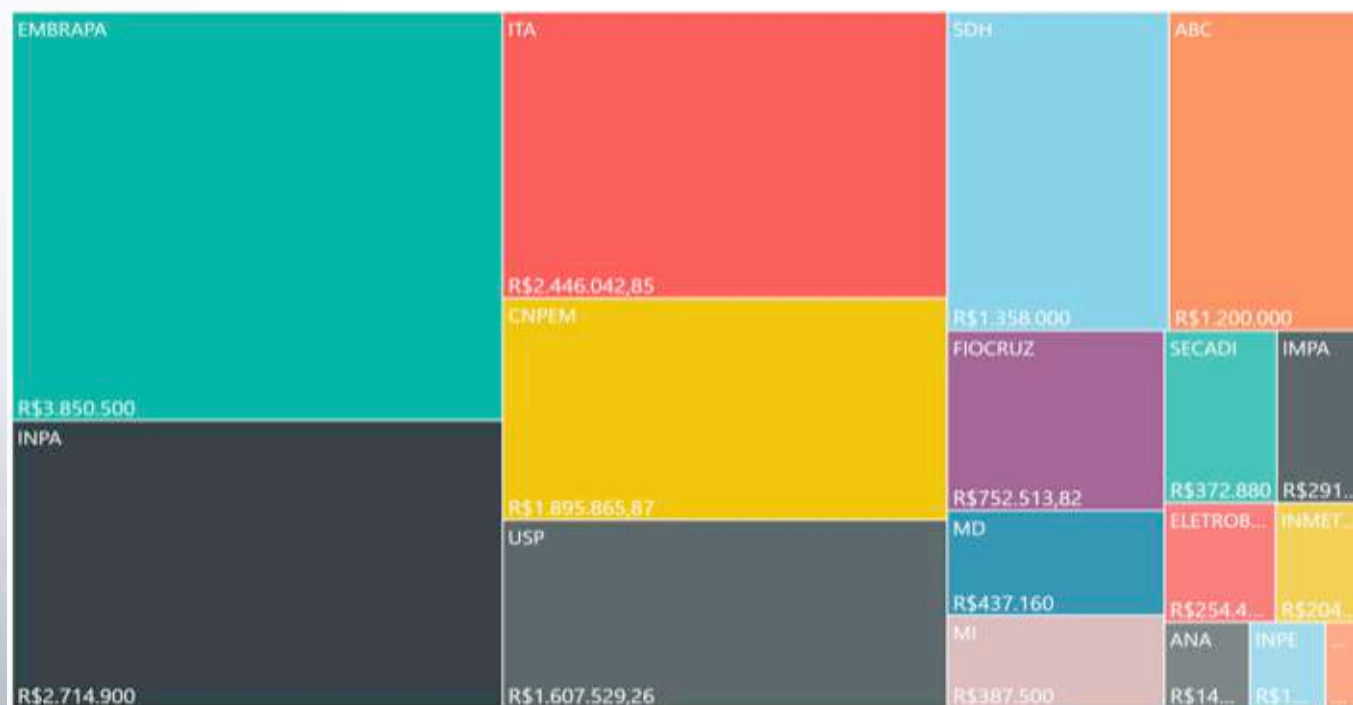


Figura 24

Recursos investidos pela CAPES, em 2018, no apoio a ações estratégicas realizadas em parceria com outros órgãos. Para obter informações detalhadas sobre os programas, acesse o site: <http://www.CAPES.gov.br/bolsas/programas-estrategicos>

Legenda: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Universidade de São Paulo (USP), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República (Tecnologia Assistiva), Academia Brasileira de Ciência (ABC), Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) (CDTS e BSM), Ministério da Defesa (MD) (Pró-Defesa), Ministério da Integração (MI) (Pró-Integração), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC, Eletrobrás, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), entre outros.

Fonte: DPB/CAPES

Além disso, desde os anos 50, o investimento na formação de recursos humanos altamente qualificados, apoiado principalmente pelas agências de fomento federais – CAPES, CNPq, FINEP – e estaduais, tem sido fundamental para o desenvolvimento pleno da capacidade científica nacional. Apesar do importante avanço no desenvolvimento científico medido nas últimas décadas, o Brasil ainda não atingiu o desenvolvimento tecnológico compatível com o porte de sua economia e importância global. A transformação do país, em relação a esses indicadores tecnológicos e de competitividade, exige uma cultura permanente da inovação e produtividade, além de recursos humanos adequadamente capacitados. A inovação acelerada requer talentos com cultura abrangente e exige um setor produtivo disposto a aperfeiçoar suas cadeias de produção e comercialização. Não há dúvida de que o enfrentamento desses problemas deve passar, necessariamente, por políticas públicas que estejam focadas em uma maior aproximação entre academia e empresas.

Neste sentido, por meio do acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a CAPES, em parceria com o CNPq e com o apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), lançou o “Programa Talentos para Inovação” com o objetivo de capacitar recursos humanos nas Unidades e Polos Embrapii para atendimento das demandas dos setores público e privado em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), bem como fortalecer parcerias qualificadas entre Unidades e Polos Embrapii, Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e indústrias.

Além disso, a CAPES, em parceria com o Instituto Vale (ITV), implementa bolsas de mestrado profissional e pós-doutorado com o objetivo estimular e apoiar a realização de projetos de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação e pesquisa do ITV visando apoiar a formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento de pesquisas avançadas em Mineração e Desenvolvimento Sustentável e a renovação de quadros de pesquisa do próprio ITV.

É prioridade da CAAPES, nos próximos anos, criar mecanismos para promover maior articulação da academia com o setor produtivo,

implementando ações de fomento com vistas à formação de recursos humanos que atendam às necessidades das empresas.

5.2.1.5 Ações desenvolvidas pela DPB para o atingimento do Objetivo Estratégico 16 do PEI 2011

OE 16 - Expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional

a) Democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos é uma biblioteca virtual que disponibiliza aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados (considerados pela comunidade acadêmica como os mais importantes para sua área), visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país, contribuindo para a formação de recursos humanos de alto nível para o país, para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

Por meio do Portal de Periódicos, a CAPES disponibiliza aos seus usuários o acesso às informações localizadas em um acervo de mais de 48.325 títulos com textos completos, 136 bases referenciais, 11 bases de patentes, além de e-books e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais. O Portal de Periódicos indexa, também, outros tipos de materiais de acesso livre na internet, como as Bases de Teses e Dissertações e os Repositórios Institucionais e outras fontes de informação científica e acadêmica.

Em 2018, foram investidos R\$ 402,9 milhões no Portal de Periódicos, beneficiando 414 instituições de ensino superior e pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. Entre janeiro e novembro de 2018 foram registrados 201.094.277 acessos ao conteúdo disponível no Portal, o que representa 551 mil acessos diários.

Essa ferramenta democratizou o acesso a informações técnico-científicas no país e se consagrou como instrumento importante para a atividade científica, tecnológica e acadêmica, reduzindo as desigualdades regionais no acesso à ciência. A promoção da democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio da manutenção do Portal de Periódicos, está vinculada à Iniciativa 0621 do Objetivo 1010 do PPA vigente.

b) Apoio à realização de eventos científicos e tecnológicos de curta duração

Em 2018, a CAPES investiu R\$ 40,6 milhões para apoiar, por meio do Programa de Apoio a Eventos no país (PAEP), a realização de 1.081 eventos científicos e tecnológicos de curta duração de abrangência nacional e internacional.

c) Programa Editorial - CNPq/CAPES

Em 2018, em parceria com o CNPq, a CAPES investiu R\$ 2 milhões no apoio a 157 projetos que visam incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do país.

Investimentos na disseminação da informação científica em 2018

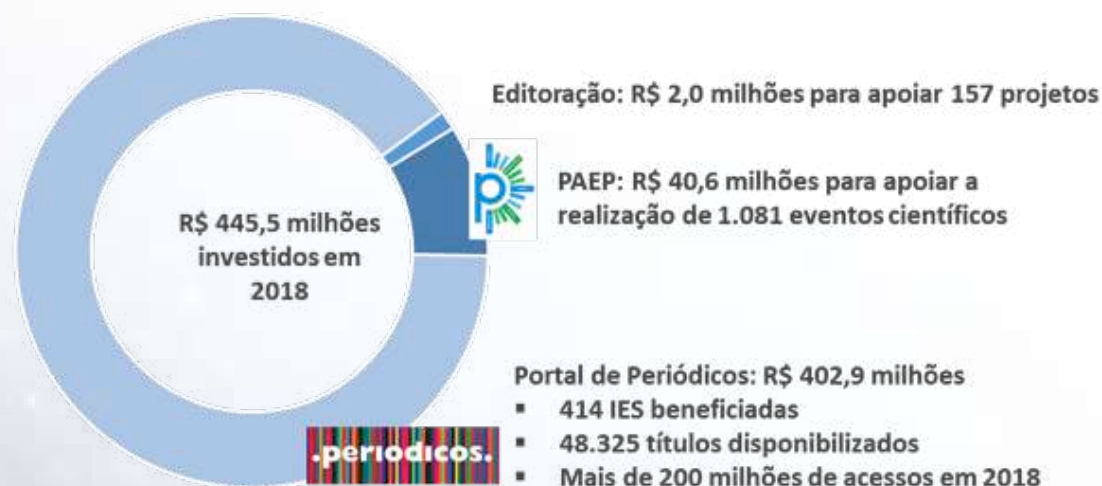


Figura 25

Recursos investidos em 2018 visando expandir a disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional.
Fonte: DPB/CAPES

5.2.2. Perspectivas e desafios

1. Ajustar a concessão de cotas de bolsas de mestrado e doutorado.
2. Aprimorar o modelo de financiamento da pós-graduação.
3. Criar mecanismos para promover a articulação com o setor produtivo, implementando ações de fomento com vistas à formação de recursos humanos que atendam às necessidades das empresas.
4. Ampliar parcerias com órgãos públicos (federais e estaduais) e agências do governo e atrair investimentos do setor privado para o financiamento do SNPG e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).
5. Dialogar com pesquisadores, editores e demais instituições de fomento à pesquisa e pós-graduação para redefinição de modelos de negócio para futuras contratações de conteúdos eletrônicos demandados pela comunidade acadêmica;
6. Ampliar a parceria com instituições de governo e da indústria visando a sustentabilidade do Portal de Periódicos.

5.3. EIXO 3 - INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

À Diretoria de Relações Internacionais da CAPES (DRI) compete, fundamentalmente, promover a internacionalização da pós-graduação brasileira. Dentre as demais competências, encontram-se promover e participar das negociações de acordos e convênios de intercâmbio e de cooperação educacional, científica e tecnológica, de interesse do Brasil, bem como supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no exterior e de cooperação internacional, no âmbito de atuação da CAPES.

Neste sentido, o ano 2018 foi marcado pela renegociação de acordos de cooperação internacional antigos e negociação de novos acordos com o objetivo de garantir o fomento à formação em instituições de excelência no exterior, com simetria no financiamento das ações que envolvem parceiros estrangeiros. Com a negociação, tem sido possível, por exemplo, a diminuição significativa de taxas acadêmicas pagas no exterior para a realização de doutorados em universidades estrangeiras, efetivando-se a redução em 70% dos custos relacionados a doutorados plenos cursados em instituições parcerias, a exemplo da Universidade de Yale, uma das melhores dos EUA.

O ano foi marcado, ainda, pela seleção e início da implementação do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES-PrInt. O CAPES-PrInt está voltado a promover a internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* e conceder maior protagonismo às

universidades no desenvolvimento de projetos de internacionalização integrados. Tal ação demonstra cuidado com a economicidade, a qualidade e o impacto dos resultados no planejamento de ações futuras desta Diretoria, sem perder o foco nas parcerias estratégicas para a formação de profissionais brasileiros.

5.3.1. Cenário onde a DRI está inserida

A atuação da CAPES é sólida e estratégica, nos cenários nacional e internacional. Por meio de mais de 100 acordos de cooperação, memorandos de entendimento ou documentos congêneres, próprios da CAPES ou estabelecidos pelo Brasil através do Ministério das Relações Exteriores, é possível à diretoria apoiar diversos objetivos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2011/2015, do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014/2024 e do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, entre eles:

- promoção da inserção internacional da educação superior;
- expansão do conhecimento científico e estímulo à formação de redes de pesquisa sustentáveis;
- aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação;
- estabelecimento de parcerias institucionais em todas as áreas do conhecimento, considerando as vocações, as prioridades ou as potencialidades das instituições parceiras no Brasil e no exterior;
- incentivo a ações de internacionalização das universidades;
- consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional e internacional; e
- integração com outras ações de fomento da CAPES, no esforço de promover a cooperação científica internacional.

5.3.2. Desempenho alcançado no período



Figura 26

5.3.3. Destaque

Em 2018, foi iniciada a implementação do CAPES-PrInt, que selecionou projetos institucionais de internacionalização da pós-graduação de 36 Instituições de Ensino Superior (IES). Espera-se que, no período entre 2018 a 2022, as 36 IES desenvolvam os 578 projetos planejados em torno de 199 temas estratégicos, com a concessão de mais de 5.500 bolsas por ano. Esse Programa deverá culminar com uma nova abordagem sobre a internacionalização da pós-graduação brasileira, para que seja mais estratégica, indo além das ações de mobilidade acadêmica. Além disso, houve continuidade na implementação de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperação internacional, reavaliando e modernizando os termos de cooperação, com atenção à relevância e impacto das ações desta Diretoria.



Figura 27



Gráfico 13

5.3.4. Perspectivas futuras



Figura 28

5.4. EIXO 4 - FOMENTO À EDUCAÇÃO BÁSICA

5.4.1. Resultados

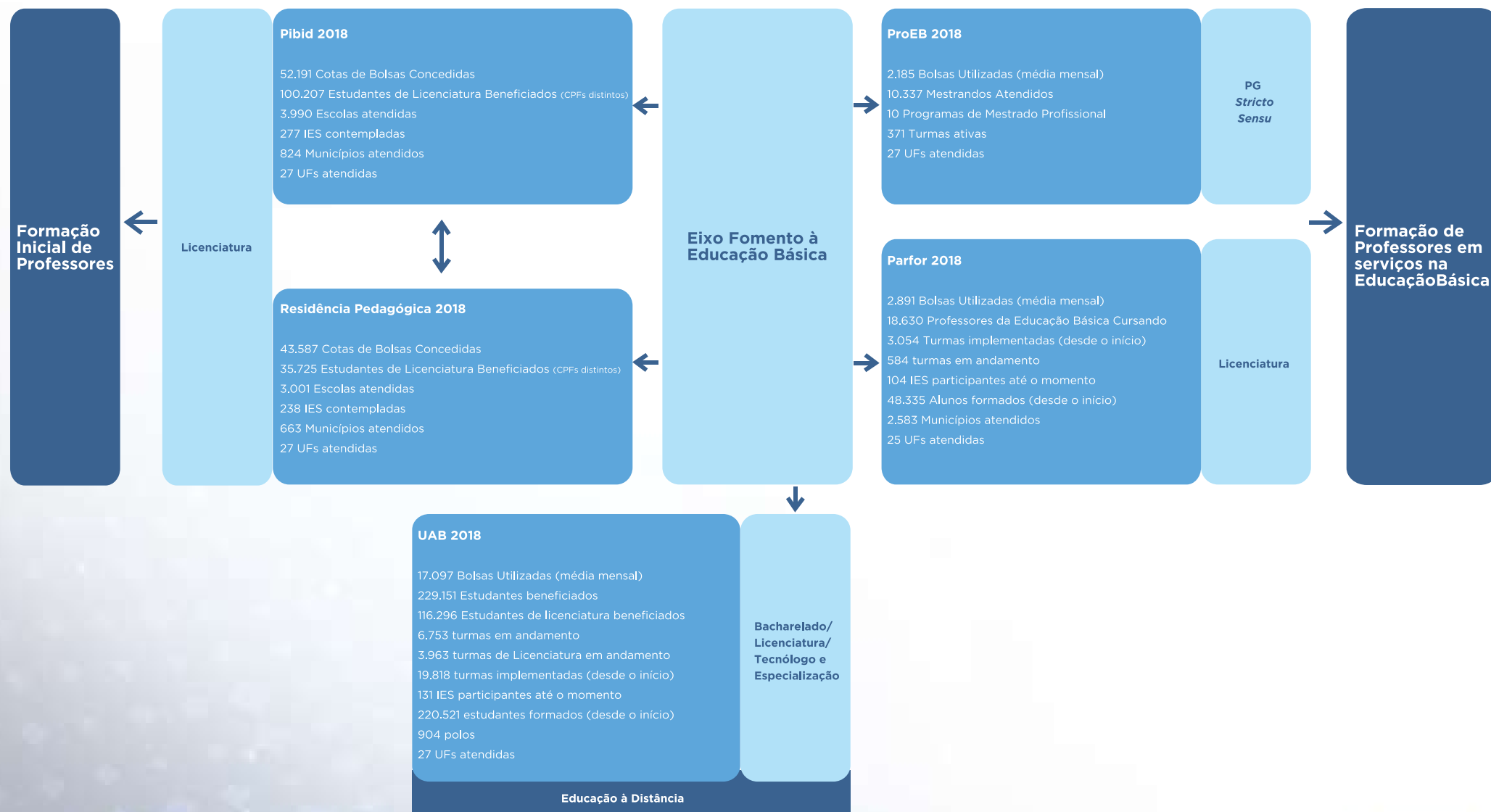


Imagem 29

Número do Objetivo Estratégico	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011 (PE2011)	PROGRAMA 2080 - EDUCAÇÃO PDE QUALIDADE PARA TODOS - PPA-2016-2019					
	Objetivo Estratégico PE2011	Objetivo - PPA-2016-2019 (1008, 1010, 1011)	Indicadores do Programa 2080	Metas Quantitativas do Objetivo 1008	Metas Quantitativas do Objetivo 1010	Metas Quantitativas do Objetivo 1011	Iniciativas não individualizadas
10	Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica	1008	Módulo Painel, Indicador 548	04K8	04KY	Sem metas compatibilizáveis	060V
11	Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado	1008	Sem indicadores compatibilizáveis	04K7	Sem metas compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis	060U
12	Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais da educação básica	1008	Sem indicadores compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis	0616
13	Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a Educação Básica	1008	Sem indicadores compatibilizáveis	04K9	Sem metas compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis	Sem metas compatibilizáveis

Quadro 10

A seguir serão apresentados os resultados alcançados pelos Objetivos 1008 e 1010 do PPA – 2016 – 2019.

O objetivo 1008, constante do Plano Plurianual 2016-2019, prevê “Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.”

Em relação ao alcance de tal objetivo, apresentamos a seguir as tabelas, que sintetizam as informações dos indicadores e metas quantitativas, respectivamente.

Painel	Indicador	Unidade e Medida	Periodicidade	Responsável pela análise	Fon- te	Valor	Apuração	2016	2017	2018
548	Número de estudantes de licenciatura que recebem bolsas de programas de formação prática de alunos dos cursos de licenciatura (indicador alterado pela portaria MP número 290, de 21 de setembro de 2018)(CAPES)	Unidade	Anual	CAPES	CA-PES/ MEC	72.845	31/12/2014	89.905 (Pibid)	82.378 (Pibid)	100.207 (Pibid) + 35.725 (Residên- cia Peda- gógica) = 135.932

Tabela 7

Tabela – Alcance das Metas Quantitativas do Objetivo 1008

Descrição da Meta	Unidade Medida	Meta Prevista 2016-2019	Meta realizada				Observações
			2016	2017	2018	2019	
Meta 04K7 - Realizar 376 mil novas matrículas de graduação (licenciatura) para formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação. (CAPES, SECADI, SESU)	Matrículas	376.000	10.802 (Parfor) 11.493 (UAB)	0 (Parfor) 58.977 (UAB)	2.526 (Parfor) 19.917 (UAB)	Previsão de 3.299 (Parfor) 38.556 (UAB)	No alcance desta Meta contribuem outras unidades organizacionais além da DEB e da DED.
Meta 04K8 - Ampliar gradualmente de 90 mil para 95 mil o número de bolsas ofertadas anualmente pelos programas de formação prática de alunos dos cursos de licenciatura visando à promoção da qualidade da formação docente. (CAPES)	Bolsas ofertadas	95.000	73.309	73.309 (Pibid)	52.191 (Pibid) + 43.587 (RP) =95.778	Previsão de 52.191 (Pibid) + 43.587 (RP) =95.778	RP= Residência Pedagógica
Meta 04K9 - Ofertar 90 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação. (CAPES)	Matrículas	90.000	25.303 (19.871 UAB + 5.432 PROEB)	32.825 (30.105 UAB + 2720 PROEB)	11.000 (7.500 UAB + 3.500 PROEB)	Previsão de 25.500 (24 mil UAB + 1.500 PROEB)	

Tabela 8

5.4.1.1. Objetivo 1008

Em 2018, a CAPES lançou editais para o Programa Residência Pedagógica, para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), para o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor) e para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esses programas integram a Política Nacional de Formação de Professores, os quais contribuem para o alcance das metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os Programas Residência Pedagógica e Pibid fomentam a formação prática de alunos dos cursos de licenciatura. Enquanto o Pibid enfatiza a prática como componente curricular e atividades teórico-prático, o Residência Pedagógica tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura.

As turmas vigentes do Parfor no final do ano de 2018 estão ofertando formação inicial a 18.630 professores da educação básica em serviço e contribuem para o alcance da meta 15 do PNE. Desse total, 5.825 ingressaram nas 150 turmas ofertadas pelo Edital nº 19/2018, implementadas a partir de agosto 2018. Esses valores são captados pela Meta 04K7, que mensura as novas matrículas de graduação (licenciatura) para formação inicial de professores para a educação básica.

Em relação ao Sistema UAB, atualmente estão em andamento 6.753 ofertas em cursos ativos, dos quais 3.963 são licenciatura e 1.723 em pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB).

Esses programas atualmente vigentes na CAPES – Pibid, Residência Pedagógica, Parfor, UAB e PROEB formam um conjunto integram a Política Nacional de Formação de Professores coerente de ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores.

Meta 04K7 - O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) apoia turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em serviço. No ano de 2018 estavam vigentes no Parfor 584 turmas, com 18.630 alunos matriculados. Desses, 2.526 correspondem a novas matrículas que ocorreram naquele ano.

Na educação à distância a UAB fomenta a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no País. O sistema UAB opera em regime de colaboração entre a União e os entes federados, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas, propiciando, ainda, a criação e efetivação de tecnologias de informação e comunicação vinculadas à melhoria do ensino. Em 2018, a UAB ofertou 18.219 novas matrículas para a formação inicial de professores.

Meta 04K8 - Em 2018, foi lançado o Edital CAPES nº 7/2018, que corresponde à nova edição do Pibid. Os novos projetos institucionais, com vigência até janeiro de 2020, foram implementados a partir de agosto de 2018, tendo sido contempladas 277 instituições de ensino

superior (IES) e concedidas 52.191 bolsas. Dessas, 44.716 são bolsas de iniciação à docência, destinadas aos licenciandos.

Com o Edital CAPES nº 6/2018, foi lançada a primeira edição do Programa de Residência Pedagógica. Os projetos institucionais, com vigência até janeiro de 2020, foram implementados a partir de agosto de 2018, tendo sido contempladas 238 IES e concedidas 43.587 bolsas. Dessas, 37.121 são bolsas Residente, destinadas aos licenciandos.

Com o lançamento dos Editais CAPES nº 6/2018 – Programa Residência Pedagógica e nº 7/2018 – Pibid esses programas passaram a fomentar apenas bolsas. A partir de 2018 o custeio destinado ao Pibid e ao Programa Residência Pedagógica passou a ser fomentado por meio do ProF Licenciatura, que em 2018 apoiou 178 IES do Pibid e 163 IES do Programa Residência Pedagógica.

Meta 04K9 - O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em consonância com a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), oferta cursos de especialização e Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB). O ProEB oferta mestrados profissionais com vagas exclusivas para professores em exercício nas redes públicas de educação básica, em: Matemática, (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (Profletras), Artes (ProfArtes), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui) e Filosofia (ProfFilo), Educação Física (ProEF) e Sociologia (ProfSocio). Atualmente estão em andamento 1.723 cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Em 2018, registaram-se 7.512 novas matrículas em cursos de especialização e 5.270 novas matrículas em mestrados profissionais para professores da educação básica. O resultado acumulado da Meta 04K9, somando-se os dados de 2018, 2016 (25.303) e 2017 (41.926) é de 80.011 novas matrículas, representando 88.9% da meta prevista para o período do PPA 2016-2019, que era de 90 mil.

Meta 04KY - No ano de 2018, encontravam-se matriculados, no Sistema UAB, 211.294 alunos, dos quais 63.536 em graduações e 147.758 em especializações, em todas as áreas do conhecimento. Do total de alunos ativos, 36.170 correspondem a novas matrículas, 21.460 em graduações e 14.710 nas especializações. Mantendo-se o patamar de alunos, o esforço de indução efetuado pelo Sistema UAB tem o potencial de contribuir com a estimativa de 2,95% da Taxa Bruta de Matrícula no Ensino Superior. A expansão do Sistema poderia representar uma amplificação da capacidade de alcance dos objetivos da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Cumprir destacar que no ano de 2018, o Sistema UAB reservou, no mínimo, 75% das vagas para a formação de professores em primeira ou segunda licenciaturas, contemplando, em especial, os conteúdos previstos na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Foram ofertadas, das vagas relativas a esse Edital, o total de 22.606 vagas, no ano de 2018.

5.4.1.3. Objetivo 1010

O Objetivo 1010, prevê “Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação,

apoando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.”

Na tabela a seguir são apresentados os dados referentes à Meta 04KY, a única do referido Objetivo, cujo cumprimento compete exclusivamente à DED/CAPES.

Descrição da Meta	Unidade Medida	Meta Prevista 2016 - 2019	Meta Realizada		
			2016	2017	2018
Meta 04KY - Elevar de 180 mil para 289 mil o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância, pelo Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), em todas as áreas do conhecimento em consonância com o disposto na meta 12 do plano Nacional de Educação. (CAPES)	Matrículas	289.000	131.433	218.433	211.294

Tabela 9

5.4.1.3 - Iniciativas não individualizadas

Iniciativa 060V - Articulação, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE), para a regulamentação dos requisitos necessários para a implementação das turmas no âmbito dos programas especiais de oferta emergencial de formação docente.

Devido às mudanças nas diretrizes da política de formação docente, não foram realizadas as iniciativas de articulação com o CNE

Iniciativa 0616 - Promoção da formação continuada aos profissionais da educação básica, incluindo ações de cooperação e mobilidade acadêmica e docente, nacionais e internacionais.

Em 2018, a CAPES participou da organização da premiação aos professores vencedores da 10ª edição Prêmio Professores do Brasil

(PPB). Os vencedores do prêmio foram contemplados com uma viagem internacional à Irlanda, visando conhecer a experiência da formação de professores no Mary Immaculate College. O Prêmio é uma iniciativa do MEC, com a finalidade de reconhecer o mérito de professores pela contribuição dada à melhoria da qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento de experiências pedagógicas bem-sucedidas.

Ainda em 2018, foi lançada nova edição do Programa de Desenvolvimento Profissional de Língua Inglesa (PDPI). O PDPI é um Programa desenvolvido pela CAPES em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil e com a Comissão Fulbright. Visa promover o fortalecimento da fluência oral e escrita em inglês, novas metodologias de ensino e avaliação que estimulem a participação de alunos em salas de aula, estimular o uso de recursos online e outras ferramentas na formação continuada de professores e na preparação de planos de aula. Desde 2010, foram lançados 5 editais do Programa e a edição 2018 foi lançada por meio da Portaria 384, de 25 de abril de 2018. No Edital 19/2017, o Programa selecionou 479 professores de língua inglesa da educação básica em efetivo exercício na rede pública de ensino para um curso intensivo de 6 semanas em universidade nos Estados Unidos, com atividades acadêmicas e culturais. Os professores viajaram em janeiro/2018.

Iniciativa 060U - Fortalecimento dos fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente e dos Comitês de Articulação da Formação Docente da Unidade Federativa, contribuindo para a realização, em colaboração com os sistemas de ensino, do planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação inicial e continuada. (Iniciativa Alterada pela Portaria MP nº 290, de 21 de setembro de 2018.)

Iniciativa não realizada devido à falta de regulamentação do Decreto 8.752/2016.



Alocação de recursos e Áreas especiais de gestão

APRESENTAÇÃO DIRETORIA DE GESTÃO

A Diretoria de Gestão integra a estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e tem como competência planejar, coordenar, executar e aprimorar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, à gestão orçamentária, financeira e contábil e à gestão de recursos logísticos da Fundação.

Em relação à gestão de pessoas, merecem destaque as ações de capacitação e requalificação profissional desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoas – PIDP da CAPES. Tais ações englobam o apoio a cursos de graduação, cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, cursos de idiomas e cursos pequena duração. Vale também ressaltar as atividades de promoção à saúde e ao bem-estar do servidor realizadas por meio do Programa Qualidade de Vida da Fundação, como campanhas de vacinação e de prevenção de doenças.

Importante mencionar, ainda no campo da gestão de pessoas, que a DGES é responsável por todos os atos relacionados ao cadastro, ao pagamento, à frequência, à lotação, aos afastamentos, às férias e às licenças de servidores, constituindo área fundamental para o funcionamento da Instituição.

A gestão de recursos logísticos compreende as contratações administrativas, a gestão de pessoal terceirizado (segurança, secretariado, recepção, apoio operacional, etc.), a gestão documental, a administração predial, os serviços de transporte e os procedimentos administrativos decorrentes das contratações finalísticas da Fundação. Cotejando-se os gastos administrativos, de pessoal e de tecnologia da informação com o orçamento total executado pela CAPES, verifica-se que a Instituição é bastante eficiente, possuindo uma estrutura bastante enxuta. Cerca de 5% do orçamento da Unidade são gastos com despesas dessa natureza.

Ainda em relação à gestão de recursos logísticos, destaca-se a realização de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental, tais como a campanha “adote uma caneca”, que reduziu em 76% o quantitativo de copos plásticos utilizados em relação a 2017, a substituição de lâmpadas fluorescente por lâmpadas de LED, a instalação de interruptores individuais nas salas, a instalação de válvulas com fechamento automático nas torneiras, entre outras, resultando numa economia de energia e de água conforme

discriminado abaixo:

Tabela 10

	2017	2018	Comparativo
	Consumo	Consumo	Redução de consumo
Energia elétrica (kWh)	2.454.408 KWh	2.234.783 KWh	9%
Água (m ³)	23.223 m3	13.712 m3	41%

Por fim, no que concerne à administração orçamentária e financeira, a DGES é responsável pela coordenação dos processos de elaboração, execução e monitoramento dos Orçamentos da CAPES. Em um cenário de escassez de recursos, a boa gestão das disponibilidades orçamentárias e financeiras é primordial para a execução satisfatória das ações finalísticas da Fundação, de forma a disponibilizar à sociedade os bens e serviços necessários da melhor forma possível.



Anderson Lozi da Rocha
Diretor de Gestão

(Foto: Haydée Soares/CCS-CAPES)



Cristian de Oliveira Lima
Coordenador Geral

(Foto: Haydée Soares/CCS-CAPES)

6.1. Gestão Orçamentária e Financeira

Informações apresentadas no anexo II.

6.2. Gestão de pessoas

6.2.1. Conformidade Legal

As principais portarias que regulam a gestão de pessoas na CAPES são:

- **Portaria CAPES nº 188, de 21/12/2012** - estabelece as regras para concessão da licença para capacitação.
- **Portaria GAB nº 115, de 17 de maio de 2018** - Aprova o Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoas – PIDP.
- **Portaria CAPES nº 172 - 6 de dezembro de 2012** - Estabelece Critério e Procedimentos Internos da CAPES para Avaliação de Desempenho.
- **Portaria Nº 164, de 11 de Novembro de 2013** - Define a metodologia e os procedimentos da Avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- **Portaria MEC nº 403 de 23/04/2009** - Dispõe sobre a solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias, passagens e hospedagem no âmbito do Ministério da Educação, e dá outras providências.
- **Portaria MPOG nº98, de 16 de julho de 2003** - Dispõe sobre viagens a serviço, concessão de diárias e emissão de bilhetes de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- **Portaria CAPES nº 146, de 19 de outubro de 2009** - Disciplina a concessão de diárias e emissão de passagens nacionais e internacionais no âmbito da CAPES.
- **Portaria nº 289, de 28 de dezembro de 2018** - Institui o Regulamento que estabelece as normas para as modalidades de bolsas e auxílios no exterior, aplicável às ações da Diretoria de Relações Internacionais –DRI.
- **Portaria nº 125, de 29 de maio de 2018** - Estabelece as modalidades de bolsas de estudos no exterior e no Brasil fomentadas no âmbito das ações e programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES, bem como determinar os valores dos principais tipos de benefícios a serem disponibilizados para cada modalidade.

Outras legislações utilizadas pela gestão de pessoas na CAPES:

- **Resolução nº 1, de 06.07.1994**, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia (GQ);
- **Lei nº 11.907 de 2009** (RT); Artigo 55
- **Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 (RT)**; Artigo 18-A da
- **Decreto 8.539, DE 2015** - PROCESSO ELETRÔNICO (SCDP);
- **Medida Provisória 2.200-2, DE 2001** (SCDP);
- **Lei 8.027, DE 1990** - NORMAS DE CONDUTA DO SERVIDOR PÚBLICO (SCDP);
- **Lei 9.784, DE 1999** PROCESSO ADMINISTRATIVO (SCDP);
- **Instrução Normativa SLTI/MP Nº 3, DE 2015** (SCDP);
- **Instrução Normativa SLTI/MP Nº 3, DE 2015** (SCDP).

6.2.2. Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício

Distribuição de servidores por faixa salarial

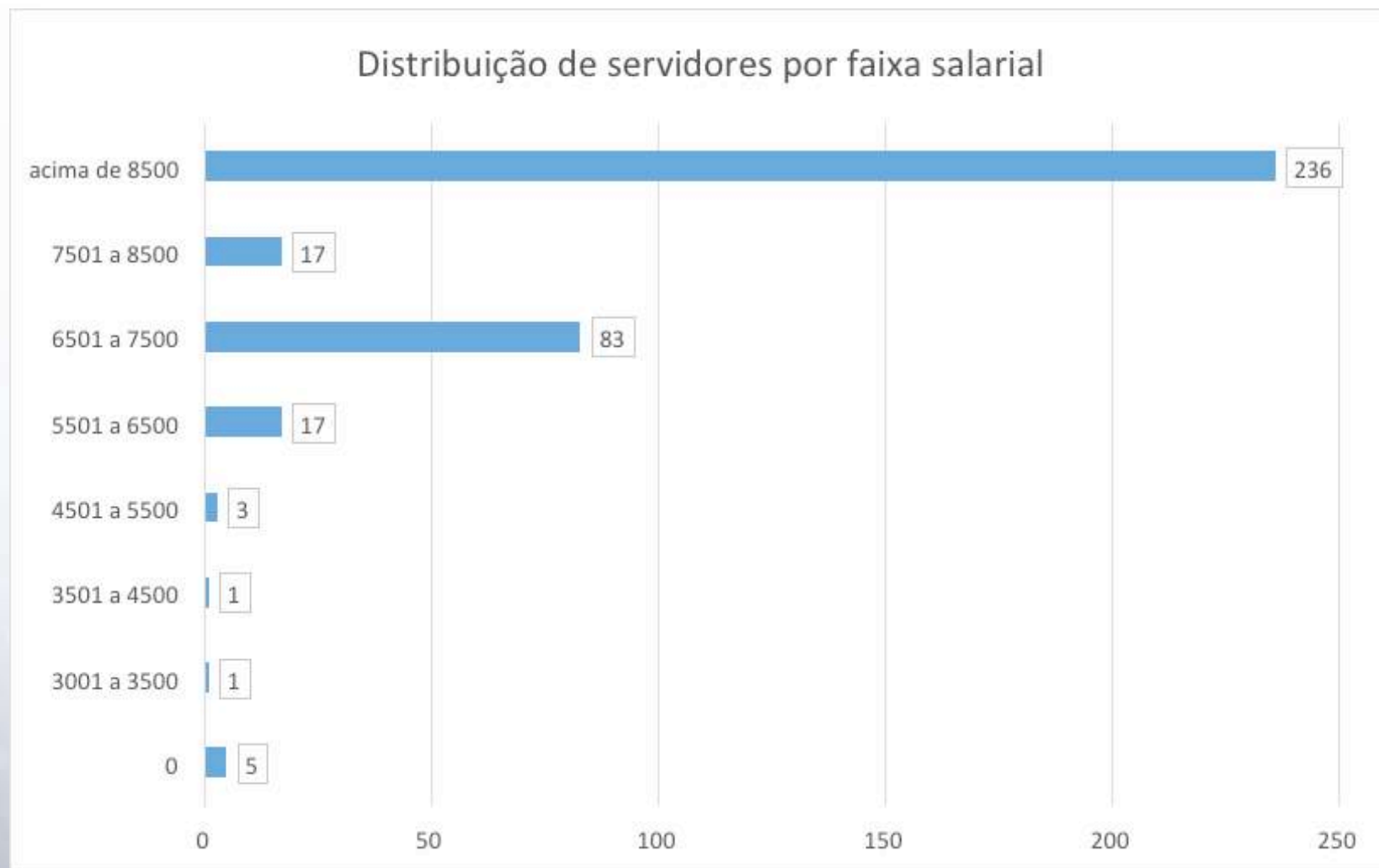


Gráfico 14

Distribuição de servidores por gênero

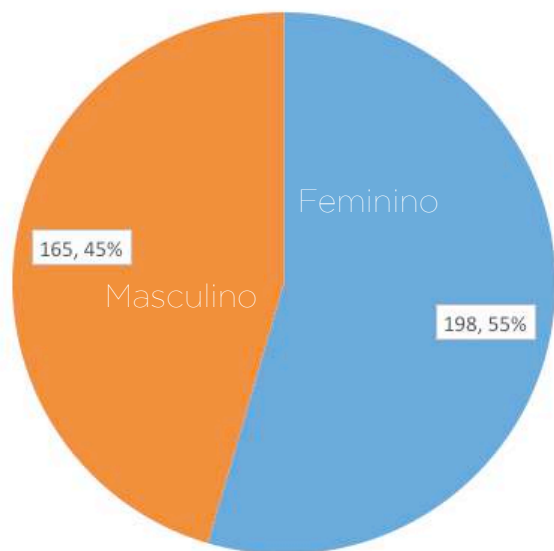


Gráfico 15

Distribuição de servidores por deficiência

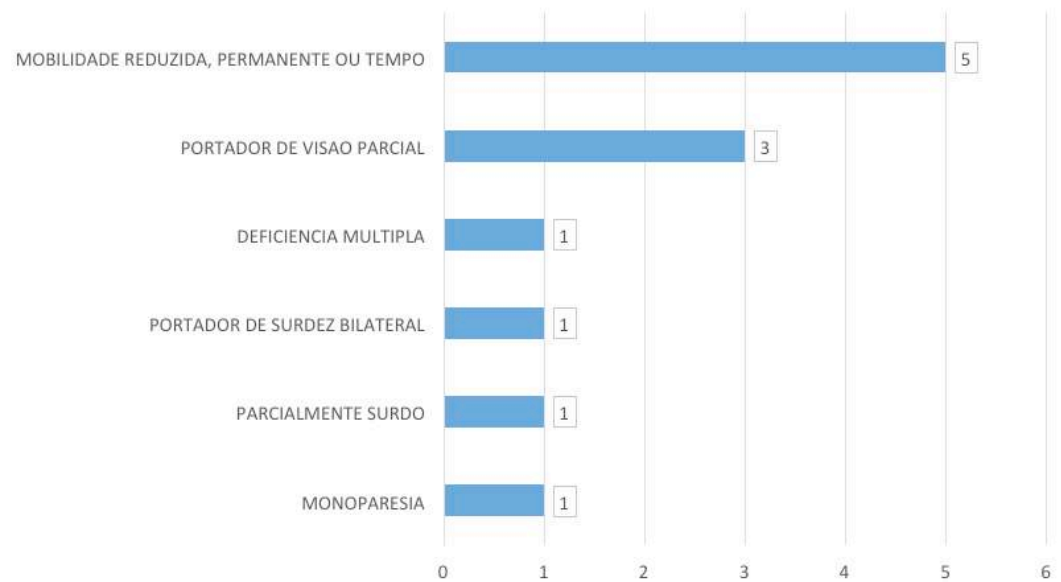


Gráfico 16

Distribuição de servidores por etnia

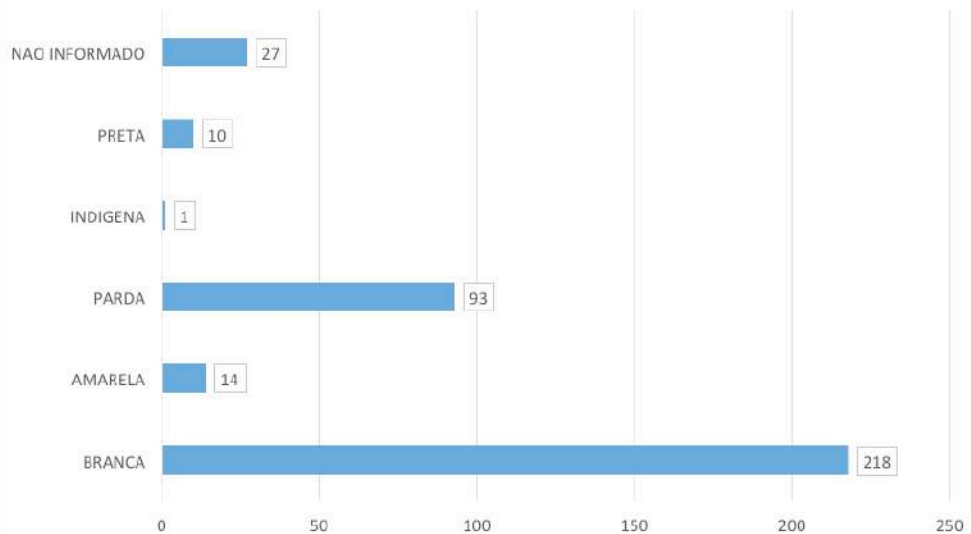


Gráfico 17

Distribuição de servidores por faixa etária

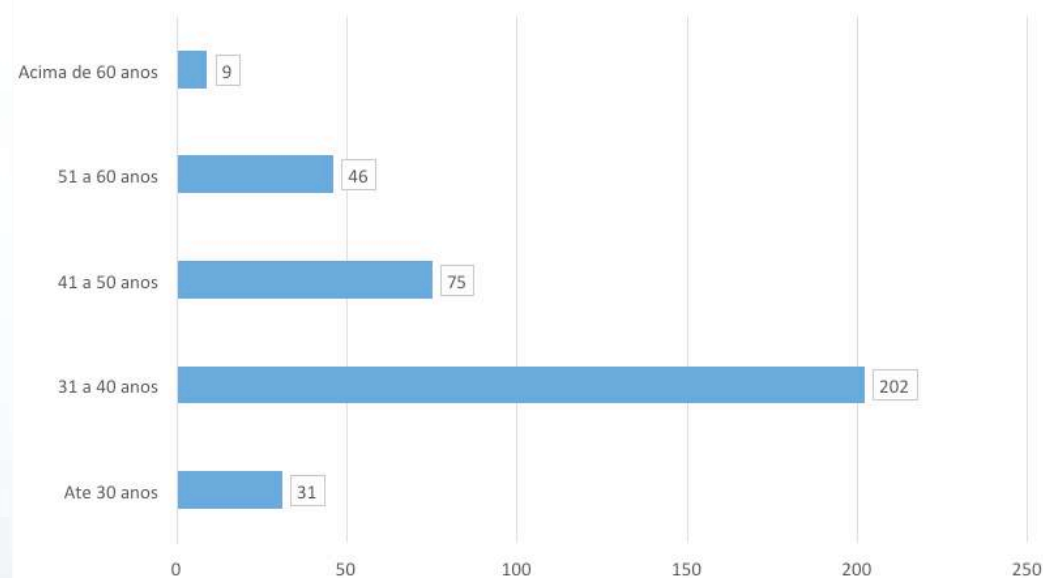


Gráfico 18

Distribuição de servidores por situação funcional

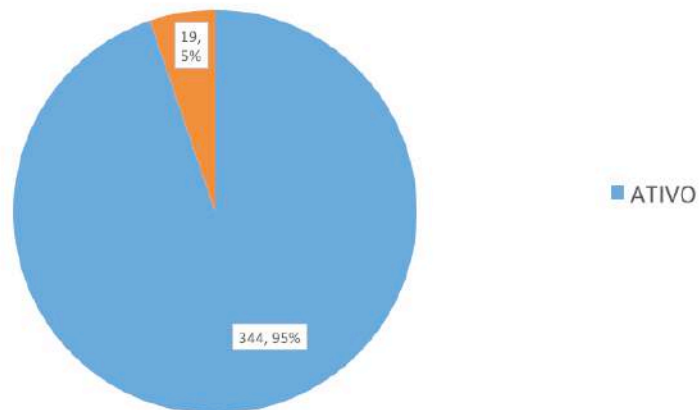


Gráfico 19

Distribuição de servidores por carreira

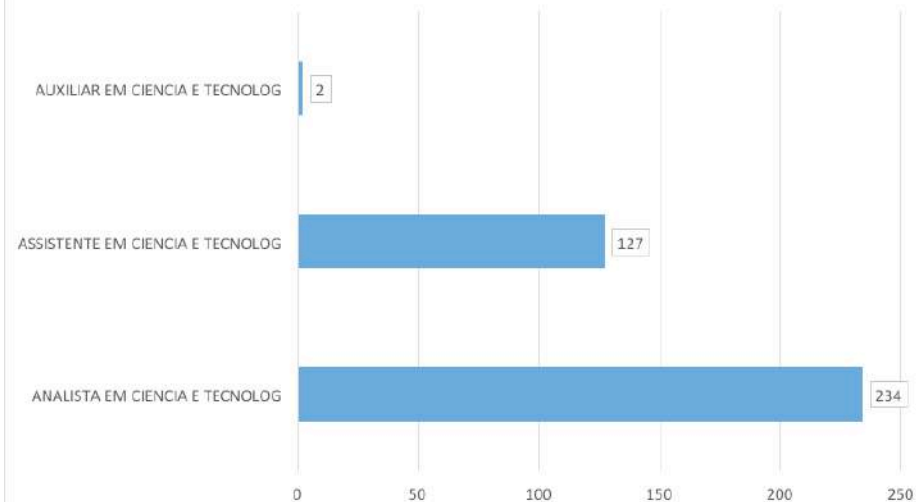


Gráfico 20

Distribuição de servidores por área UORG

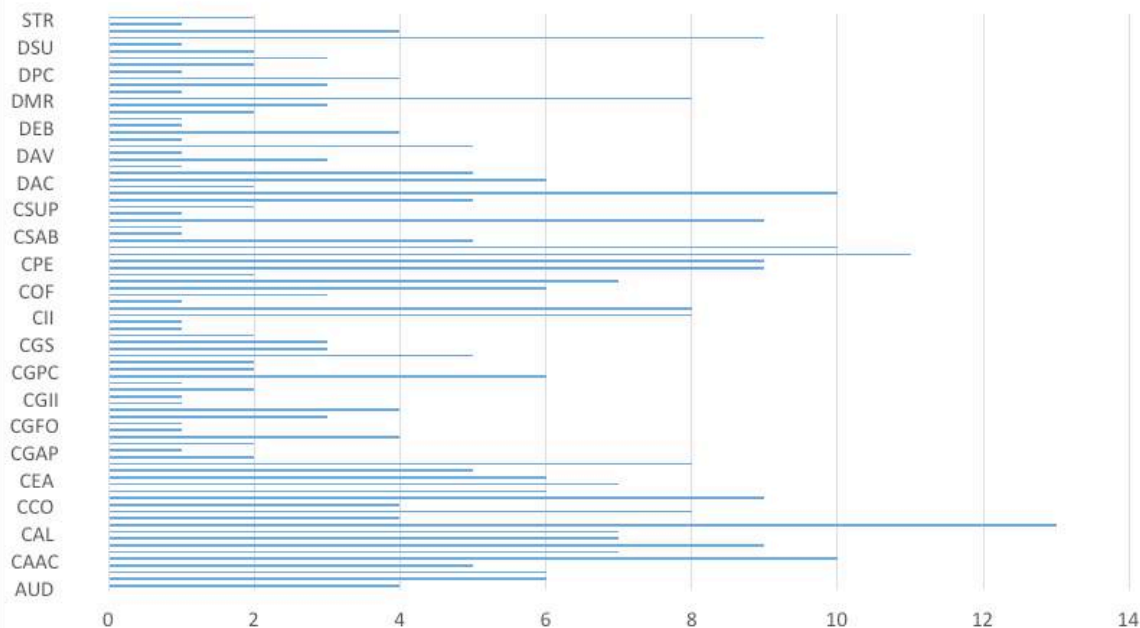


Gráfico 21

6.2.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A CAPES não realizou concurso no ano de 2018.

Em relação a alocação de pessoas, a CAPES esforça-se para unir o interesse do servidor com a necessidade de força de trabalho no setor pretendido.

6.2.4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

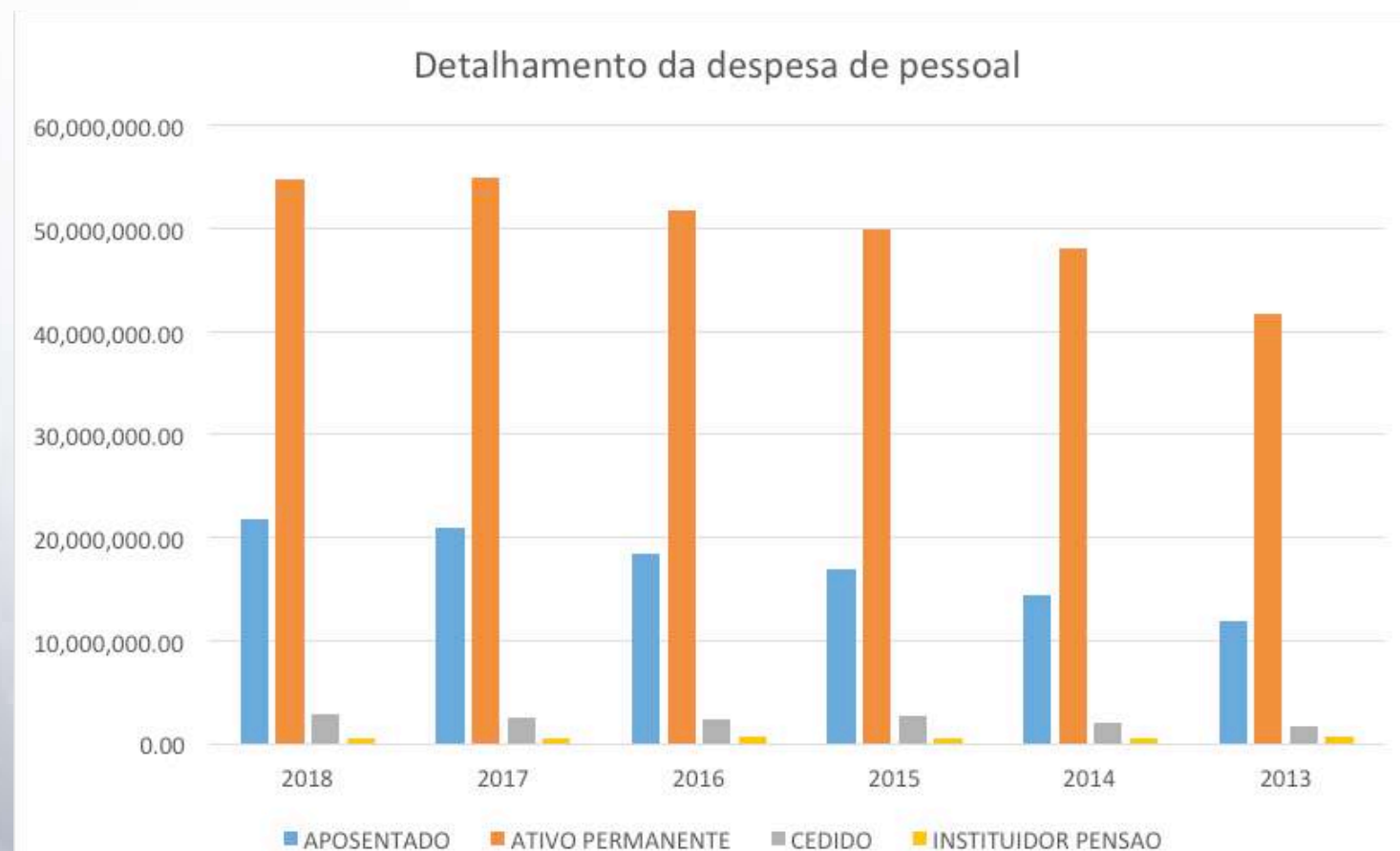


Gráfico 22

O aumento da despesa com ativo ocorreu em virtude da nomeação de novos servidores nos anos de 2013 a 2016, em decorrência de concurso público realizado no ano de 2012. A partir de 2016 o aumento se deu principalmente em virtude das progressões de carreira.

O aumento da despesa com aposentados se deu em virtude do aumento do número de aposentadorias unida ao baixo número de óbitos. Já o aumento das despesas com cedidos ocorreu devido à grande demanda de cessões/requisições de servidores.

6.2.5. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

A Avaliação de desempenho é realizada segundo as diretrizes do Decreto 7.133/2010 e Portaria CAPES 172/2012, com critérios e procedimentos gerais observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e consequente definição da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T (GDACT). Ocorrem avaliações da chefia, auto avaliação e avaliação entre pares, por meio de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), em que são avaliados fatores de produtividade, conhecimento de métodos e técnicas, cumprimento de normas, trabalho em equipe e comprometimento. Metas de desempenho individual, acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, são definidas por critérios objetivos e compõem o plano de trabalho de cada unidade de lotação, tendo periodicidade anual e constante. A partir da composição das pontuações, são definidos os valores a título de GDACT.

A Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, conforme a Lei 8.691/1993, é destinada a servidores habilitados a exercer atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia e é constituída de três cargos: Analista em Ciência e Tecnologia; Assistente; e Auxiliar. Os analistas são organizados em Analista em Ciência e Tecnologia Júnior, Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1, Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 2, Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 3, e Analista em Ciência e Tecnologia Sênior. Os Assistentes em: Assistente 1, 2 e 3. E os Auxiliares em: Auxiliar 1 e 2. Para a promoção na carreira, os dois últimos dependem de experiência na área. Já, na carreira de Analista, a progressão se dá com a experiência ou por meio da formação de *Stricto Sensu*”.

No estágio probatório, regida pela Portaria CAPES 164/2013, os servidores também passam por avaliação de desempenho, mas os fatores são: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. O estágio tem duração de 36 meses e

ocorre nos meses 12º, 24º e 32º. A avaliação, nesse caso, está sob a responsabilidade da chefia imediata, não sendo de 180º como na avaliação para fins de GDACT.

As tabelas de remuneração das carreiras de C&T estão dispostas nas Leis 13.324/2016, 11.907/2009 e 11.344/2006.

Em dezembro de 2018, 77% dos cargos em comissão (DAS) estavam sendo ocupados por servidores efetivos. Neste percentual excluiu-se as funções comissionadas (FCPE), tendo em vista que 100% delas devem ser ocupadas por servidores efetivos. Na nomeação para os cargos em comissão, todos os servidores da CAPES têm a oportunidade de serem nomeados.

6.2.6 Capacitação: estratégia e números

O Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas – PIDP (Portaria CAPES 115/2018) sucedeu o Plano Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH (Portaria CAPES 214/2011), sendo que o planejamento de ações de capacitação ocorreu por meio de iniciativas como Eventos (Congresso, Seminário, Encontro, Fórum e Workshop), cursos de Curta duração, Graduação e Pós Graduação Lato Sensu, para o desenvolvimento profissional em termos gerais; e planejamento de necessidade de capacitação, em temas específicos, por meio de Pós Graduação Stricto Sensu, para o desenvolvimento na carreira.

Em 2018, de um total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais) disponíveis, quase R\$ 900.000,00 foram empenhados, sendo a maior parte (R\$ 340.000,00 – trezentos e quarenta mil) em Pós Graduação Stricto Sensu, refletindo o esforço do órgão para viabilizar a promoção dos servidores aos níveis mais altos da carreira. Outros R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil) foram voltados para programa de idiomas; R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil) em eventos de curta duração; R\$ 100.000,00 (cem mil) em graduação; e R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos) em Pós Graduação Lato Sensu; e R\$ 15.000,00 (quinze mil) em material didático; todos importantes para as necessidades de atualização dos servidores em temas sensíveis à C&T.

6.3. Gestão de Licitações e Contratos

CONFORMIDADE LEGAL

- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993
- Lei 10.520, de 17 de julho de 2002
- Lei Distrital nº 5.610/2016
- Decreto 5.450/ 2005
- Decreto 7.746/ 2012
- Decreto 7892/ 2013
- Decreto 9.507/ 2018
- Instrução Normativa nº 01/ 2010
- Instrução Normativa nº 04/ 2014
- Instrução Normativa nº 05/ 2014
- Instrução Normativa nº 05/ 2017

CONTRATOS

As despesas das contratações referem-se à manutenção de serviços contínuos, imprescindíveis ao funcionamento da CAPES, cuja descontinuidade poderá trazer prejuízos na execução das atividades desempenhadas. Destacam-se as contratações relativas ao funcionamento administrativo, ao Portal de Periódicos, à serviços da área de Tecnologia da informação. Ao longo de 2018, a CAPES manteve um total de 193 contratos vigentes.

DESAFIOS, FRAQUEZAS, E RISCOS NA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES

Os principais desafios para o ano de 2019 são:

DESAFIOS

Elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), que consolidará as contratações e facilitará a tomada de decisão e a ampliação das compras compartilhadas.

Elaboração de calendário de licitações, a partir do PAC, que permitirá um maior controle e maior previsibilidade para a gestão.

RISCO E FRAGILIDADE

Ausência de uma solução para controle da gestão e fiscalização dos contratos administrativos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Elaboração de indicadores para avaliar as ações desenvolvidas pelas equipes.

Otimização da capacidade de atendimento às demandas e promoção da eficiência nas contratações.

Elaboração de caderno de procedimentos técnico-operacionais sobre os procedimentos para as contratações, a fim de auxiliar às áreas demandantes.



180 Processos realizados e finalizados em 2018

- 27 dispensas e cotações (C SUP)
- 12 pregões (C SUP)
- 07 adesões (C SUP)
- 42 dispensas (CGGP)
- 88 inexigibilidades em Dólar (C SUP)
- 04 inexigibilidades em Reais (C SUP)

Figura 30

PORTAL DE PERIÓDICOS – contratação por inexigibilidade

As contratações no âmbito do Portal de Periódicos são realizadas por inexigibilidade de licitação, uma vez que as editoras contratadas detêm o direito de exclusividade na comercialização e distribuição dos periódicos, base de dados, livros eletrônicos, que compõem o acervo científico disponibilizado aos seus clientes.



2 unidades contratantes (UASG's 154003 e 154004)

R\$ 157.112.040,76 (Reais)

\$ 159.854.128,09 (Dólar)

Dispensas de pequeno valor UASG 154003

R\$ 341.466,20

Dispensas UASG 154003

R\$ 13.576.754,15 (DTI - R\$ 10.916.754,15; DGES "WEBTV" - R\$ 2.660.000,00)

Portal de Periódicos UASG 154003

R\$ 24.852.630,80

Pregões Eletrônico UASG 154003

R\$ 51.728.964,06

Adesões UASG 154003

R\$ 66.612.225,55

Gráfico 23

CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

Unidade Contratante - UASG 154004

As contratações realizadas na UASG 154004, na qual são celebrados os contratos em moeda estrangeira (Dólar Americano), foram, majoritariamente, destinadas ao Portal de Periódicos, pois são 86 de um total de 88 contratações. Total: \$ 159.854.128,09.

86 processos destinaram-se para contratos do Portal de Periódicos da CAPES - \$ 159.349.776,20

01 processo destinou-se a contratação dos cartões multimoedas para bolsistas no exterior - \$ 500.000,00

01 processo destinou-se a contrato de Treinamento/ Qualificação de Servidor da CAPES - \$ 4.351,89

Economia na contratação

Considerando-se os valores contratados, o Portal de Periódicos representa o grupo de maior relevância, pois as contratações foram finalizadas com uma economia de **13,76%**, quando comparados aos valores estimados. Salienta-se que esses contratos foram fixados por períodos de até 60 meses, com valores fixos e irrevogáveis, o que possibilitará um ganho econômico-financeiro ao longo do tempo.



Economia na contratação

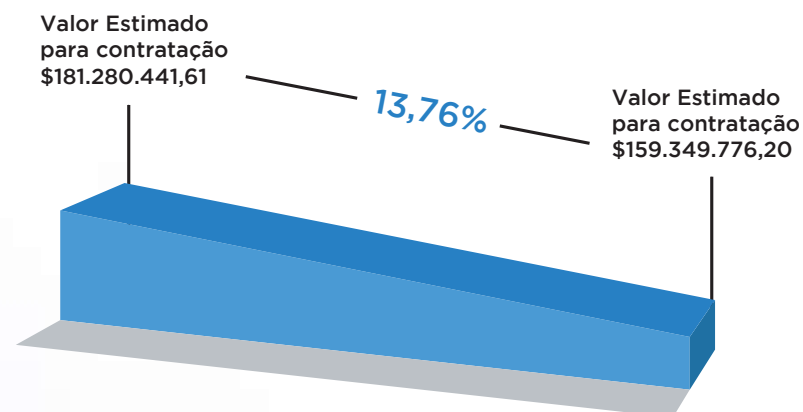


Gráfico 24

CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

Unidade Contratante - UASG 154003

Considerando-se as 92 contratações realizadas na UASG 154003, as despesas distribuíram-se da seguinte maneira:

43 processos destinaram-se a contratos para Treinamento/ Qualificação de Servidores da CAPES - R\$ 183.608,00

39 processos destinaram-se a contratos para área administrativa da CAPES - R\$ 98.662.614,83

09 processos destinaram-se a contratos de Tecnologia da Informação - R\$ 33.901.924,13

01 processo destinou-se a contrato para o Portal de Periódicos - R\$ 24.363.893,80

Economia na contratação

Considerando-se os valores contratados na UASG 154003, verifica-se que houve economia de **16,14%** frente aos valores estimados nos Projetos Básicos - R\$ 187.343.977,44 -, pois o valor contratado foi de R\$ 157.112.040,76.

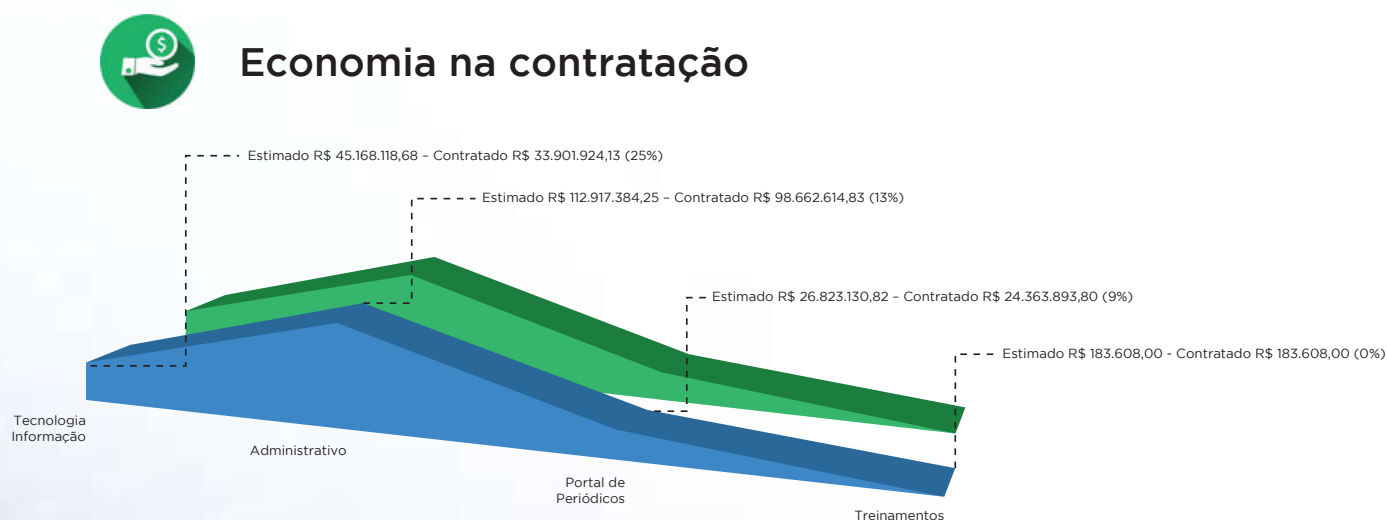


Gráfico 25

Infraestrutura e gestão de patrimônio

Investimento em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, a CAPES investiu R\$ 2.792.006,02 em adaptações, reparos e manutenção do prédio, sistema de ar condicionado e substituição do banco de baterias dos sistemas ininterruptos de energia elétrica; e R\$ 3.673.824,99 em equipamentos de CFTV. Esses serviços são necessários para garantir a segurança na CAPES. A modernização no sistema de acesso de pessoas permitiu maior controle na entrada e saída e monitoramento do patrimônio.

(Fonte: SIAFI)

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Alocar: os colaboradores da Diretoria de Tecnologia de Informação em um espaço mais amplo; e o Arquivo Central da CAPES em um espaço mais apropriado.

Desfazimento de ativos

Sustentabilidade Ambiental

Realizaram-se 4 processos de desfazimento de ativos permanentes. Os ativos desfeitos foram equipamentos de informática, mobiliário e um automóvel, cujos valores foram: bruto de R\$ 542.249,23; e líquido de R\$ 70.756,02. As doações contemplaram instituição estadual de ensino superior e associação de reeducação e inclusão.

(Fonte: SIPAC)

Despesa anual com locação de imóveis: R\$ 12.183.236,46

Edifício sede da CAPES: R\$ 11.717.474,64

Edifício Radio Center - Arquivo Central: R\$ 465.761,82

(Fonte: Gestão de contratos)

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A CAPES exige para as contratações de serviços e aquisições de bens o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto da Casa Civil nº 7.746, de 5 de junho de 2012, com objetivo de promover práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável, cujo foco é a otimização na utilização dos recursos materiais – a redução de desperdícios, a racionalização no consumo de energia elétrica e água, a destinação adequada dos resíduos, e a preferência para materiais de origem local.

A CAPES adotou, em 2018, assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.
(Fonte: Gestão de contratos)

Redução de resíduos e descarte

Implementaram-se ações para a separação adequada de resíduos sólidos, de modo que foram disponibilizadas lixeiras específicas para orgânicos, recicláveis e rejeitos. Houve uma campanha de conscientização dos servidores e demais colaboradores para viabilizar o atendimento à Lei Distrital nº 5.610/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos. Em atendimento à Lei Distrital nº 4.154, de 11 de junho de 2008, em defesa do meio ambiente e da saúde pública, a coleta e o descarte de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes são realizados em recipientes adequados para destinação específica. A borra de café da semana, cerca de 130 kg, é doada toda sexta-feira, a fim de ser reutilizada como adubo.
(Fonte: Gestão de contratos)

REDUÇÃO NO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

RECURSOS NATURAIS E MATERIAIS

Copos descartáveis: realizou-se a campanha “Adote uma caneca”. O consumo de copos descartáveis reduziu em 76% em relação ao ano de 2017, de modo que 551.300 copos deixaram de ser utilizados (2017: 723.000; e 2018: 171.700)
(Fonte: Gestão de contratos)

Material de almoxarifado: O consumo com materiais de almoxarifado apresentou uma redução de 32% em relação ao ano anterior (2017: R\$ 295.626,79; e 2018: R\$ 200.825,57)
(Fonte: SIPAC)

Energia Elétrica: O consumo reduziu em 9% em relação ao ano anterior (2017: 2.454.408 KWh; e 2018: 2.234.783 KWh). Foram adotadas as seguintes medidas: troca, aos poucos, das lâmpadas fluorescentes por LED; instalação de interruptores em todas as salas; redução no período de funcionamento do ar condicionado; o desligamento de energia elétrica inicia-se a partir das 20 horas e, nos finais de semana a energia elétrica dos ambientes comuns é desligada.
(Fonte: Gestão de contratos)

Água e Esgoto: O consumo reduziu em 41% em relação ao ano anterior (2017: 23.223 m³; e 2018: 13.712 m³).

Foram adotadas as seguintes medidas: manutenção preventiva para evitar desperdícios; instalação de torneiras de pressão automática; a partir das 22 horas a água de uso comum é desligada e, nos finais de semana, a água de uso comum é disponibilizada apenas em um andar.

(Fonte: Gestão de contratos)

Papel: utilizou-se, do almoxarifado, apenas 85 resmas de papel normal e 9 resmas de papel reciclado. As resmas de papel utilizadas nas impressoras são fornecidas através do contrato de locação das impressoras, com isso, desde 2017 a CAPES não adquire resmas de papel. A implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) diminuiu consideravelmente o uso de papel.

(Fonte: SIPAC)

GESTÃO DE DOCUMENTOS

AÇÕES

Público Externo: A Coordenação de Gestão de Documentos credenciou mais de 700 interessados como usuários externos do SEI-Capes. A maior demanda foi de beneficiários de programas da Diretoria de Educação à Distância (DED) e da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), que passaram a assinar eletronicamente documentos, tais como os Termos de Cooperação Técnica. Este recurso automatiza o processo, evitando o envio de documentos em papel para a Capes, economizando tempo, pessoal e recursos.

Atos administrativos institucionais: A Coordenação de Gestão de Documentos trabalhou, juntamente com as outras áreas da Capes, no desenvolvimento de uma ferramenta para organização e divulgação dos atos administrativos institucionais. A ferramenta facilitou a busca e recuperação de normas e outros atos relacionados ao fomento, internacionalização e avaliação da pós-graduação.

Espaço de Leitura: Um espaço adequado para leitura, que atende aos servidores e colaboradores, bem como aos consultores e demais pessoas que frequentam a Capes. Em 2018, esse espaço foi remodelado para dar maior comodidade aos seus frequentadores, que resultou na maior procura pela utilização do espaço.

DESAFIOS

- A utilização da assinatura eletrônica por usuários externos.
- A institucionalização do Módulo de Peticionamento do SEI para protocolização eletrônica de documentos.
- O avanço no tratamento e na disseminação de informações que constam no acervo arquivístico da Capes.
- A mudança física do Arquivo Central para um espaço com condições mais adequadas para o armazenamento e preservação da documentação.

6.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Investimento em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, a CAPES investiu R\$ 2.792.006,02 em adaptações, reparos e manutenção do prédio, sistema de ar condicionado e substituição do banco de baterias dos sistemas ininterruptos de energia elétrica; e R\$ 3.673.824,99 em equipamentos de CFTV. Esses serviços são necessários para garantir a segurança na CAPES. A modernização no sistema de acesso de pessoas permitiu maior controle na entrada e saída e monitoramento do patrimônio.

(Fonte: SIAFI)

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Alocar: os colaboradores da Diretoria de Tecnologia de Informação em um espaço mais amplo; e o Arquivo Central da CAPES em um espaço mais apropriado.

Desfazimento de ativos

Realizaram-se 4 processos de desfazimento de ativos permanentes. Os ativos desfeitos foram equipamentos de informática, mobiliário e um automóvel, cujos valores foram: bruto de R\$ 542.249,23; e líquido de R\$ 70.756,02. As doações contemplaram instituição estadual de ensino superior e associação de reeducação e inclusão.

(Fonte: SIPAC)

Despesa anual com locação de imóveis: R\$ 12.183.236,46

Edifício sede da CAPES: R\$ 11.717.474,64

Edifício Radio Center - Arquivo Central: R\$ 465.761,82

(Fonte: Gestão de contratos)

6.5 Gestão da Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, tal como organizada atualmente, ou seja, na forma de Diretoria, foi resultado do progressivo aumento das necessidades da CAPES e, por conseguinte, da educação brasileira, do provimento de soluções tecnológicas que agreguem valor à Instituição e às políticas educacionais, conferindo mais agilidade, confiabilidade, segurança e eficiência no cumprimento das suas competências.

Considerando a história da CAPES, embora a DTI seja a diretoria mais recente (6 anos), a esta cabe garantir sustentação tecnológica, em todos os sentidos às demais Diretorias, seus projetos e atividades, bem assim estabelecer Governança de TIC que assegure o alinhamento ao Planejamento Estratégico da Fundação.

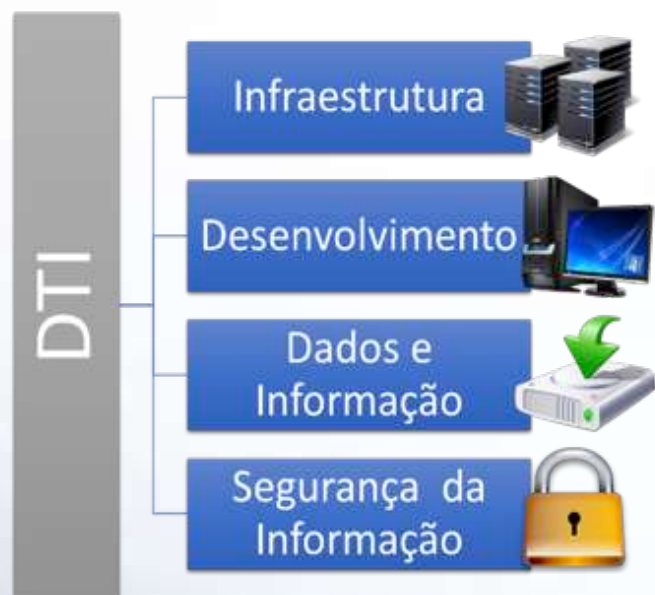


Figura 31

De forma didática, tem-se que a DTI/CAPES se organiza segundo os pilares da Infraestrutura, Desenvolvimento, Dados e Segurança da Informação. Conhecedora da importância que a DTI exerce para o negócio da CAPES, a atual gestão da Diretoria, em atuação desde o ano de 2016, busca alicerçar sua atuação sob a luz das melhores práticas de gestão de TIC, aplicadas nas organizações mais modernas do mundo, quais sejam:

Para desenvolver todas as suas competências, atualmente a DTI/CAPES conta com uma força de Trabalho no assim distribuída:



Figura 32

Força de trabalho de TI	Quantidade em 31/12/2017	Quantidade em 31/12/2018
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	0	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	7	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	3	2
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1	1
Terceirizados	0	0
Estagiários	0	0
Total	11	10

Tabela 11

É usual que as áreas de tecnologia da informação nos órgãos e entidades públicos sejam estruturadas primordialmente sob uma força de trabalho terceirizada. Na DTI/CAPES não é diferente, já que 92% (noventa e dois por cento) dos colaboradores advêm dos contratos de serviço de TIC firmados.



Gráfico 26

6.6. Gestão de Custos



Gráfico 27

Embora o número pareça grande, em instituições similares à CAPES, cujas atividades, projetos e ações são TODOS suportados pela Tecnologia da Informação - notadamente o pagamento de bolsas - a quantidade de colaboradores é ideal, quiçá aquém das demandas.

Atualmente a DTI/CAPES conta com apenas 10 (dez) servidores efetivos, sendo 7 (sete) em cargos de chefia e assessoramento. Essa equipe reduzida, inegavelmente impacta na atuação da DTI, que com mais servidores poderá ser mais eficiente em sua gestão. Em razão de suas competências regimentais, além das atividades típicas de tecnologia da informação e comunicação, a DTI é responsável pelo planejamento, gestão e fiscalização de dezenas de contratos, o que gera um acúmulo excessivo de funções entre os servidores efetivos, que acabam por atuar em mais funções e atividades do que desejável pela boa gestão, situação que impacta negativamente no controle, na segurança jurídica dos atos administrativos praticados pelos responsáveis e, inegavelmente, no clima organizacional. Assim, a recepção de mais servidores aprimorará a gestão.

Ainda quanto à força de trabalho, a atual gestão da DTI/CAPES orienta e pratica a execução do trabalho vinculada a projetos e metas, que por sua vez têm relação direta com o planejamento estratégico de TIC vigente e com a estratégia organizacional. Relewa destacar que a DTI/CAPES busca aplicar seus recursos humanos em prol da eficiência dos serviços prestados, mas também da boa gestão e execução contratuais, já que como se sabe, problemas e deficiências no campo de gestão dos contratos de TIC são atualmente os maiores causadores dos achados e recomendações dos órgãos de controle.

Acerca da estruturação e gestão da força de trabalho da DTI que, como dito, é voltada para o alcance de resultados, cabe ressaltar que como primeiras medidas da gestão que se iniciou em 2016, foi organizada em 2018 uma área de Governança de TIC, a qual é responsável atender as crescentes exigências no campo da gestão, especialmente: Capitanear o planejamento estratégico de TIC e seu cumprimento; Assessorar e/ou executar estudos das contratações de TIC segundo as normas aplicáveis; Garantir a adesão das práticas administrativas e contratuais (gestão e execução) às exigências legais e dos órgãos de controle; Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPI; Atendimento do Índice de Governança de TI - IGovTI (levantamento anual da situação da governança no setor público, o qual é parte integrante do processo de prestação de contas anuais); Auditorias do TCU, CGU e Auditoria Internas; e Assessoramento direto do Diretor e demais autoridades da DTI, quanto à adesão e conformidade dos atos administrativos mais relevantes praticados, projetos e normas elaboradas pela DTI, às normas de direito público.

No que tange à atuação da DTI quanto às medidas relacionadas à infraestrutura de informática, tem-se que a Coordenação-Geral

de Infraestrutura de Informática – CGII, responsável por tais medidas, conta com uma Central de Atendimento de Chamados (Service Desk) onde todas as demandas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por parte da Instituição são recebidas, tratadas e escalonadas de acordo com a complexidade das demandas (1º, 2º e 3º Níveis).



Figura 33



Figura 34

Referida Coordenação mantém um processo de gestão de mudanças em produção. Esse processo é implementado por meio de uma ferramenta de gestão de processos de negócios.

Assim, toda mudança em produção, antes de ser executada, deve ser detalhada, tanto quanto aos procedimentos que serão executados, quanto ao impacto e risco de execução da atividade.

64
SERVIDORES
FÍSICOS



695
SERVIDORES
VIRTUAIS

Figura 35

Essas mudanças só podem ser executadas após autorização do Coordenador-Geral de Infraestrutura de Informática, Coordenador-Geral de Sistemas ou Diretor, ou seus substitutos eventuais, caso o titular esteja legalmente afastado.



Figura 36

477
NOTEBOOKS



Figura 37

Também há um processo de entrada de sistemas em produção, no qual um sistema novo só será posto em produção após alinhamento das equipes de arquitetura de sistemas e infraestrutura.

Há ainda o monitoramento 24 horas/7 dias para rápida atuação em caso de incidentes relacionados ao ambiente computacional da CAPES. No ano de 2018, o processo de monitoramento e as ferramentas utilizadas para tal fim foram atualizados e passaram por extensa revisão. Desta forma, os itens de configuração monitorados foram revistos e aprimorados e o processo tornou mais ágil tanto o atendimento a incidentes como a previsão de ocorrência de algum problema decorrente do uso dos recursos monitorados.



Figura 38

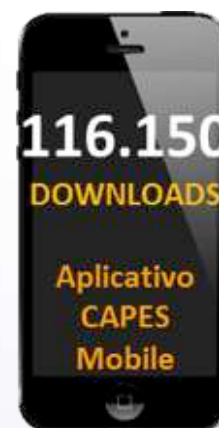


Figura 39

Em continuidade, no que tange à área de sistemas, essa fica sob o encargo da Coordenação-Geral de Sistemas - CGS e suas três Coordenações (CSAB - Coordenação de Sistemas de Auxílios, Bolsas e Convênios, CSAPG - Coordenação de Sistemas de Avaliação da Pós-Graduação e CSAE - Coordenação de Sistemas de Apoio à Educação). A área em questão tem por competência a proposição, planejamento, coordenação, implementação e atualização dos sistemas de informação que apoiam os processos da CAPES

O Catálogo de Sistemas gerenciados pela CGS possuía em 2018 137 sistemas em produção e aplicativos móveis, 42 sistemas em projeto e 56 em desativação. O Catálogo fornece, para cada sistema, informações como uma descrição sucinta, área comercial, criticidade, unidade responsável e demandante, bem como informações sobre o banco de dados utilizado e monitoramento dessa aplicação. Vejamos:



Tabela 12

Para nortear o desenvolvimento e a manutenção de sistemas, foi desenvolvida a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS), que tem a finalidade de descrever o processo padrão para desenvolvimento e manutenção de sistemas, devendo servir, portanto, como referência aos profissionais da área e à alta administração para a execução da atividade e tomada de decisões. Atualmente, a MDS está passando por uma reformulação, substituindo o Processo RUP (Processo Unificado) em sua versão 3.1, pelo Processo Ágil, estudado e aprovado por meio da MDS 4.0, baseada em entregas mais rápidas e com maior ganho para o cliente.



Figura 40

Atrelada à adoção de práticas ágeis para o desenvolvimento de sistemas e visando a inovação, a CGS trabalhou em 2018 na implantação de ferramentas de DevOps e adoção de novas tecnologias, consideradas complementares ao ciclo de desenvolvimento de software, permitindo o melhor alinhamento das atividades da CGS com relação às necessidades institucionais, em relação a processos, ferramentas e responsabilidades, visando acelerar as entregas em produção com um elevado grau de qualidade.

Além disso, o processo de atualização de aplicações em produção foi amplamente revisto em 2018, de forma a atender às novas necessidades surgidas nos últimos anos com a evolução tecnológica dos serviços. Desta forma, ficaram mais claros os papéis e responsabilidades de cada área e seus respectivos gerentes, foram adequadas as agendas de execução dos procedimentos e os requisitos que cada nova versão de aplicação deverá atender para que seja publicada em 2019.

6.6.1. Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI, na qualidade de unidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES responsável, entre outras coisas, por “propor a aplicação de boas práticas de Governança e Gestão de TIC com ênfase nos aspectos de qualidade, integração e aderência às políticas, padrões e regulamentos, e às necessidades institucionais”, vem adotando medidas efetivas para que toda a atividade de TIC executada na Capes, bem assim a gestão e governança dessa área, as aquisições e execução dos contratos, sigam rigorosamente as normas estabelecidas.

Especialmente no ano de 2018, considerando a importância do aprimoramento da Governança de TIC pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal implementou-se, em fevereiro, o primeiro Guia de Boas Práticas em Gerenciamento de Contratos. Referido guia tem permitido maior aproveitamento dos contratos e aprimoramento da fiscalização contratual, medida que se reveste da mais alta importância estratégica, especialmente quando se traz à tona o fato de a DTI/Capes gerenciar contratos que, somados, executaram cerca de R\$ 38 milhões no ano de 2017.



Figura 41

Ainda em apreço à relevância da manualização e aderência de todos os atores às boas práticas instituídas e às normas, foi aprovado no mesmo ano o Guia de Planejamento de Contratação de Soluções de TIC, o qual aprimora o processo de contratação, otimiza o atendimento das necessidades das demais Diretorias, no que cerne à aquisição de ativos de tecnologia da informação, reduz as possibilidades de eventuais ocorrências de auditoria nessa área, além auxiliar na qualidade do gasto público realizado pela Capes, alocando de forma eficiente os recursos disponíveis.

No ano de 2018, com foco nas normas afetas à governança de TIC instituiu-se, por meio da Portaria DTI nº 2, de março de 2018, Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar levantamento das práticas de Governança de TIC no âmbito da DTI/Capes e de apresentar Plano de Ação de Aprimoramento da Governança de TIC. Ainda no contexto das ações de 2018, a fim de garantir a plena adesão da DTI/Capes às normas que regem a Tecnologia da Informação, elaborou-se Plano de Trabalho para implementação da Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Nesse mesmo ano, a Diretoria de Tecnologia da Informação estruturou sua área de governança de TIC com profissionais capazes de iniciar a implantação de práticas de compliance, notadamente nas contratações de soluções de TIC, que sabemos ser de grande monta. Deseja-se, para o ano de 2019, que tais práticas estejam devidamente mapeadas e testadas, para dar ensejo à elaboração e implantação de um programa de compliance de TIC.

6.6.2 Modelo de governança de TI

A fim de organizar as informações a serem prestadas, do nível operacional para o estratégico, e com isso ofertar uma visão do todo, as ações da atual gestão da DTI pautam-se no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2017/2019. O Modelo de Governança de TIC adotado na DTI é baseado na mais recente versão do framework de boas práticas de governança e gerenciamento TI, que incorpora conceitos e teorias amplamente aceitos: COBIT 5 (Control Objectives For Information end Related Technology).

Figura 42



Com os objetivos principais de aumentar a eficiência da TI, melhorar a segurança da informação e otimizar os investimentos em TI, o modelo adotado na DTI/CAPES apresenta 7 grandes elementos agrupadores, denominados no framework COBIT como Áreas de Foco de TI:



Figura 43

A Governança e de TIC, neste contexto, endereça a definição e implementação de processos, estruturas e mecanismos relacionais dentro da empresa, que permitem ao pessoal de negócio e da TI executarem suas responsabilidades para suportar a criação e sustentabilidade do valor ao negócio.



Figura 44

Dito isso, tendo por foco uma visão mais ampla, urge pontuar que o PDTIC vigente alça ao nível estratégico a comunicação interna e externa, no limite das demais Diretorias da CAPES.

Em razão disso, o plano prevê Ação de Melhoria Interna Contínua intitulada “Elaborar Plano de Comunicação”. A referida Ação Estratégica deu origem, em dezembro de 2017, ao Plano de Comunicação, o qual desenha as principais ações de comunicação e endomarketing da DTI, já em fase de implantação. Inclui-se, nas ações comentadas, a publicação do DTI Notícias, criado em 2018.

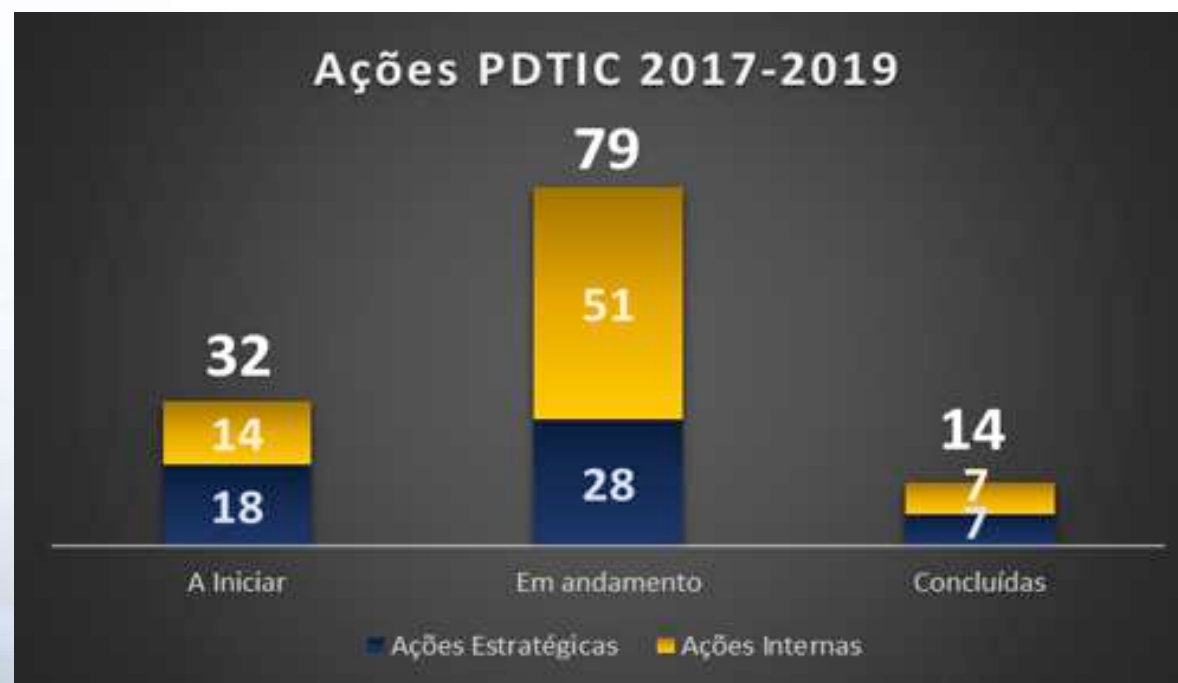


Gráfico 28

A Governança e de TIC, neste contexto, endereça a definição e implementação de processos, estruturas e mecanismos relacionais dentro da empresa, que permitem ao pessoal de negócio e da TI executarem suas responsabilidades para suportar a criação e sustentabilidade do valor ao negócio.

Dito isso, tendo por foco uma visão mais ampla, urge pontuar que o PDTIC vigente alça ao nível estratégico a comunicação interna e externa, no limite das demais Diretorias da CAPES.

Em razão disso, o plano prevê Ação de Melhoria Interna Contínua intitulada “Elaborar Plano de Comunicação”. A referida Ação Estratégica deu origem, em dezembro de 2017, ao Plano de Comunicação, o qual desenha as principais ações de comunicação e endomarketing da DTI, já em fase de implantação. Inclui-se, nas ações comentadas, a publicação do DTI Notícias, criado em 2018.

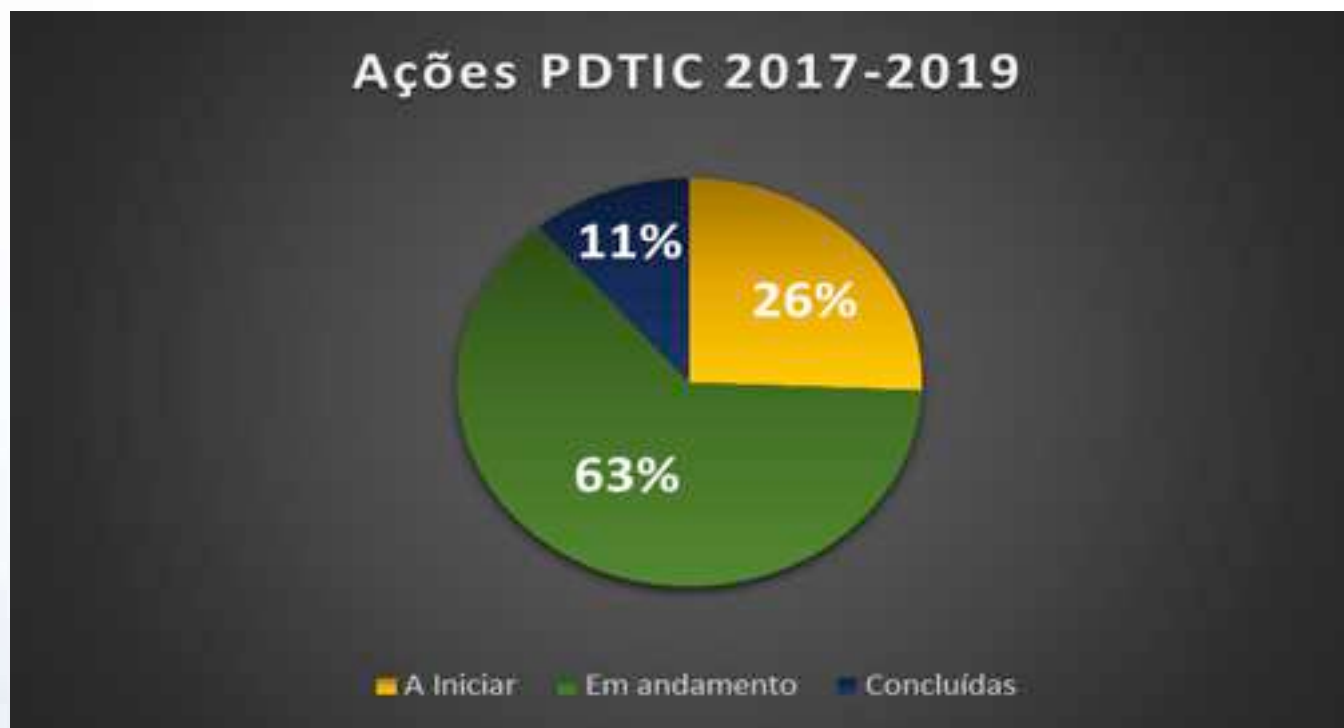


Gráfico 29

6.6.3 Montante de recursos aplicados em TI

Para o ano de 2018, a DTI/CAPES aplicou os seguintes montantes em TIC:



Gráfico 30

Ademais, aplicou-se os seguintes montantes em Capacitações de TI:



Gráfico 31

6.6.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

Segundo o Regimento interno da Capes, à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI compete (art. 38) prover as demandas de tecnologia da informação, necessárias para sustentar o negócio da Fundação. O suprimento dessas necessidades, todavia, tem vinculação direta com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2017/2019, o qual pode ser acessado na página da Capes, sob o endereço http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019___Revisao_Anual_versao2.4.pdf Isso significa dizer que a DTI, seja no ano de 2018 ou nos anteriores, somente contratou e/ou renovou contratos cuja necessidade já tivesse presente no planejamento estratégico de TIC da organização.

Assim, em aplicação às normas vigentes, às necessidades estratégicas e em atendimento à manifestação de interesse das áreas finalísticas da Capes, de permanência do interesse e necessidade de contratos em execução ou de novas contratações, as contratações mais relevantes levadas a efeito em 2018 são apresentadas no apêndice II.

6.6.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

A seguir, serão apresentadas as iniciativas de destaque ocorridas no ano de 2018:



Figura 45

Com o objetivo de atender as recomendações de objetividade e concisão na elaboração do presente relatório de gestão, a descrição dos projetos de TI desenvolvidos e concluídos no período, com destaque para os resultados esperados, para o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI e os prazos de conclusão pode ser acessada detalhadamente no link: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019____Revisao_Anual_versao2.4.pdf

6.6.6 Descrição dos projetos de TI em andamento e alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI

Considerando que a atuação da DTI/CAPES, como reiteradamente dito, está toda calcada do PDTIC, os projetos de TIC em andamento estão previstos nesse instrumento. No link http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/25102018_Plano_0819424_PDTIC_2017_2019____Revisao_Anual_versao2.4.pdf é possível visualizar extrato das ações em andamento ou a iniciar.

Entretanto, para fins deste relatório, tem-se, em gráfico, o seguinte retrato de ações e projetos de TIC em alinhamento com o planejamento estratégico:

Mapa Estratégico 2017-2020

Missão

Prover soluções de TIC com excelência contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de recursos humanos de alto nível.

Objetivos Estratégicos

Resultados

1

Aprimorar a comunicação com os usuários de TIC

2

Ampliar a transparência otimizando a confiabilidade dos dados e a gestão e integração de informações

3

Unificar e integrar sistemas com objetivo de padronizar e otimizar processos finalísticos

Processos Internos

4

Promover a segurança da informação e comunicações

5

Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação

6

Desenvolver e sustentar os sistemas com qualidade e inovação

Gestão de Suporte de TIC

7

Desenvolver competências, reter conhecimento e fortalecer a equipe de TIC

8

Fortalecer a governança e a promoção de boas práticas

9

Otimizar a gestão orçamentária e a gestão da contratação de TIC

Ser referência em soluções inovadoras de TIC na esfera federal com a promoção da transparência e integração de informações.

Visão

AÇÕES EM ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Gráfico 32

6.6.7. Segurança da informação

Vinculado à Coordenação-Geral de Infraestrutura, o núcleo de Segurança da Informação e Comunicação é responsável pelas atividades de apoio às diretrizes estratégicas, direcionamento, ações táticas e auxílio na criação de procedimentos em segurança da informação e comunicação, com o objetivo de viabilizar e assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações da Capes ou sob sua responsabilidade, contra ameaças, vulnerabilidades e falhas, inclusive as humanas, de modo a preservar os seus ativos de informação, como também sua imagem institucional.

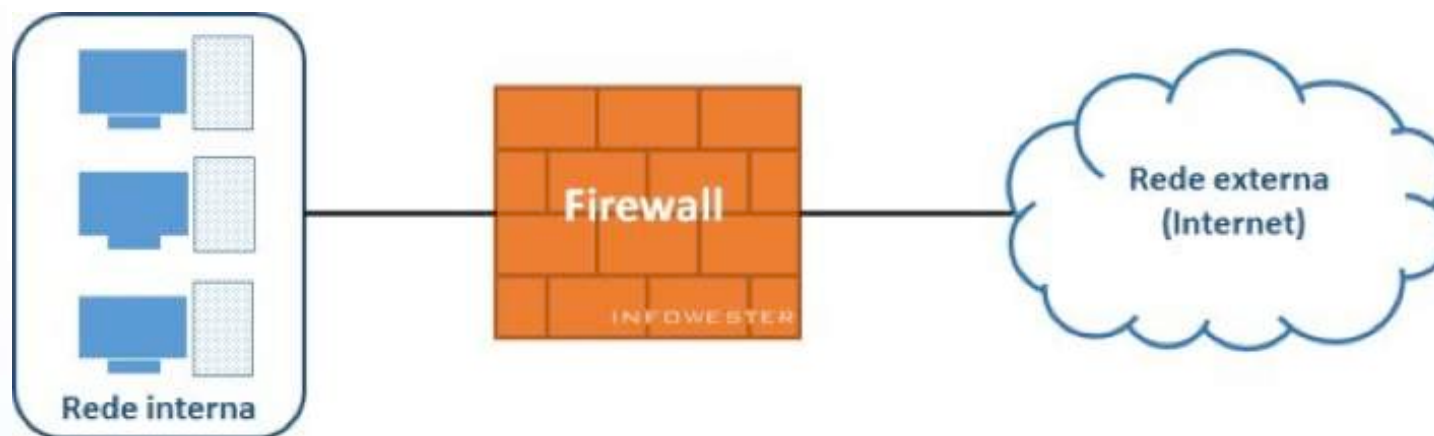


Figura 47

Com a instituição da Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, várias ações começaram a ser adotadas na Capes, que, seguindo os padrões propostos por tais legislações, instituiu um Comitê de Segurança da Informação, o qual já elaborou sua Política de Segurança da Informação da Capes, em fase de aprovação.

Comitê de Segurança da Informação – CSIN

O CSIN instituído em 07/01/2010 e modificado pela portaria interna nº 129, de 05/08/2016, no uso de suas atribuições, vem trabalhando na elaboração de políticas e normas.

- Procuradoria Federal – PF;
- Auditoria Interna – AUD;

- Coordenação de Comunicação Social – CCS/GAB;
- Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI;
- Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/DGES;
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/DGES;
- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG/DGES;
- Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento – CGFO/DED;
- Coordenação-Geral de Programas – CGPR/DRI;
- Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados – CGMR/DRI;
- Coordenação-Geral de Atividades de Apoio à Pós-Graduação – CGAP/DAV;
- Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério – CGV/DEB;
- Coordenação-Geral do Portal de Periódicos – CGPP/DPB;
- Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI/DPB

6.6.9. Principais desafios e ações futuras





Figura 48

Como deliberação de Grupo de Trabalho instituído pelo MEC, foi designado um grupo de cinco unidades, para atuar como unidades-piloto no estudo, criação, e implantação de uma metodologia de mensuração de custos, de forma que seja possível harmonizá-la segundo a realidade das unidades da administração indireta vinculadas ao MEC. A CAPES não está entre as cinco unidades-piloto escolhidas, devendo participar numa segunda rodada.

Apesar dos avanços empreendidos até o exercício de 2014, e de reconhecer a importância do SIC, até 2018 não foram efetivadas ações significativas quanto à sistemática de apuração de custos no âmbito do Ministério da Educação.

6.7. Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A CAPES exige para as contratações de serviços e aquisições de bens o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto da Casa Civil nº 7.746, de 5 de junho de 2012, com objetivo de promover práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável, cujo foco é a otimização na utilização dos recursos materiais – a redução de desperdícios, a racionalização no consumo de energia elétrica e água, a destinação adequada dos resíduos, e a preferência para materiais de origem local.

A CAPES adotou, em 2018, assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.

(Fonte: Gestão de contratos)

Redução de resíduos e descarte

Implementaram-se ações para a separação adequada de resíduos sólidos, de modo que foram disponibilizadas lixeiras específicas para orgânicos, recicláveis e rejeitos. Houve uma campanha de conscientização dos servidores e demais colaboradores para viabilizar o atendimento à Lei Distrital nº 5.610/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos. Em atendimento à Lei Distrital nº 4.154, de 11 de junho de 2008, em defesa do meio ambiente e da saúde pública, a coleta e o descarte de pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes são realizados em recipientes adequados para destinação específica.

A borra de café da semana, cerca de 130 kg, é doada toda sexta-feira, a fim de ser reutilizada como adubo.

(Fonte: Gestão de contratos)

Dentre os temas considerados relevantes em relação às ações da CAPES que podem afetar sua capacidade de gerar valor, cada Diretoria determinou quais temas são considerados materiais e, portanto, passíveis de constar neste relato integrado.

O conteúdo foi apresentado pelas Diretorias da CAPES a partir dos eixos de atuação da instituição e da relação com seus objetivos estratégicos.

Seguiu-se as diretrizes recomendadas pelo TCU no Anexo III da DN 170/2018 quanto à abordagem estratégica, a materialidade das informações, a concisão e a utilização de linguagem simples e visual.

O relatório integrado foi diagramado e finalizado pela unidade de comunicação social da CAPES.



Outras informações
relevantes

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2018, o Egrégio Tribunal de Contas da União encaminhou à os seguintes Acórdãos com determinações/recomendações:

- Acórdão 1243/2018 – 1 Câmara

Órgão/Entidade: CAPES

Número do processo no TCU: TC 029.417/2017-1 (Representação)

Número da ata: 4/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0226/2018-TCU/Selog, do dia 27/2/2018.

Recebido em: 08/03/2018

Tipo de deliberação: Recomendação

As recomendações do Acórdão 1243/2018 – 1ª Câmara foram as seguintes:

(...)

1.6.1. dar ciência, com fundamento no art. 70 da Resolução 265/2014 — TCU, à

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - sobre as seguintes impropriedades e falhas, observadas no Pregão Eletrônico 17/2017, com vistas a evitar doravante ocorrências semelhantes:

1.6.1.1. inserção das seguintes exigências de qualificação econômico-financeiras, que se destinam exclusivamente a contratações de serviços terceirizados de natureza contínua com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme expresso nos Acórdãos do TCU 1.214/2013 e 1.712/2015, ambos do Plenário:

1.6.1.1.1. comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo

Circulante —Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (item 9.6.5.1 do edital);

1.6.1.1.2. comprovação, por meio de declaração, de que 1/12 (um doze avos) do valor

total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma disciplinada no Edital (item 9.6.5.3 do edital);

1.6.1.2. ausência de justificativas para a previsão editalícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes (“caronas”) dos procedimentos iniciais, visto que a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 exige motivação da vantagem em se adotar tal possibilidade, conforme item 9.3.4 do Acórdão 757/2005 - TCU - Plenário;

1.6.1.3. redação genérica de cláusula referente à qualificação técnica da empresa (subitem 15.1.1.1 do Termo de Referência) e exigência, na avaliação dos atestados de capacidade técnica, de comprovação de fornecimento de produtos específicos, não definidos expressamente no instrumento convocatório, caracterizando inobservância ao § 20 do art. 30 da Lei 8.666/1993, segundo o qual as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo devem ser definidas no instrumento convocatório;

1.6.1.4. exigência de comprovação de fornecimento de licenças de uso na modalidade perpétua (item 15.1.1.1 do Termo de Referência), rejeitando-se atestados relativos a licenças provisórias sem que fosse demonstrada diferença razoável entre os fornecimentos de um ou outro tipo de licença, uma vez que estaria relacionada apenas ao prazo de validade da licença, condição que, em princípio, seria irrelevante em relação ao fornecimento das licenças, contrariando o previsto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no inciso I do § 10 do art. 3º da Lei 8.666/1993;

1.6.1.5. falta de indicação precisa do quantitativo a ser comprovado nos atestados destinados à comprovação de qualificação técnica do licitante, conforme alínea IV do subitem 15.1.1.2 do Termo de Referência, caracterizando falha quanto à observância dos princípios da transparência e do julgamento objetivo.

O teor das recomendações acima elencadas foi informado à Diretoria de Tecnologia e Informação e à Diretoria de Gestão, na data de 19/03/2018, por meio do E-mail AUD 0641436.

- Acórdão 815/2018 – Plenário

Órgão/Entidade: CAPES

Número do processo no TCU: TC 026.032/2017-1

Número da ata: 13/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 1200/2018-TCU/SECEX-MG, do dia 16/05/2018.

Recebido em: 05/06/2018

Tipo de deliberação: Determinação

A Corte de Contas, nos termos do Acórdão 815/2018 - Plenário determinou o que segue:

(...)

9.1. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, examine as irregularidades a seguir caracterizadas e, se for o caso, adote as providências cabíveis para obter o ressarcimento dos valores indevidamente aplicados na execução do Sistema UAB, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes envolvidas:

9.1.1. pagamento de 1.513 bolsas de professores e tutores, com recursos do Sistema UAB, realizados a 255 pessoas não vinculadas à execução do objeto pactuado durante o período analisado, no montante de R\$ 1.305.925,00 entre 1/1/2012 a 30/6/2017, o que afronta os arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, o art. 5º, inciso III, alínea "g", os arts. 7º e 9º da Resolução CD/FNDE 26/2009 (vigente até 15/12/2015) e os arts. 3º, inciso II, alínea "e" e 4º da Portaria CAPES 183/2016;

9.1.2. pagamento de 536 bolsas a cursos de especialização não vinculados ao Sistema UAB, no montante de R\$ 510.860,00, o que afronta os arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, o art. 5º, inciso III, alínea "g", os arts. 7º e 9º da Resolução CD/FNDE 26/2009 (vigente até 15/12/2015) e os arts. 3º, inciso II, alínea "e" e 4º da Portaria CAPES 183/2016;

9.1.3. pagamento de despesas relativas ao fornecimento de energia elétrica, no montante de R\$ 861.025,85, assim como pertinentes ao pagamento de lanches em eventos patrocinados pela Ufop, no montante de R\$ 74.380,30, o que contraria o Edital CAPES 75/2014 (condição 6.2), Edital PNAP 19/2012 (item 4.2), Chamada UAB 2013 (item 4.2), Chamada UAB 2/2013 (item 3.2) e a Chamada UAB 3/2013 (item 3.2);

9.1.4. pagamento de despesas para custeio de serviços de natureza continuada, sem vínculo com o Sistema UAB, no montante de R\$ 3.996.085,91, o que contraria o item III, alínea "d", dos Termos de Execução Descentralizada celebrados, o art. 3º do Decreto 825/1993 e os arts. 3º e 4º da Portaria MEC/Secretaria Executiva 1.529/2014;

9.2. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, examine a irregularidade referente à contratação da empresa Liberino Lopes Valente Júnior – ME para a prestação de serviços de reprografia por dispensa de licitação (contrato 93/2014), com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993

A Auditoria Interna da CAPES, em 06 de junho de 2018, por meio do Memorando nº 32/2018/AUD/GAB/PR deu ciência à Diretoria de Educação à Distância – DED acerca das determinações exaradas pelo TCU no Acórdão 815/2018 – Plenário.

Na data de 08/11/2018, foi encaminhado o Ofício nº 104/2018-AUD/GAB/PR/CAPES que, por sua vez, remeteu à Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais/TCU, o Memorando nº 45/2018/DED/CAPES, em atendimento às determinações contidas no Acórdão 815/2018 – Plenário.

- Acórdão 1181/2018 – Plenário

Interessados: CAPES, UFRGS, SE/MEC

Número do processo no TCU: TC 023.333/2017-20

Número da ata: 18/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0454/2018-TCU/SECEX-RS, do dia 01/06/2017.

Recebido em: 12/06/2018

Tipo de deliberação: Determinação

Consta do Acórdão 1181/2018 – Plenário as determinações:

(...)

9.2. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, examine as irregularidades a seguir caracterizadas e adote medidas corretivas:

9.2.1. imprecisão nas informações disponíveis sobre bolsistas favorecidos pelo Sistema UAB no âmbito da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, em especial no que se refere aos trabalhos desenvolvidos e funções desempenhadas;

9.2.2. impossibilidade de aferir a observância ao art. 5º da Portaria CAPES 183/2016, que estabelece a não cumulatividade entre bolsas concedidas pelo Sistema UAB e por outras fontes;

9.2.3. ausência de processo seletivo para desempenho de funções ditadas no art. 4º da Portaria CAPES 183/2016;

9.2.4. presença de vínculos societários entre empresas contratadas, como identificado na execução do TED 1937/2014 e do TED 2837/2015, o que afronta o disposto no art. 1º, §2º e no art. 4º, inciso I, do Decreto 8.241/2014;

9.2.5. licitação em bloco de objeto divisível, como identificado na execução do TED 1937/2014 e do TED 2837/2015, o que afronta o disposto no art. 1º, §2º e no art. 4º, inciso I, do Decreto 8.241/2014;

9.2.6. prorrogação de termo de compromisso de fornecimento, sem que pesquisa de mercado tenha demonstrado que o preço se mantinha vantajoso, como identificado na execução do TED 1937/2014 (Seleções Públicas 08/14 e 09/14), o que afronta o disposto no art. 40, parágrafo único, do Decreto 8.241/2014;

9.2.7. ausência de registro nos autos dos processos das contratações diretas de razões técnicas da escolha do fornecedor e de justificativas do preço, como identificado na execução do TED 2837/2015, o que afronta o disposto no art. 27 do Decreto 8.241/2014;

9.2.8. ausência de informações sobre bolsistas favorecidos no âmbito do TED 1937/2014 e do TED 2837/2015, em específico quanto à descrição de atividades e ao prazo do benefício, o que afronta o disposto no art. 71, parágrafo único, da Constituição Federal.

Em 26/11/2018, o Ofício nº 39/2018-CGPC/DED/CAPES foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul, por meio do E-mail CGPC 0844086, em atendimento às determinações exaradas no Acórdão 1181/2018 - Plenário.

- Acórdão 1853/2017 - Plenário

Responsáveis: Fernando Silvio Cavalcante Pimentel (018.406.274-84); Luis Paulo Leopoldo Mercado (448.636.670-00); Mário Albuquerque Silva (059.979.334-15).

Número do processo no TCU: TC 023.284/2017-0

Número da ata: 31/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0589/2018-TCU/SECEX-AL, do dia 17/08/2018.

Recebido em: 29/08/2018

Tipo de deliberação: Determinação

O Acórdão 1853/2018 – Plenário determinou:

(...)

9.1. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, examine as irregularidades a seguir caracterizadas e adote medidas corretivas:

9.1.1. cadastramento deficitário dos alunos atendidos pelo Sistema UAB, o que afronta o art. 44, inciso II, da Lei 9.394/1996; o art. 5º, inciso III, alínea “b”, da Resolução CD/FNDE 26/2009 e o art. 3º, inciso II, alínea “b”, da Portaria CAPES 183/2016;

9.1.2. ausência de processo seletivo para concessão das bolsas do Sistema UAB previstas no art. 4º da Portaria CAPES 183/2016, com evidências de ocorrência de nepotismo, em ofensa ao disposto no arts. 2º, inciso III e parágrafo único, 3º e 4º, parágrafo único, do Decreto 7.203/2010;

9.1.3. pagamento indevido da bolsa professora pesquisadora II a pessoa não cadastrada no SisUAB e sem comprovação de atuação como docente no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade, o que afronta as diretrizes estabelecidas na Resolução CD/FNDE 26/2009 (com redação alterada pela Resolução CD/FNDE 8/2010) e na Portaria CAPES 183/2016;

9.1.4. contratação de fornecedores sem prévia licitação no âmbito do Sistema UAB, o que afronta o disposto no art. 2º da Lei 8.666/1993;

9.1.5. realização de despesas, no montante de R\$ 602.322,80, relativas a serviços de terceirização de “receptionistas/atendentes”, sem comprovação de vínculo com o programa de trabalho, o que afronta o item III, alínea “d”, do TED 1295/2014, o art. 3º do Decreto 825/1993 e os arts. 3º e 4º da Portaria MEC 1529/2014.

Em cumprimento às determinações do Acórdão 1853/2018 – Plenário, foi encaminhado à SECEX-AL o Ofício nº 8/2019-DED/CAPES, de 20 de fevereiro de 2019, por intermédio do E-mail DED 0898336.

- Acórdão 1945/2018 – Plenário

Responsáveis: Celso José da Costa (171.528.799-15); Elaine Batalha Martins (765.727.577-49); Fernanda Niess Cerqueira Pinto (980.910.187-20); Fundação Euclides da Cunha (03.438.229/0001-09).

Número do processo no TCU: TC 024.388/2017-3

Número da ata: 32/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 2081/2018-TCU/SECEX-RJ, do dia 24/08/2018.

Recebido em: 06/09/2018

Tipo de deliberação: Determinação

As determinações do Acórdão 1945/2018 – Plenário foram as seguintes:

(...)

9.1. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, examine as irregularidades a seguir caracterizadas e adote medidas corretivas:

9.1.2. pagamento indevido de bolsas com recursos do Programa UAB a título de tutoria a distância, no montante de R\$ 13.615,00, a Giuliana Mannarino Zennaro (CPF: 113.616.137-69), Priscila Lobo da Silva (CPF: 101.980.067-48), Domingos Dias Marques (CPF: 048.379.407-49), Juliana Uhlmann de Carvalho (CPF: 051.848.377-01), e Alessandra Gimenez Pinto (CPF: 075.955.247-92), sem comprovação nos sistemas acadêmicos do exercício das atividades associadas aos cursos de especialização PIGEAD e NTEM, em afronta ao art. 9º da Resolução FNDE 26/2009, art. 1º da Resolução FNDE 8/2010 e art. 4º da Portaria CAPES 183/2016; (Item III.1 do Relatório)

9.1.3. pagamento a 27 bolsistas pela Fundação Euclides da Cunha, com recursos do Sistema UAB, no montante de R\$ 483.894,90, em afronta ao art. 1º, § 3º da Lei 11.273/2006, art. 9º da Resolução FNDE 26/2009 e art. 5º, caput, parágrafo único da Portaria 183/2016; (Item III.2 do Relatório)

9.1.4. pagamento a 63 bolsistas pela Fundação Euclides da Cunha, com recursos do Sistema UAB, no montante de R\$ 669.414,90, em afronta ao disposto nos arts. 1º e 3º da Lei 11.273/2006, arts. 5º, inciso II, alínea “c”, e 7º, § 1º, da Resolução CD/FNDE 26/2009 e arts. 3º, inciso I, alínea “d”, e 9º da Portaria CAPES 183/2016; (Item III.3 do Relatório)

9.1.5. utilização de recursos transferidos por meio do TED 2851 para fins de adequação dos blocos G e H do campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense às necessidades do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal Fluminense, no montante de R\$ 1.269.946,50, em afronta ao art. 3º do Decreto 825/1993, arts. 3º e 4º da Portaria MEC 1529/2014 e art. 1º, alínea d, item III, do Termo de Execução Descentralizada CAPES 2851/2015; (Item III.6 do Relatório)

9.1.6. apropriação pela Fundação Euclides da Cunha de rendimentos financeiros da conta de investimentos do Contrato 35/2014, que representava o montante de R\$ 630.891,43 em 31/7/2017, em afronta ao disposto no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal, §§ 5º e 6º do art. 116 da Lei 8.666/1993, art. 1º, inciso III, alínea j Termo de Execução Descentralizada CAPES 1556/2014, e incisos I, IV e V da Cláusula Terceira do Contrato SAD/FEC 35/2014; (Item III.4 do Relatório)

9.1.7. auferição pela Fundação Euclides da Cunha de taxa de administração nos contratos 35/2014, 57/2015, 68/2016, 92/2016 e 15/2017, todos firmados para fins de custeio do Sistema UAB, no montante de R\$ 954.988,34; (item III.5 do Relatório)

9.1.8. ausência de especificação prévia dos serviços a serem prestados pelas pessoas físicas contratadas no âmbito do Programa UAB pela Fundação Euclides da Cunha, em afronta ao disposto nos arts. 54 e 55 da Lei 8.666/1993; (Item IV.1 do Relatório)

9.1.9. não publicação das prestações de contas anuais referentes aos Termos de Execução Descentralizada 1556/2014 e 2851/2014 nos Relatórios de Gestão da Universidade Federal Fluminense referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além da imprecisão das informações referentes à execução orçamentária e financeira disponibilizadas na prestação de contas parcial formulada quando da prorrogação do TED 2851/2014, em afronta ao art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, art. 7º Resolução FNDE 31/2011, art. 6º, inciso XIV, da Resolução FNDE 28/2013 e item III, alínea "j" dos TED 1556/2014 e 2851/2014; (Item III.11 do Relatório)

9.1.10. pagamentos à Associação Brasileira de Editores Científicos, no âmbito dos contratos 68/2016 (R\$ 953,32) e 15/2017 (R\$ 1.440,00) e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa no âmbito do contrato 68/2016 (R\$ 1.050,00), como recursos do Sistema UAB para fins de "inscrição em evento"; (item III.5 do Relatório)

9.1.11. contratação da empresa Transgráfica Aluguel de Carros e Gráfica Eireli-ME por valor acima do praticado no mercado para impressão de material didático complementar para os Cursos EaD da Universidade Federal Fluminense no valor de R\$ 37.220,00, com infringência

ao disposto no Decreto 8241/2014, art. 1º, § 2º c/c art. 2º; art. 3º, caput e § 1º, inciso I, e art. 9º da Lei 8666/1993; (Item III.9 do Relatório)

9.1.12. transferências à Fundação Euclides da Cunha, por força de contratos firmados, dos valores ajustados em cota única, sem a observância do correspondentes cronogramas de execução, a exemplo do ocorrido nos Contratos 35/2014 57/2015, 68/2016 e 15/2017, o que caracteriza a antecipação de pagamento por serviços ainda não prestados, em violação ao disposto no art. 62 da Lei 4.320/64; (Item III.4 do Relatório)

9.1.13. atesto em Notas Fiscais e demais documentos de liquidação de despesa em datas incompatíveis com a realidade dos fatos pelo Coordenador UAB da Universidade Federal Fluminense, o que afronta aos arts. 62 e 63 da Lei 4320/1964; (Item III.8 do Relatório)

9.1.14. ausência de três cotações válidas nas contratação da empresa Transgráfica Aluguel de Carros e Gráfica Eireli – ME pela Fundação Euclides da Cunha, o que afronta os arts. 2º, 3º e 9º da Lei 8.666/1993 e arts. 1º e 2º do Decreto 8.241/2014; (Item III.9 do Relatório)

9.1.15. fracionamento não justificado de despesa, o que desvirtua a possibilidade de contratação por dispensa de licitação prevista no art. 26, inciso II, do Decreto 8241/2014; (Item III.10 do Relatório)

9.2. determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 90 dias, avalie a compatibilidade entre as ações implementadas pelo Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), que congrega as instituições públicas de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro, dentre as quais a Universidade Federal Fluminense, para oferecer, sob a forma de consórcio, a educação superior a distância, e os objetivos e requisitos estabelecidos no âmbito do Sistema UAB;

Em 25/10/2018, o Ofício nº 47/2018-DED/CAPES foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro/TCU, em resposta à determinação do item 9.2 do Acórdão 1945/2018 – Plenário. O referido Ofício foi enviado pelo E-mail DED 0819685. Já as determinações 9.1 a 9.1.15 foram respondidas pelo Ofício nº 7/2019-CGPC/DED/CAPES, encaminhado à SECEX-RJ pelo E-mail CGPC 0906120.

- Acórdão 11470/2018 – 2ª Câmara

Responsável: Jaime Antônio Urban (365.832.192-04).

Número do processo no TCU: TC 002.569/2016-7

Número da ata: 43/2018

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 2020/2018-TCU/SECEX-PA, do dia 29/11/2018.

Recebido em: 21/12/2018

Tipo de deliberação: Determinação

Determinou o Acórdão 11470/2018 – 2ª Câmara:

(...)

1.9. Determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dos documentos acima especificados, encaminhe a esta Corte de Contas parecer, despacho e/ou documento equivalente anuindo ou não ao prosseguimento das atividades acadêmicas de Jaime Antônio Urban.

Determinação atendida, nos termos do Memorando nº 5/2019/DRI, encaminhado à SECEX-PA na data de 22 de janeiro de 2019, pelo E-mail AUD 0878853.

Em relação ao acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União, informamos que o Gabinete da Presidência da CAPES, após receber as comunicações/ofícios do TCU, encaminha tais expedientes à Auditoria Interna que, em sequência, os remete às Diretorias.

As deliberações são encaminhadas, pela AUD/CAPES, às Diretorias por meio do sistema eletrônico de informações – SEI, com a informação do prazo para atendimento às recomendações/determinações exaradas pela Corte de Contas.

Esta unidade de auditoria interna monitora o atendimento de tais recomendações/determinações, por meio do sistema eletrônico supracitado e tão logo recebe as manifestações das Diretorias, as encaminha à Egrégia Corte de Contas, com as informações referentes ao cumprimento das deliberações.

Registramos que não há determinações e recomendações do TCU feitas em acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A Controladoria-Geral da União – CGU encaminhou à CAPES, via sistema Monitor, no exercício de 2018, 14 recomendações em decorrência de auditorias realizadas CGU junto à CAPES.

Treze recomendações (Sistema Monitor 179533 a 179545) tiveram origem na “avaliação das atribuições da CAPES quanto ao acompanhamento do desempenho dos Programas de Demanda Social (DS) e de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)”, contidas no Relatório de Auditoria CGU nº 201800451, referente às contas do exercício de 2017.

Já a recomendação 179546 trata da “avaliação das providências adotadas pela CAPES sobre as recomendações efetuadas a fim de evitar o acúmulo entre bolsas da CAPES e as de outras agências de fomento – especialmente FNDE – e ressarcimento ao erário de bolsas acumuladas indevidamente, conforme Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2014”. Esta recomendação também foi exarada no anteriormente citado Relatório de Auditoria CGU nº 201800451.

As recomendações 179539, 179540, 179541 e 179544 foram respondidas na data de 27/12/2018, por intermédio do Memorando nº 37/2018/CGSI/DPB, de 20 de dezembro de 2018.

Nos termos do Memorando nº 13/2019/DPB, de 31 de janeiro de 2018, “em decorrência das atividades relacionadas à transição do Governo Federal e às mudanças de gestão na CAPES”, a Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB solicitou prorrogação de prazo para apresentar respostas às recomendações 179533, 179534, 179535, 179536, 179537, 179538, 179542, 179543 e 179545.

Em resposta à recomendação 179546, foram encaminhados à CGU a Nota Técnica nº 4/2018/CCB/CGFO/DED, de 20 de dezembro de 2018, bem como o Memorando nº 8/2019/DRI, de 31 de janeiro de 2019.

No que diz respeito ao acompanhamento das recomendações emitidas pela CGU, registramos que esta unidade de auditoria interna consulta o sistema Monitor CGU semanalmente, de modo a verificar o status de atendimento das recomendações.

Quando há a inclusão de nova recomendação ou alteração do status da recomendação, a AUD/CAPES informa a Diretoria responsável pelo assunto, tendo em vista o pronto atendimento e/ou esclarecimento acerca da recomendação do órgão de controle interno.

A AUD/CAPES monitora o atendimento das recomendações, por meio do sistema Monitor, observando os prazos estabelecidos pela Controladoria-Geral da União.



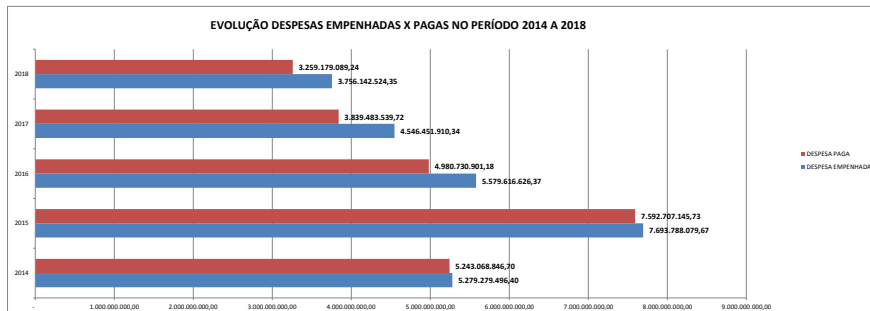
Anexo I

Gestão orçamentária e financeira

Evolução da Execução Orçamentária - Últimos 5 anos

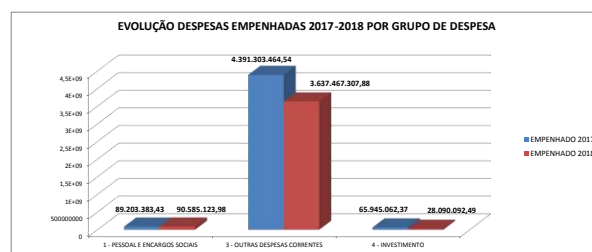
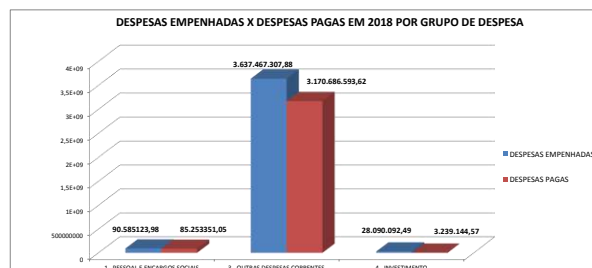
* FONTE: TESOUREIRO GERAL

Ano Lançamento		2014			2015			2016			2017			2018		
US EXECUTORA DO ORÇAMENTO	Unidade Orçamentária e qual a sua natureza	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
15401 e 15404 CARER (COORDENAÇÃO DE INTERFECAMENTO DE PESQUISA DE NÍVEL SUPERIOR)	2201 SENADO FEDERAL	8.305,77			5.342,35											
	1701 CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	1.123.404,14	1.019.852,14	1.019.852,14	330.400,00	330.400,00	330.400,00									
	2202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	3.810.548,02	2.722.718,02	2.722.718,02	1.832.143,02			3.190.532,48	3.190.532,48	3.190.532,48	2.737.440,36			1.939.186,40	1.866.301,37	1.866.301,37
	2401 MINIST DA EDUCAÇÃO	2.600.000,00			3.207.144,01	3.207.144,01	3.207.144,01	3.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00						
	4401 FUNDO NACIONAL DE DESENV CIENT E TECNOLÓGIC							19.593.059,27	15.701.596,59	15.701.596,59						
	2601 MINISTERIO DA EDUCACAO	781.000,00	749.168,71	749.168,71	705.408,00			2.826.282,56	973.495,24	973.495,24	1.582.065,52	1.053.094,90	1.053.094,90	828.085,30	530.455,30	530.455,30
	2602 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS							0,00								
	2620 UNIV. EST. PAULISTA	4.498.265,85	4.498.265,85	4.498.265,85	2.999.699,10	2.766.082,70	2.766.082,70				1.407,90	1.407,90	1.407,90			
	2629 FUNDO COORD. DE APOIO DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	5.238.559.379,55	5.212.169.707,81	5.210.643.840,30	7.668.608.000,89	7.583.583.799,77	7.583.583.799,77	5.546.167.337,36	4.961.628.026,88	4.959.108.476,88	4.530.248.209,80	3.833.907.302,06	3.750.244.987,05	3.261.985.084,07	3.256.318.332,56	
	2624 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALERE	147.600,00	124.700,00	124.700,00	147.600,00	124.700,00	124.700,00	83.700,00	50.900,00	50.900,00	68.000,00	61.500,00	61.500,00	71.750,00	46.800,00	46.800,00
	3012 AGENCIA NACIONAL DE AGUA E SANEAMENTO	745.473,15			726.639,35											
	3001 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	17.821.109,68	17.916.369,68	17.916.369,68	153.927,06											
	4202 INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE				78.176,59	38.727,50	38.727,50	87.714,70								
	4401 AGENCIA NACIONAL DE AGUA E SANEAMENTO				601.525,07											
	4405 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	282.100,00	179.800,00	179.800,00	265.400,00	129.900,00	129.900,00	378.000,00	205.900,00	205.900,00	234.100,00	231.900,00	231.900,00	460.500,00	417.200,00	417.200,00
	5201 MINISTERIO DA DEFESA	600.000,00			600.000,00			600.000,00						598.015,00		
	5301 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO	1.540.000,00			1.591.999,60	40.000,00										
	5401 MINISTERIO DO TURISMO	3.902.200,44	3.805.861,80	3.805.861,80							4.547.701,75	4.228.334,87	4.228.334,87			
	6101 SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	712.240,48	506.783,88	506.783,88												
	6102 INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	901.486,31	901.486,31	901.486,31	305.578,32											
	6401 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SODHPE	866.580,00			1.133.320,00	1.080.900,00	133.320,00									
	Total	8.279.379.696,40	8.244.594.715,78	8.243.608.846,76	7.689.750.879,87	7.593.814.726,79	7.592.707.144,78	8.979.816.836,37	4.369.256.481,16	4.366.730.901,18	4.546.451.910,34	3.836.483.536,76	3.836.483.536,76	3.756.142.524,35	3.264.846.846,85	3.259.179.089,34



Cálculo DCL 2020				Ejercicio 2020			
Cálculo DCL 2020				Ejercicio 2020			
DESPESAS CORRIENTES							
Grupos de Despesa	Empagada		Liquidada		RP en Proceso		Valores Paga
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2018
1- VESTIMENTAS E VESTAGENS E PASSAGENS PERSONAL CIVIL	50.005.760,49	\$4.131.355,34	50.005.760,49	\$4.131.355,34	49.842.193,27	50.515.566,91	49.842.193,27
2- ALIMENTAÇÃO	28.608.138,47	19.708.757,52	28.608.138,47	19.708.757,52	17.495.280,50	19.708.757,52	17.495.280,50
3- BENEFÍCIOS E REPARAÇÕES	12.203.758,04	12.886.651,69	12.203.758,04	12.886.651,69	12.126.990,61	12.203.758,04	12.126.990,61
4- TRIBUTAÇÕES	8.777.509,18	2.436.418,93	8.777.509,18	2.436.418,93	2.436.418,93	2.436.418,93	2.436.418,93
5- PATRONAIS	2.745.190.738,01	3.563.384.731,51	2.486.390.153,52	3.086.723.759,74	255.800.651,24	586.680.977,16	523.999.230,34
6- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	497.485.094,47	4.762.464.226,61	397.334.648,08	379.827.592,54	477.400.446,44	1.147.776.718,31	379.827.592,54
7- ALUGUEIS E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS	364.538.597,69	301.774.431,56	180.677.606,26	162.047.283,70	301.774.431,56	301.774.431,56	301.774.431,56
8- MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
9- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
10- MANUTENÇÃO DE OBRAS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
11- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
12- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
13- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
14- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
15- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
16- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
17- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
18- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
19- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
20- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
21- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
22- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
23- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82	138.469.140,47	118.416.577,00	138.469.140,47	138.416.577,00	138.416.577,00
24- MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	168.927.616,76	133.100.068,82					

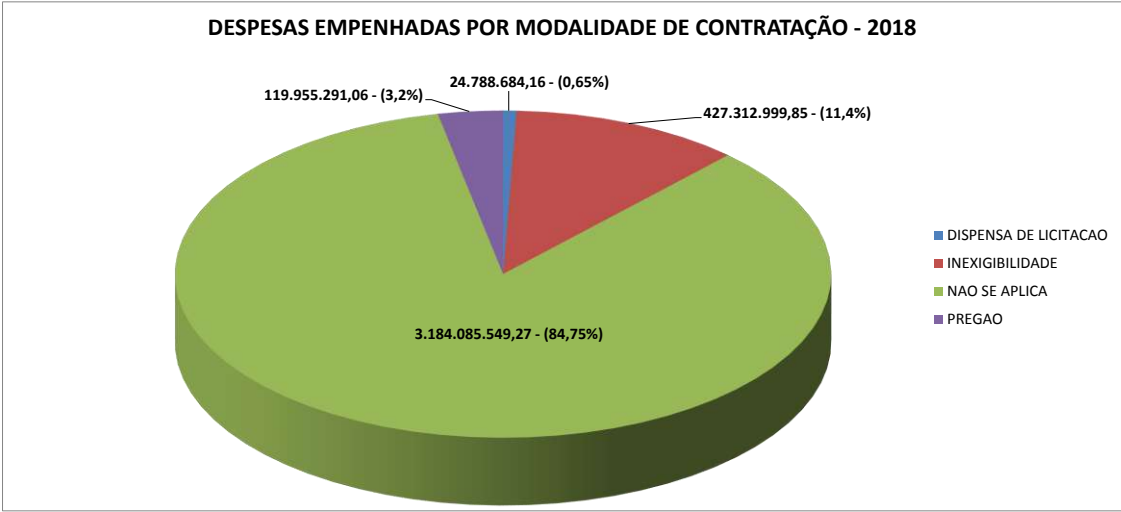
ANEXO 1 - RESUMO GERAL																					
Órgão	Grupo de Despesa	Exercício	2016				2017				2018										
			Elemento Despesa	Empenhada	Liquidada	RP não processada	Valores para	Empenhada	Liquidada	RP não processada	Valores para	Empenhada	Liquidada	RP não processada	Valores para						
20261	FUNDO COORD. DE APOIO DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	1	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APORTE APPL. PARA SERVIÇOS E PESSOAL	20.698.158,47	20.698.158,47	0,00	19.096.124,93	19.708.757,52	19.708.757,52	0,00	19.708.757,52	17.495.288,50	17.495.288,50	0,00	17.495.288,50				
				03	PRONTO-SOLDO - PESSOAL DE 1º E 2º NÍVEL	1.548.570,33	1.548.570,33	0,00	1.434.353,73	1.672.343,95	1.672.343,95	0,00	1.672.343,95	1.616.729,72	1.616.729,72	0,00	1.616.729,72				
				04	CONTRATACÃO POR TIPO DETERMINADO - PESS. CIVIL	985.120,82	985.120,82	0,00	873.756,96			0,00									
				07	CONTRIBUIÇÃO A FUNDAC. RECHADA PREVIDÊNCIA	331.739,93	331.739,93	0,00	293.231,83	186.829,05	186.829,05	0,00	186.829,05	151.696,99	151.696,99	0,00	151.696,99				
				11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	53.905.701,49	53.905.701,49	0,00	50.515.554,91	54.151.555,34	54.151.555,34	0,00	54.151.555,34	49.842.189,10	49.842.189,10	0,00	49.842.189,10				
				13	OBRIGACÕES PATRONAIS	12.203.758,84	12.203.758,84	0,00	12.203.758,84	12.886.651,66	12.886.651,66	0,00	12.886.651,66	12.126.590,16	12.126.590,16	0,00	12.126.590,16				
				16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	438.736,42	438.736,42	0,00	397.144,45	304.978,65	304.978,65	0,00	304.978,65	405.122,02	405.122,02	0,00	405.122,02				
				91	SENTENÇAS JUDICIAIS	131.211,21	131.211,21	0,00	118.694,28	129.055,15	129.055,15	0,00	129.055,15	129.484,68	129.484,68	0,00	129.484,68				
				94	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264.480,22	264.480,22	0,00	258.604,62	127.312,11	127.312,11	0,00	127.312,11	136.682,05	136.682,05	0,00	136.682,05				
				94	RENTAL DE IMÓVEIS E RESTITUIÇÕES	77.640,25	77.640,25	0,00	62.112,20			0,00									
				Total		99.893.123,88	99.893.123,88	0,00	89.263.385,43	89.263.385,43	89.263.385,43	0,00	89.263.385,43	81.993.782,32	81.993.782,32	0,00	81.993.782,32				
				3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	OUTROS BENS E SERVIÇOS POR TIPO DETERMINADO - PESS. CIVIL	499.101,15	499.101,15	0,00	493.196,45	2.395.701,72	2.395.701,72	0,00	2.395.701,72	3.637.487,51	3.637.487,51	0,00	3.637.487,51		
								05	OUTROS BENS E SERVIÇOS DE 1º E 2º NÍVEL	405.601,32	405.601,32	0,00	373.367,65	300.988,62	300.988,62	0,00	300.988,62	363.285,19	363.285,19	0,00	363.285,19
								14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.283.154,00	2.283.154,00	0,00	2.283.154,00	3.521.409,02	3.521.409,02	0,00	3.521.409,02	1.475.959,67	1.475.959,67	0,00	1.475.959,67
								15	AUXÍLIO-FUNERÁRIO E ATUALIDADES	2.745.198.758,83	2.489.393.153,52	255.805.605,31	2.489.393.153,52	3.563.384.731,53	3.056.723.799,75	506.660.931,78	3.056.723.799,75	4.596.045.484,95	4.072.064.254,59	523.999.230,36	4.072.064.254,59
								16	AUXÍLIO-FUNERÁRIO E ATUALIDADES	264.046.537,40	180.877.600,05	83.168.937,35	180.877.600,05	201.274.493,50	182.249.389,75	19.027.103,75	182.249.389,75	204.119.159,00	19.026.124,00	204.119.159,00	
								17	RENTAL DE CONJUNTO	298.135,90	366.732,60	133.655,35	366.732,60	305.141,51	50.888,05	255.253,41	50.888,05	48.311,40	358.508,48	48.311,40	
								31	PRECATORIOS CULTURAIS, ARTISTICOS, CIENTIFICOS	140.000,00	140.000,00										



Despesas por Modalidade de Contratação

* FONTE: TESOIRO GERENCIAL

Exercício	2018		2017		2016	
Modalidade de Licitação	Despesa executada	Despesa paga	Despesa executada	Despesa paga	Despesa executada	Despesa paga
DISPENSE DE LICITACAO	24.788.684,16	15.438.672,33	33.320.389,89	16.312.909,14	16.485.364,59	13.404.381,56
INEXIGIBILIDADE	427.312.999,85	347.989.370,14	384.994.907,59	275.023.491,61	355.616.126,21	345.372.707,03
NAO SE APLICA	3.184.085.549,27	2.826.254.739,97	4.026.651.916,28	3.480.025.615,10	5.124.054.072,83	4.557.558.666,85
PREGAO	119.955.291,06	69.496.306,79	101.484.696,58	68.121.523,87	83.461.062,74	64.395.145,74
Total	3.756.142.524,35	3.259.179.089,24	4.546.451.910,34	3.839.483.539,72	5.579.616.626,37	4.980.730.901,18



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2018 POR AÇÃO - CAPES (UO 26291)

PRINCIPAIS AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMAS TEMATICOS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC - OFSS

Código		0000		Identificação da Ação				Tipo:			
Título		Concurso de Bolsas de Apoio à Educação Básica									
Iniciativa		Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana									
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.							1007		
Programa		Educação de Qualidade para todos.		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
681.066.429,00		533.569.837,00		534.638.769,54		470.974.980,14		470.974.980,14		63.663.789,40	
Identificação da Ação											
Código		0487						Tipo:		Operações especiais	
Título		Concurso de bolsas de estudo de ensino Superior									
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantia equidade étnico-racial e de gênero.									
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.									
Programa		EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
2.512.620.094,00		2.508.470.094,00		2.511.806.142,11		2.236.369.833,10		2.223.918.686,61		285.436.309,00	
Identificação da Ação											
Código		2076						Tipo:		Atividade	
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão									
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantia equidade étnico-racial e de gênero.									
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.									
Programa		EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
71.899.751,00		75.899.751,00		75.724.146,66		73.145.120,62		71.479.695,62		2.579.026,04	
Identificação da Ação											
Código		2083						Tipo:		Atividade	
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica									
Iniciativa		Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.									
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.							1008		
Programa		EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
72.482.960,00		86.979.552,00		84.560.327,36		56.894.746,67		52.937.045,24		27.665.580,59	
Identificação da Ação											
Código		208N						Tipo:		Atividade	
Título		Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação									
Iniciativa		Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior.									
Objetivo		Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.							1011		
Programa		EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
16.686.936,00		16.686.936,00		16.686.936,00		9.597.242,50		9.597.242,50		7.089.693,50	
Identificação da Ação											
Código		2117						Tipo:		Atividade	
Título		Acesso à Informação Científica e Tecnológica									
Iniciativa		Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.									
Objetivo		Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.							1010		
Programa		EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código		2080		Tipo:		Programa Temático	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2018											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação				Despesa				Processados		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial		Final		Empenhada		Liquidada		Paga		Não Processados	
402.887.527,00		402.887.527,00		423.638.878,41		344.809.607,54		344.809.607,54		78.829.270,87	

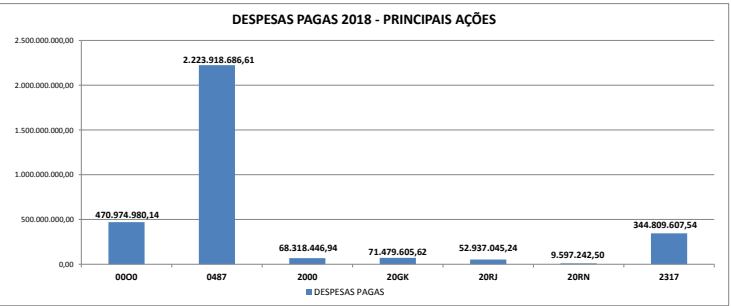
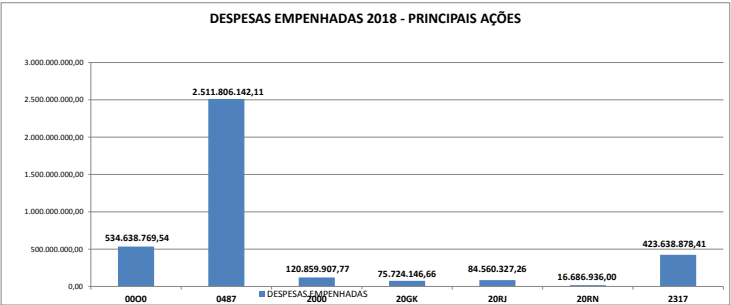
Análise Completa das Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS

Orçamento UO 26291 e executado pelas Ugs CAPES e demais Ugs que receberam recursos descentralizados pela CAPES.

* FONTE: TESOUREIRO GERAL

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ação Governo	Módulo Lançamento	2018						Restos a pagar do Exercício - Processados	Restos a pagar do Exercício - Não processados
				Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga			
26291	FUNDO COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	0005	OPERACOES ESPECIAIS	234.136,00	228.140,00	228.138,77	228.138,77	228.138,77	0,00	0,00	
		0000	SEM INFORMACAO	681.066.429,00	533.569.837,00	534.638.769,54	470.974.980,14	470.974.980,14	0,00	63.663.789,40	
		0181	OPERACOES ESPECIAIS	21.416.044,00	22.675.612,00	22.347.968,76	22.347.968,76	20.617.890,49	1.730.078,27	0,00	
		0487	OPERACOES ESPECIAIS	2.512.620.094,00	2.508.470.094,00	2.511.806.142,11	2.226.369.833,10	2.223.918.686,61	2.451.146,49	285.436.309,00	
		0998	OPERACOES ESPECIAIS	13.757.544,00	13.757.544,00	11.665.569,26	11.665.569,26	11.665.569,26	0,00	0,00	
		2000	ATIVIDADE	120.927.410,00	120.927.410,00	120.859.907,77	68.365.619,94	68.318.446,94	47.173,00	52.494.287,83	
		2004	ATIVIDADE	854.448,00	917.777,00	879.158,44	879.158,44	806.252,18	72.906,26	0,00	
		200K	ATIVIDADE	71.899.751,00	75.899.751,00	75.724.146,66	73.145.120,62	71.479.605,62	1.665.515,00	2.579.026,04	
		20R1	ATIVIDADE	72.482.960,00	86.979.552,00	84.560.327,26	56.894.746,67	52.937.045,24	3.957.701,43	27.665.980,59	
		20RN	ATIVIDADE	16.686.936,00	16.686.936,00	16.686.936,00	9.597.242,50	9.597.242,50	0,00	7.089.693,50	
		207P	ATIVIDADE	56.000.031,00	57.361.043,00	56.571.585,96	56.571.585,96	52.969.891,30	3.601.694,66	0,00	
		2128	SEM INFORMACAO	2.559.698,00	2.600.222,00	2.534.688,57	2.534.688,57	2.326.083,35	208.605,22	0,00	
		216H	SEM INFORMACAO	183.814,00	183.814,00	92.930,49	92.930,49	86.635,49	6.295,00	0,00	
		2317	ATIVIDADE	402.887.527,00	402.887.527,00	423.638.878,41	344.809.607,54	344.809.607,54	0,00	78.829.270,87	
		4572	ATIVIDADE	1.500.000,00	1.500.000,00	1.488.806,48	847.172,05	847.172,05	0,00	641.634,43	
TOTAL GERAL				3.975.876.822,00	3.844.645.258,00	3.863.723.954,48	3.345.324.362,82	3.331.583.247,49	13.741.115,38	518.399.591,47	

OBS: O valor empenhado superior ao valor da dotação final ocorre devido a variação cambial resultado das provisões realizadas para UG exterior com finalidade de fechamento de câmbio.



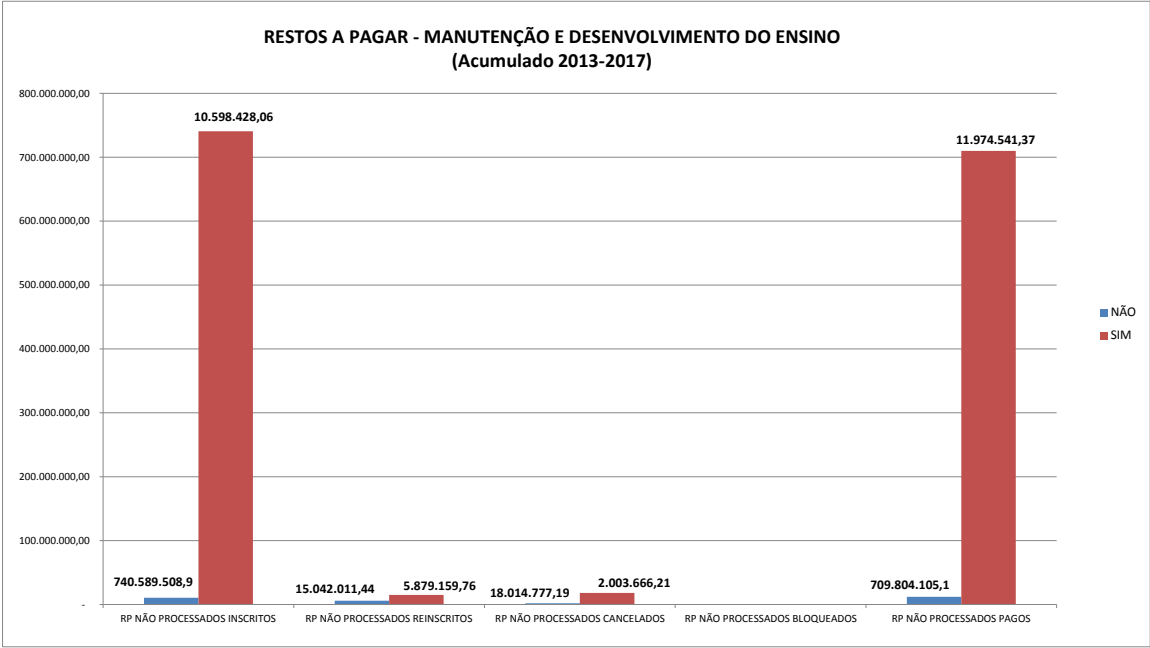
Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS - RESTOS A PAGAR

*FONTE: TESOIRO GERENCIAL										
Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ano de emissão do empenho	Ação Governo	Indicador Ação Governo		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)	
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2008	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	774,60		774,60	
			8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	A	ATIVIDADE	363,26		363,26	
			Total				1.137,86		1.137,86	
		2009	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	2.998,70		2.998,70	
			8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	A	ATIVIDADE	14.210,70		14.210,70	
			Total				17.209,40		17.209,40	
		2010	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	38.569,16	97,57		38.471,59
			4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	26.117,12			26.117,12
			Total				64.686,28	97,57		64.588,71
		2011	009U	CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID	O	OPERACOES ESPECIAIS	12.835,48			12.835,48
			0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	95.171,74	76.451,60		18.720,14
			20CV	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUC	A	ATIVIDADE	49.534,29			49.534,29
			4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	95.884,64			95.884,64
			6333	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFE	A	ATIVIDADE	2.926,26			2.926,26
			8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	A	ATIVIDADE	5.170,00			5.170,00
			Total				261.522,41	76.451,60		185.070,81
		2012	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	160.773,80	112.296,15	4.696,43	43.781,22
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	100.136,52	94.920,39		5.216,13
			4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	371.532,07	112.714,52	89.702,88	169.114,67
			Total				632.442,39	319.931,06	94.399,31	218.112,02
		2013	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	5.048.938,58	4.825.599,47	23.631,00	199.708,11
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	154.638,26	154.638,26		0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	2.279.323,30	176.399,56	68.662,50	2.034.261,24
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	237.585,26	23.848,29		213.736,97
			Total				7.720.485,40	5.180.485,58	92.293,50	2.447.706,32
		2014	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	1.761.521,74	705.170,63	154.664,81	901.686,30
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	238.069,67	238.069,67		0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	1.455.179,64	55.337,94	429.368,59	970.473,11
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	4.056.745,75	1.249.591,96	416.992,83	2.390.160,96
			Total				7.511.516,80	2.248.170,20	1.001.026,23	4.262.320,37
		2015	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	3.475.620,85	1.147.286,81	298.761,47	2.029.572,57
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	440.129,68	440.129,68		0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	944.807,31	894.807,31	50.000,00	0,00
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	2.100.328,33	1.348.520,01	23.405,57	728.402,75
			20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	163.843,54	163.843,54		0,00
			2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	A	ATIVIDADE	7.168,38	7.168,38		0,00
			Total				7.131.898,09	4.001.755,73	372.167,04	2.757.975,32
		2016	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	-8	SEM INFORMACAO	574.615,00	574.615,00		0,00
			0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	4.614.837,06	2.240.179,41	1.053.272,12	1.321.385,53
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	4.843.245,66	4.707.149,84	136.095,82	0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	310.705,01	101.076,72	18.200,94	191.427,35
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	8.321.974,34	937.221,34	4.533.594,80	2.851.158,20
			20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	44.580,08	16.348,33	5.440,00	22.791,75
			2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	A	ATIVIDADE	2.335.214,71	2.335.214,71		0,00
			4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE O	A	ATIVIDADE	574.180,45	540.380,45		33.800,00
			Total				21.619.352,31	11.452.185,80	5.746.603,68	4.420.562,83
		2017	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	-8	SEM INFORMACAO	80.048.874,90		80.048.874,90	0,00
			0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	O	OPERACOES ESPECIAIS	498.826.602,29	3.648.466,54	484.785.932,89	10.392.202,86
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	A	ATIVIDADE	35.911.524,91	1.519.826,39	24.287.908,44	10.103.790,08
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	A	ATIVIDADE	8.147.516,29	55.800,00	6.061.716,29	2.030.000,00
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	A	ATIVIDADE	46.310.386,62	1.545.943,84	32.149.699,49	12.614.743,29
			20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	A	ATIVIDADE	11.118.177,06	591.739,77	6.639.564,24	3.886.873,05
			2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	A	ATIVIDADE	133.195.600,19	2.797.621,29	126.711.630,94	3.686.347,96
			4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE O	A	ATIVIDADE	81.246,22		28.637,81	52.608,41
			Total				813.639.928,48	10.159.397,83	760.713.965,00	42.766.565,68
TOTAL GERAL							858.600.179,42	33.438.475,37	768.020.454,76	57.141.249,29

Restos a Pagar - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

FONTE: TESOURO GERENCIAL

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino?		UG Executora	Unidade Orçamentária de origem da dotação.	Ano de inscrição do empenho	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
NAO			22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA FUND. NACIONAL DE SAUDE	2017	3.206.479,42		3.206.479,42	0,00	
				Total		3.206.479,42		3.206.479,42	0,00	
			36901		2013		70.000,00	70.000,00	0,00	
				Total			70.000,00	70.000,00	0,00	
			42207	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	2013		22.245,00	22.245,00	0,00	
				2015		39.451,09	39.451,09		0,00	
				2016		87.714,70	87.714,70		0,00	0,00
				Total		149.410,79	149.410,79		0,00	0,00
			44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS + ANA	2015		2.159.748,97	140.000,42	1.858.548,55	161.200,00
				2016			3.440.000,00		3.440.000,00	0,00
				2017		7.032.985,00		1.584.255,00	3.461.530,00	1.987.200,00
				Total		7.032.985,00	5.599.748,97	1.724.255,42	8.760.078,55	2.148.400,00
			44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	2017		2.200,00		2.200,00	0,00
				Total		2.200,00			2.200,00	0,00
			52101	MINISTERIO DA DEFESA	2016		60.000,00	60.000,00		0,00
				Total		60.000,00	60.000,00		0,00	0,00
			54101	MINISTERIO DO TURISMO	2017		356.763,64		5.783,40	350.980,24
				Total		356.763,64			5.783,40	350.980,24
			Total			10.598.428,06	5.879.159,76	2.003.666,21	11.974.541,37	2.499.380,24
SIM			26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	2013		3.134,35	3.134,35		0,00
				2016			300.129,72			0,00
				2017		528.970,62		355.347,04	173.623,58	0,00
				Total		528.970,62	303.264,07	658.611,11	173.623,58	0,00
			26290	INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ. EDUCACIONAIS	2013		100.576,58	100.576,58		0,00
				2015			169.018,20		169.018,20	0,00
				Total		269.594,78	269.594,78		0,00	0,00
			26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2013		184.683,96	184.683,96		0,00
				2014			122.288,08		122.288,08	0,00
				2015		4.021.646,51	2.752.446,51		199.000,00	1.070.200,00
				2016			10.140.534,04	8.071.588,70	463.806,76	1.605.138,58
				2017		740.054.038,28		5.955.564,05	708.961.174,78	25.137.299,45
				Total		740.054.038,28	14.469.152,59	17.086.571,30	709.623.981,54	27.812.638,03
			26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	2017		6.500,00		6.500,00	0,00
				Total		6.500,00			6.500,00	0,00
			Total			740.589.508,90	15.042.011,44	18.014.777,19	709.804.105,12	27.812.638,03
TOTAL GERAL						751.187.936,95	20.921.171,20	20.018.443,40	721.778.646,49	30.312.018,27



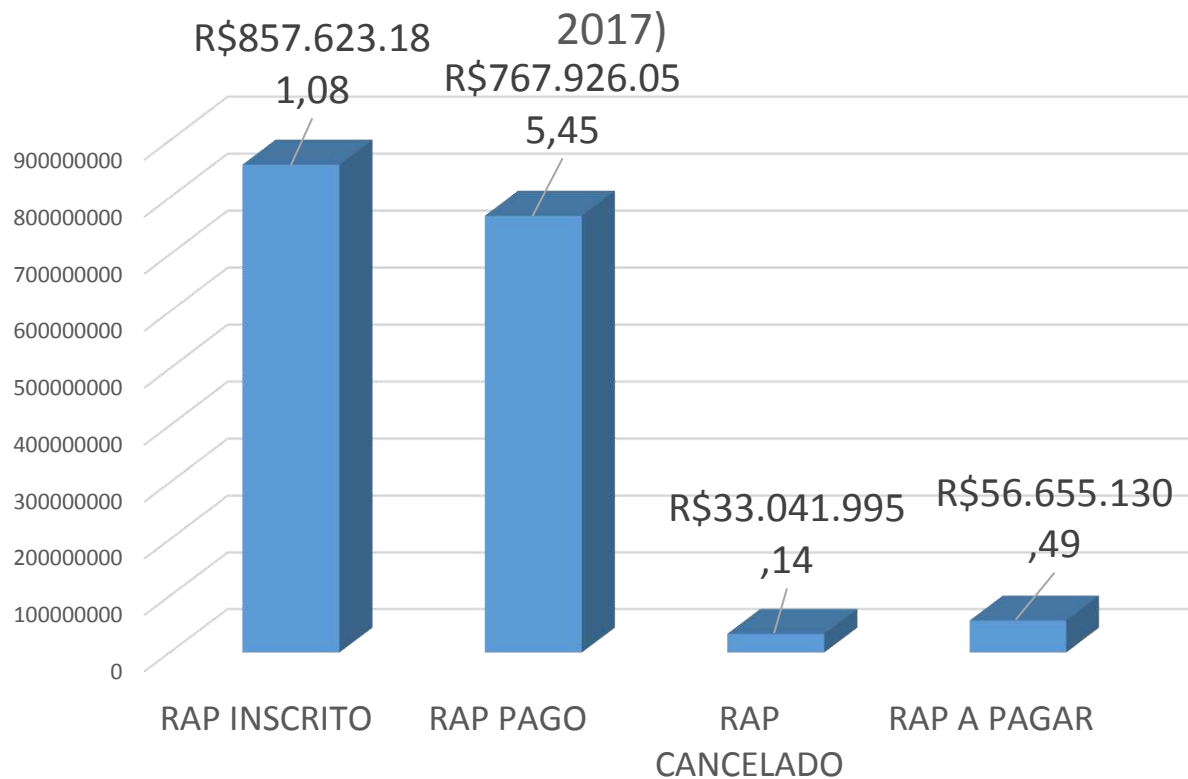
RESTOS A PAGAR EM EXECUÇÃO 2018 (ACUMULADO 2013-2017)

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence		Ano de emissão do	Ação Governo		RESTOS A PAGAR INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PAGOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS	RESTOS A PAGAR A PAGAR
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2013	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	5.048.938,58	23.631,00	4.825.599,47	199.708,11
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	154.638,26		154.638,26	0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	2.279.323,30	68.662,50	176.399,56	2.034.261,24
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	237.585,26		23.848,29	213.736,97
			Total		7.720.485,40	92.293,50	5.180.485,58	2.447.706,32
		2014	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.761.521,74	154.664,81	705.170,63	901.686,30
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	238.069,67		238.069,67	0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	1.455.179,64	429.368,59	55.337,94	970.473,11
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	4.056.745,75	416.992,83	1.249.591,96	2.390.160,96
			Total		7.511.516.80	1.001.026.23	2.248.170.20	4.262.320.37
		2015	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	3.475.620,85	298.761,47	1.147.286,81	2.029.572,57
			2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	440.129,68		440.129,68	0,00
			20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	944.807,31	50.000,00	894.807,31	0,00
			20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	2.100.328,33	23.405,57	1.348.520,01	728.402,75
			20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	163.843,54		163.843,54	0,00

	2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	7.168,38		7.168,38	0,00
	Total		7.131.898,09	372.167,04	4.001.755,73	2.757.975,32
2016	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	574.615,00		574.615,00	0,00
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	4.614.837,06	1.053.272,12	2.240.179,41	1.321.385,53
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.843.245,66	136.095,82	4.707.149,84	0,00
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	310.705,01	18.200,94	101.076,72	191.427,35
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	8.321.974,34	4.533.594,80	937.221,34	2.851.158,20
	20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	44.580,08	5.440,00	16.348,33	22.791,75
	2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA	2.335.214,71		2.335.214,71	0,00
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE O	574.180,45		540.380,45	33.800,00
	Total		21.619.352,31	5.746.603,68	11.452.185,80	4.420.562,83
2017	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	80.048.874,90	80.048.874,90		0,00
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	498.826.602,29	484.785.932,89	3.648.466,54	10.392.202,86
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	35.911.524,91	24.287.908,44	1.519.826,39	10.103.790,08
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	8.147.516,29	6.061.716,29	55.800,00	2.030.000,00
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	46.310.386,62	32.149.699,49	1.545.943,84	12.614.743,29

		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	11.118.177,06	6.639.564,24	591.739,77	3.886.873,05
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	133.195.600,19	126.711.630,94	2.797.621,29	3.686.347,96
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE O	81.246,22	28.637,81		52.608,41
		Total		813.639.928,48	760.713.965,00	10.159.397,83	42.766.565,65
Total				857.623.181,08	767.926.055,45	33.041.995,14	56.655.130,49

RAP - EXECUÇÃO EM 2018 (ACUMULADO 2013-2017)





Anexo II

Demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	59.606.629,34	62.784.954,59	Despesas Orçamentárias	3.756.142.524,35	4.546.451.910,34
Ordinárias	-	1.257.657,31	Ordinárias	1.355.941.886,21	233.350.178,84
Vinculadas	60.959.017,24	63.827.733,54	Vinculadas	2.400.200.638,14	4.313.101.731,50
Educação	321.513,92	1.467.160,95	Educação		3.109.863.018,06
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	8.387,16	
Recursos de Receitas Financeiras		-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Doações		360.000,00	Recursos de Receitas Financeiras		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	60.608.651,00	62.000.572,59	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	79.526.197,59	66.538.392,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos	28.852,32		Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.320.666.053,39	1.136.700.321,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.352.387,90	-2.300.436,26			
Transferências Financeiras Recebidas	4.567.698.017,90	5.135.834.344,00	Transferências Financeiras Concedidas	825.439.226,57	790.631.135,90
Resultantes da Execução Orçamentária	4.104.019.220,73	4.707.689.931,95	Resultantes da Execução Orçamentária	762.619.041,40	728.713.657,76
Repasse Recebido	3.417.976.166,41	4.084.197.360,29	Repasse Concedido	76.414.641,06	105.221.086,15
Sub-repasse Recebido	686.043.054,32	623.492.571,66	Sub-repasse Concedido	686.043.054,31	623.492.571,61
Independentes da Execução Orçamentária	463.678.797,17	428.144.412,05	Repasse Devolvido	161.346,03	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	462.905.398,62	426.728.676,35	Independentes da Execução Orçamentária	62.820.185,17	61.917.478,14
Demais Transferências Recebidas	773.398,55	186.437,40	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	57.989.194,44	57.796.138,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.229.298,30	Demais Transferências Concedidas	1.824.556,90	168.522,89
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.006.433,83	3.952.816,56
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	568.451.929,02	737.571.100,06	Despesas Extraorçamentárias	724.608.484,39	586.204.869,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.666.752,41	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	2.519.550,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	491.296.682,71	706.968.370,62	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	721.778.646,50	582.714.156,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.817.001,54	977.630,53	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.829.837,89	964.794,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários	68.671.492,36	29.625.098,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	6.369,44
Passivos Transferidos	0,01	0,01	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		6.369,44
Arrecadação de Outra Unidade	3.117.087,63				
Ajuste Acumulado de Conversão	50.222.448,50	4.585.830,33			
Demais Recebimentos	15.331.956,22	25.039.268,57			
Saldo do Exercício Anterior	513.453.008,20	500.550.525,63	Saldo para o Exercício Seguinte	403.019.349,15	513.453.008,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	513.453.008,20	500.550.525,63	Caixa e Equivalentes de Caixa	403.019.349,15	513.453.008,20
TOTAL	5.709.209.584,46	6.436.740.924,28	TOTAL	5.709.209.584,46	6.436.740.924,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 14/02/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	52.521.720,00	52.521.720,00	59.606.629,34	7.084.909,34
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.693.575,00	9.693.575,00	11.815.650,82	2.122.075,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	9.693.575,00	9.693.575,00	11.815.650,82	2.122.075,82
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.394,00	5.394,00	8.732,07	3.338,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.394,00	5.394,00	8.732,07	3.338,07
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	983.313,26	983.313,26
Outras Receitas Correntes	42.822.751,00	42.822.751,00	46.798.933,19	3.976.182,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	633,37	633,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	36.087.653,00	36.087.653,00	44.244.750,70	8.157.097,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	6.735.098,00	6.735.098,00	2.553.549,12	-4.181.548,88
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 14/02/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	52.521.720,00	52.521.720,00	59.606.629,34	7.084.909,34
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	52.521.720,00	52.521.720,00	59.606.629,34	7.084.909,34
DEFICIT			3.696.535.895,01	3.696.535.895,01
TOTAL	52.521.720,00	52.521.720,00	3.756.142.524,35	3.703.620.804,35
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.945.385.109,00	3.814.953.546,00	3.728.052.431,86	3.261.606.697,07	3.255.939.944,66	86.901.114,14
Pessoal e Encargos Sociais	91.231.529,00	93.850.584,00	90.585.123,98	90.585.123,98	85.253.351,05	3.265.460,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.854.153.580,00	3.721.102.962,00	3.637.467.307,88	3.171.021.573,09	3.170.686.593,61	83.635.654,12
DESPESAS DE CAPITAL	29.691.713,00	29.691.713,00	28.090.092,49	3.239.144,57	3.239.144,57	1.601.620,51
Investimentos	29.691.713,00	29.691.713,00	28.090.092,49	3.239.144,57	3.239.144,57	1.601.620,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.975.076.822,00	3.844.645.259,00	3.756.142.524,35	3.264.845.841,64	3.259.179.089,23	88.502.734,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/02/2019	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.975.076.822,00	3.844.645.259,00	3.756.142.524,35	3.264.845.841,64	3.259.179.089,23	88.502.734,65
TOTAL	3.975.076.822,00	3.844.645.259,00	3.756.142.524,35	3.264.845.841,64	3.259.179.089,23	88.502.734,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.174.155,45	720.441.875,28	701.838.922,95	701.838.922,95	18.652.107,23	20.125.000,55
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.174.155,45	720.441.875,28	701.838.922,95	701.838.922,95	18.652.107,23	20.125.000,55
DESPESAS DE CAPITAL	747.015,75	30.746.061,68	19.939.723,55	19.939.723,55	1.366.336,17	10.187.017,71
Investimentos	747.015,75	30.746.061,68	19.939.723,55	19.939.723,55	1.366.336,17	10.187.017,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20.921.171,20	751.187.936,96	721.778.646,50	721.778.646,50	20.018.443,40	30.312.018,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-0,03	0,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-0,01	0,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-0,01	0,01
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-0,01	0,01
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-0,03	0,03
Investimentos	-	-	-	-0,01	0,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-0,01	0,01
Amortização da Dívida	-	-	-	-0,01	0,01
TOTAL	-	-	-	-0,06	0,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO

EMISSION
14/02/2019

PAGINA
1

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	415.463.319,92	519.566.642,43	PASSIVO CIRCULANTE	5.781.666,04	12.836,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	403.019.349,15	513.453.008,20	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5.051.593,59	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.237.878,98	5.881.939,29	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	206.091,79	231.694,94	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	730.072,45	12.836,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	153.840.988,10	139.002.830,60	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.118.482,28	7.642.248,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.554.490,07	7.554.490,07	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	7.554.490,07	7.554.490,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	563.992,21	87.758,92	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.781.666,04	12.836,35
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	563.522.641,98	658.556.636,68
Imobilizado	75.095.902,54	72.973.202,39	Resultado do Exercício	-145.438.692,87	76.344.407,67
Bens Móveis	71.011.552,34	68.888.852,19	Resultados de Exercícios Anteriores	708.779.085,18	1.596.554.662,26
Bens Móveis	96.407.876,31	89.855.480,57	Ajustes de Exercícios Anteriores	182.249,67	-1.014.342.433,25
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.396.323,97	-20.966.628,38	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	563.522.641,98	658.556.636,68
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	70.626.603,28	58.387.379,22			
Softwares	70.625.563,28	58.386.339,22			
Softwares	70.625.563,28	58.386.339,22			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO

EMISSION 14/02/2019 PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.040,00	1.040,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.040,00	1.040,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	569.304.308,02	658.569.473,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	569.304.308,02	658.569.473,03

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	403.019.349,15	513.453.008,20	PASSIVO FINANCEIRO	527.275.453,39	727.559.737,85
ATIVO PERMANENTE	166.284.958,87	145.116.464,83	PASSIVO PERMANENTE	114.913,63	-
SALDO PATRIMONIAL		68.990.264,82	SALDO PATRIMONIAL	41.913.941,00	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	182.822.115,94	118.401.394,43	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.271.288.566,15	1.690.411.703,93
Execução dos Atos Potenciais Ativos	182.822.115,94	118.401.394,43	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.271.288.566,15	1.690.411.703,93
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	132.419.798,19	70.969.950,42	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	50.211.313,75	47.240.440,01	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	841.977.420,94	845.344.758,15
Direitos Contratuais a Executar	191.004,00	191.004,00	Obrigações Contratuais a Executar	1.429.311.145,21	845.066.945,78
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	182.822.115,94	118.401.394,43	TOTAL	2.271.288.566,15	1.690.411.703,93

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-112.035.361,90
Recursos Vinculados	-12.220.742,34
Educação	-14.495.482,73
Seguridade Social (Exceto Previdência)	8.387,16
Previdência Social (RPPS)	-
Doações	1.201.968,08
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	227.368.011,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-226.303.626,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	-------------------------------------------

EMISSAO 14/02/2019	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	------------------------------------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
TOTAL	-124.256.104,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.892.701.722,38	5.421.933.298,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	8.389,96	1.457,05
Venda de Mercadorias	-	40,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	8.389,96	1.417,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	267.336.913,93	231.556.100,51
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	100.908,78	486.150,96
Variações Monetárias e Cambiais	255.420.354,33	210.806.479,33
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.815.650,82	20.263.470,22
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.568.681.331,16	5.137.951.304,00
Transferências Intragovernamentais	4.567.698.017,90	5.135.834.344,00
Transferências Intergovernamentais	-	1.756.960,00
Transferências das Instituições Privadas	983.313,26	360.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	56.675.087,33	52.424.436,85
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 14/02/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	56.675.087,33	52.424.436,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.038.140.415,26	5.345.588.890,73
Pessoal e Encargos	72.301.638,91	74.517.052,79
Remuneração a Pessoal	55.590.020,00	56.829.331,95
Encargos Patronais	13.210.002,41	13.832.038,26
Benefícios a Pessoal	3.501.616,50	3.755.746,85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	99.935,73
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.362.034,83	21.480.419,96
Aposentadorias e Reformas	20.799.398,43	19.797.357,61
Pensões	1.548.570,33	1.672.343,95
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.066,07	10.718,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	596.502.390,73	412.158.088,95
Uso de Material de Consumo	226.428,71	251.509,66
Serviços	591.374.773,22	407.151.526,05
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.901.188,80	4.755.053,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	224.986.153,26	185.592.437,70
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	1.661,28
Variações Monetárias e Cambiais	224.982.397,26	185.589.993,29
Descontos Financeiros Concedidos	3.756,00	783,13
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	903.597.403,17	872.929.713,30
Transferências Intragovernamentais	840.294.362,00	790.631.135,90
Transferências Intergovernamentais	63.232.748,46	82.083.419,84
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	70.292,71	215.157,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.103.982,10	2.326.158,77
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	463,31	873,39
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	1.103.518,79	2.325.285,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

EMIÇÃO 14/02/2019	PAGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	------------------------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	386.643,29	377.869,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	377.387,53	375.738,51
Contribuições	9.255,76	2.130,72
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.216.900.168,97	3.776.207.150,03
Premiações	140.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.215.823.039,88	3.775.487.765,46
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	937.129,09	719.384,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-145.438.692,88	76.344.407,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-91.099.790,02	46.484.682,34
INGRESSOS	4.698.793.141,14	5.229.222.028,03
Receitas Derivadas e Originárias	58.623.316,08	60.667.994,59
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	8.732,07	1.457,05
Remuneração das Disponibilidades	11.815.650,82	15.034.684,65
Outras Receitas Derivadas e Originárias	46.798.933,19	45.631.852,89
Transferências Correntes Recebidas	983.313,26	2.116.960,00
Intergovernamentais	-	6.960,00
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	6.960,00
Intragovernamentais	-	1.750.000,00
Outras Transferências Correntes Recebidas	983.313,26	360.000,00
Outros Ingressos das Operações	4.639.186.511,80	5.166.437.073,44
Ingressos Extraorçamentários	2.817.001,54	977.630,53
Passivos Transferidos	0,01	0,01
Transferências Financeiras Recebidas	4.567.698.017,90	5.135.834.344,00
Arrecadação de Outra Unidade	3.117.087,63	-
Ajuste Acumulado de Conversão	50.222.448,50	4.585.830,33
Demais Recebimentos	15.331.956,22	25.039.268,57
DESEMBOLSOS	-4.789.892.931,16	-5.182.737.345,69
Pessoal e Demais Despesas	-3.883.857.106,98	-4.265.720.210,09
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-71.603,20
Defesa Nacional	-	-540.000,00
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.617.890,49	-21.469.701,56
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.850.490.158,75	-4.232.756.219,72
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-7.670.493,55	-2.704.500,00
Ciência e Tecnologia	-	-3.949.850,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
14/02/2019

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Agricultura	-5.072.780,79	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-5.783,40	-4.228.334,87
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-77.766.759,72	-125.414.836,08
Intergovernamentais	-61.456.346,08	-101.849.256,68
A Estados e/ou Distrito Federal	-60.664.346,08	-101.789.856,68
A Municípios	-792.000,00	-59.400,00
Intragovernamentais	-14.534.011,26	-14.357.435,30
Outras Transferências Concedidas	-1.776.402,38	-9.208.144,10
Outros Desembolsos das Operações	-828.269.064,46	-791.602.299,52
Dispêndios Extraorçamentários	-2.829.837,89	-964.794,18
Transferências Financeiras Concedidas	-825.439.226,57	-790.631.135,90
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-6.369,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.333.869,03	-33.582.199,77
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-19.333.869,03	-33.582.199,77
Aquisição de Ativo Não Circulante	-362.269,97	-2.448.356,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-18.971.599,06	-31.133.843,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---------------------------------------------------------

EMIÇÃO 14/02/2019	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	------------------------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-110.433.659,05	12.902.482,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	513.453.008,20	500.550.525,63
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	403.019.349,15	513.453.008,20



Apêndice I

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(c) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(e) Depreciação e amortização

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do Ativo e as taxas utilizadas no cálculo da Depreciação, está baseada na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, a qual fixa prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens. A metodologia utilizada no cálculo da Depreciação nos Bens Móveis está de acordo com a Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A amortização de bens intangíveis ainda não é registrada, pois o sistema informatizado está em fase de estudo para implantação.

1º TRIMESTRE

Balanco Patrimonial

Demais obrigações a curto prazo

Em 31/03/2018, as Demais obrigações a curto prazo apresentaram um acréscimo de 158.185,27% em relação ao mesmo período do ano passado. Tal índice decorreu, principalmente, em virtude de um grande montante de apropriações para pagamento de bolsas de estudo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) no dia 28/03/2018 e cujas ordens bancárias foram emitidas em 05/04/2018.

Fornecedores e contas a pagar

O valor de R\$52.157,91 registrado em Fornecedores e contas a pagar em 31/03/2018, refere-se ao valor apropriado e pago ao fornecedor Gartner do Brasil – Serviços e Pesquisas, em 23/03/2018. Entretanto, o registro permaneceu em virtude do cancelamento da ordem bancária por domicílio bancário inexistente. Após a regularização dos dados bancários, o pagamento foi realizado em 13/04/2018.

Obrigações Contratuais

Em 31/03/2018, a UG 154003 da CAPES (UG do órgão no país) possuía um saldo de R\$ 845 milhões em obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais (UG 154003) – Composição.

R\$ milhares			
OBRIGAÇÕES	31/03/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	16.507.473,81	6.367.406,13	159,25%
Fornecimento de Bens	1.291.288,07	1.291.288,07	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	-	-	-
Serviços	1.557.708.419,60	837.408.251,57	86,02%
Demais			
Total	1.575.507.181,48	845.066.945,77	-86,44%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas a serviços representam a maioria das obrigações assumidas pela CAPES ao final de 31/03/2018, ou seja, 98,87% do total. O percentual de evolução entre os dois períodos (86,02%) é representado pela execução dos serviços efetivamente prestados no decorrer de 2017 e a novas contratações registradas na conta de contratos de serviços até março de 2018.

O valor verificado em Aluguéis é representado, principalmente, pelo registro do contrato de locação do imóvel onde o órgão está sediado, celebrado com a Confederação Nacional do Comércio – CNC – sob contrato nº 06/2009. O acréscimo de 159,25% é representado pelo registro do termo aditivo 11/2017, na ordem de R\$12.626.913,16.

A seguir, segue a tabela relacionando-se os contratados nacionais com valores mais expressivos na data base de 31/03/2018.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais (UG 154003) – Por Contratado

R\$ milhões		
CONTRATADAS	SALDO	A.V%
INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA	27.401.278,32	18,31
AIRES TURISMO LTDA	18.180.019,77	12,15
CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E T	16.271.593,76	10,88
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	15.305.248,17	10,23

DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	7.059.771,52	4,72
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	5.622.470,00	3,76
CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA	5.426.591,34	3,63
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	5.350.833,51	3,58
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	5.208.977,64	3,48
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	4.819.725,02	3,22
TOTAL	110.646.509,05	73,95

Em relação aos contratos vinculados à UG 154004 (UG do órgão no exterior), até o exercício de 2014 não havia registros contábeis para contratos celebrados com entidades estrangeiras. Atualmente, para estas entidades, o valor do saldo do contrato permanece o total contratado e é fruto de análise em virtude do registro indevido de valores em moeda nacional, sendo que na UG 154004 devem ser registrados apenas valores em dólares americanos. Após conclusão dos ajustes, será iniciada a baixa correspondente aos valores já executados.

Balanco Orçamentário

Restos a pagar

Tabela 1 – Composição dos Restos a pagar por grupo de despesa

A tabela abaixo demonstra a composição dos restos a pagar da CAPES por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 90% do saldo inscrito refere-se ao grupo Outras Despesas Correntes.

R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	677.454.964,45	19.841.066,50	14.276.614,31	465.665.289,83	462.619.209,74	220.400.206,91	89,95
INVESTIMENTOS	30.746.061,68	747.015,75	1.366.336,17	5.489.568,63	5.489.568,63	24.637.172,63	10,05
TOTAL	708.201.026,13	20.588.082,25	15.642.950,48	471.154.858,46	468.108.778,37	245.037.379,54	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 2 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Orçamentária

A tabela abaixo demonstra a execução de restos a pagar não processados por unidade orçamentária. A maior parte do saldo refere-se ao custeio do portal de periódicos, de bolsas de estudo e auxílio a pesquisadores da CAPES.

						R\$ milhões
UNIDADE ORÇAMENTARIA	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	697.559.445,97	14.136.063,64	15.098.524,84	469.780.426,51	466.734.346,42	229.862.638,35
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	7.032.985,00	5.599.748,97	140.000,42	1.366.448,55	1.366.448,55	11.126.285,00
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.750.515,20					2.750.515,20
MINISTERIO DA EDUCACAO	528.970,62	303.264,07	3.134,35			829.100,34
MINISTERIO DO TURISMO	320.409,35			5.783,40	5.783,40	314.625,95
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS		149.410,79	61.696,09			87.714,70
MINISTERIO DA DEFESA		60.000,00				60.000,00
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	6.500,00					6.500,00
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES						0,00
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO						0,00
INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS		269.594,78	269.594,78			0,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE		70.000,00	70.000,00			0,00
INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	2.200,00			2.200,00	2.200,00	0,00
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL						0,00
TOTAL	708.201.026,14	20.588.082,25	15.642.950,48	471.154.858,46	468.108.778,37	245.037.379,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Demonstração de Fluxo de Caixa

Remuneração de disponibilidades

A redução de 25,41% no saldo das remunerações de disponibilidades foi representada pela queda dos rendimentos dos recursos financeiros aplicados (fonte 0280) quando comparado ao primeiro trimestre de 2017.

Outras transferências correntes recebidas

Em comparação ao mesmo período de 2017, as Outras transferências correntes recebidas apresentaram um acréscimo de 883.31%. Tal índice ocorreu em virtude da devolução de saldo remanescente referente à 2013PF000065 (Repasse de recurso financeiro referente ao programa UAB) para a Universidade Federal de Santa Maria em 08/01/2013.

2º TRIMESTRE

Balanço Patrimonial

Demais obrigações a curto prazo

Em 30/06/2018, as Demais obrigações a curto prazo apresentaram um acréscimo de 153.396,87% em relação ao mesmo período do ano passado. Tal índice decorreu, principalmente, em virtude de um grande montante de apropriações para pagamento de Auxílio Financeiro a Pesquisadores (Conta 218912300) em junho, cujas ordens bancárias foram emitidas no início de julho.

Fornecedores e contas a pagar

O valor de R\$52.157,91 registrado em Fornecedores e contas a pagar em 30/06/2018, refere-se ao valor apropriado e pago ao fornecedor Gartner do Brasil – Serviços e Pesquisas, em 19/06/2018. Entretanto, o registro permaneceu em virtude do cancelamento da ordem bancária por domicílio bancário inexistente, e continuou pendente de pagamento tendo em vista que o fornecedor não repassou os dados bancários atualizados.

Obrigações Contratuais

Em 30/06/2018, a CAPES possuía um saldo de R\$ 1.269 milhões em obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais (órgão 26291) – Composição.

OBRIGAÇÕES	R\$ milhares		
	JUN/2018	DEZ2017	A.H %
Aluguéis	13.691.843,62	6.367.406,13	115,03
Fornecimento de Bens	1.324.888,07	1.291.288,07	2,60
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	-	-	-
Serviços	1.254.366.935,90	837.408.251,57	49,79
Demais			
Total	1.269.383.667,59	845.066.945,77	50,21

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas a serviços representam a maioria das obrigações assumidas pela CAPES ao final de 30/06/2018, ou seja, 98,80% do total. O percentual de evolução entre os dois períodos (86,02%) é representado pela execução dos serviços efetivamente prestados no decorrer de 2017 e a novas contratações registradas na conta de contratos de serviços até março de 2018.

O valor verificado em Aluguéis é representado, principalmente, pelo registro do contrato de locação do imóvel onde o órgão está sediado, celebrado com a Confederação Nacional do Comércio – CNC – sob contrato nº 06/2009. O acréscimo de 115,03% é representado pelo registro do termo aditivo 11/2017.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais (UG 154003) – Por Contratado

A seguir, segue a tabela relacionando-se os contratados nacionais com valores mais expressivos na data base de 30/06/2018, Unidade Gestora 154003.

CONTRATADA	R\$ milhões	
	SALDO	A.V %
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	62.979.318,26	28,49
CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESP LTDA	26.125.256,60	11,82

INDRA BRASIL SOLUCOES E SERV TECNOLOGICOS SA	24.493.645,10	11,08
CENGAGE LEARNING EDICOES LTDA.	19.491.115,04	8,82
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	14.692.438,44	6,65
CONFEDERACAO NAC DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS	13.039.078,94	5,90
RSI INFORMATICA LTDA.	6.088.971,98	2,75
SERVICO NA DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	5.622.470,00	2,54
DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	4.547.241,03	2,06
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	4.115.536,59	1,86
TOTAL	181.195.071,98	81,96

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais (UG 154004) – Por Contratado

A seguir, segue a tabela relacionando-se os contratados nacionais com valores mais expressivos na data base de 30/06/2018, Unidade Gestora 154004.

CONTRATADA	SALDO	A.V %
GEORGE CADISH	286.455.164,12	27,35
DOT LIB INFORMATION LLC	189.814.206,46	18,12
CAROLINA DEL C SAIZ	165.044.971,86	15,76
SPRINGER CUSTOMER SERVICE LLC	121.997.026,75	11,65
WILEY SUBSCRIPTION SERVICES, INC.	38.560.636,98	3,68
PASCO SCIENTIFIC	37.926.934,09	3,62
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA	31.254.131,57	2,98
DORA RUTH DEL VALLE COBAR	25.613.069,18	2,45
OVID COLLECTIONS	20.935.435,79	2,00
EBSCO INTERNATIONAL, INC.	19.055.501,48	1,82
TOTAL	936.657.078,29	89,43

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Balanço Orçamentário

4.1 – Restos a pagar

Tabela 1 – Composição dos Restos a pagar por grupo de despesa

A tabela abaixo demonstra a composição dos restos a pagar da CAPES por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 90% do saldo inscrito refere-se ao grupo Outras Despesas Correntes.

R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	718.959.568,00	20.162.669,63	16.143.745,49	555.306.188,12	555.306.188,12	167.672.304,03	89,98
INVESTIMENTOS	30.746.061,68	747.015,75	1.366.336,17	11.451.107,86	11.451.107,86	18.675.633,40	10,02
TOTAL	749.705.629,68	20.909.685,38	17.510.081,66	566.757.295,98	566.757.295,98	186.347.937,43	100

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Tabela 2 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Orçamentária

A tabela abaixo demonstra a execução de restos a pagar não processados por unidade orçamentária. A maior parte do saldo refere-se ao custeio do portal de periódicos, de bolsas de estudo e auxílio a pesquisadores da CAPES.

R\$ milhões

UNIDADE ORÇAMENTARIA	INSCRITOS	REINCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	738.588.707,51	14.457.666,77	16.665.526,30	562.105.536,03	174.275.311,95
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	7.032.985,00	5.599.748,97	140.000,42	4.639.676,55	7.853.057,00
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3.190.756,51	0,00	0,00	0,00	3.190.756,51
MINISTERIO DA EDUCACAO	528.970,62	303.264,07	303.264,07	0,00	528.970,62
MINISTERIO DO TURISMO	355.510,04	0,00	0,00	5.783,40	349.726,64
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0,00	149.410,79	61.696,09	0,00	87.714,70
MINISTERIO DA DEFESA	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	6.500,00	0,00	0,00	4.100,00	2.400,00
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLÓGICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS	0,00	269.594,78	269.594,78	0,00	0,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Demonstração de Fluxo de Caixa

Remuneração de disponibilidades

A redução de 27% no saldo das remunerações de disponibilidades foi representada pela não mais aplicação de recursos próprios (fonte 0250) desde 2016 com base no Ofício-Circular nº 32/2015-GAB/SPO/SE/MEC, que determina que somente poderá efetuar a aplicação de recursos (de qualquer natureza) na Conta única do Tesouro Nacional o órgão que detenha autorização legislativa. Outro fator que colaborou para a redução foram os eventuais resgates de rendimentos para realização de pagamentos.

Outras transferências correntes recebidas

Em comparação ao mesmo período de 2017, as Outras transferências correntes recebidas apresentaram um acréscimo de 883.31%. Tal índice ocorreu em virtude da devolução de saldo remanescente referente à 2013PF000065 (Repasse de recurso financeiro referente ao programa UAB) para a Universidade Federal de Santa Maria em 08/01/2013.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Transferências e Delegações Recebidas

A maior parte da variação negativa de 32,33% corresponde à redução, em 2018, dos recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras (Repasses) da UG 150014 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (MEC).

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

A variação negativa de 31,38% corresponde à redução dos recursos destinados ao pagamento de bolsas de estudos no país.

3º TRIMESTRE

Balanço Patrimonial

Demais obrigações a curto prazo

Em 30/09/2018, as Demais obrigações a curto prazo apresentaram um decréscimo de 79,50% em relação a 31/12/2017, quando a conta registrou o total de R\$ 12.836,65 (devolução de recurso via OBTIV da Universidade Estadual de Ponta Grossa). Tal índice decorreu, principalmente, em virtude de uma devolução de recurso no mês de setembro, no valor de R\$2.200,00, e uma diária a pagar, no valor de R\$431,30, totalizando o registro de R\$2.631,30 em Demais Obrigações a Curto Prazo.

Demais créditos e valores a curto prazo

Em 30/09/2018, a conta Demais créditos e valores a curto prazo apresentava um total de R\$9.805.210,41, ou seja, um acréscimo de 67% em relação a 31/12/2017, momento em que a conta registrou o montante de R\$ 5.881.939,29. O percentual é representado pela inscrição de ex-beneficiários de bolsas na conta Diversos Responsáveis em virtude de descumprimento do termo de compromisso e recebimento indevido sem ressarcimento.

Obrigações Contratuais

Em 30/09/2018, a CAPES possuía um saldo de R\$ 1.269 milhões em obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais (órgão 26291) – Composição.

R\$ milhares

OBRIGAÇÕES	SET/2018	DEZ2017	A.H %
Aluguéis	13.691.843,62	6.367.406,13	115,03
Fornecimento de Bens	1.324.888,07	1.291.288,07	2,60
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	-	-	-
Serviços	1.254.366.935,90	837.408.251,57	49,79
Demais			
Total	1.269.383.667,59	845.066.945,77	50,21

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas a serviços representam a maioria das obrigações assumidas pela CAPES ao final de 30/06/2018, ou seja, 98,80% do total. O percentual de evolução entre os dois períodos (86,02%) é representado pela execução dos serviços efetivamente prestados no decorrer de 2017 e a novas contratações registradas na conta de contratos de serviços até março de 2018.

O valor verificado em Aluguéis é representado, principalmente, pelo registro do contrato de locação do imóvel onde o órgão está sediado, celebrado com a Confederação Nacional do Comércio – CNC – sob contrato nº 06/2009. O acréscimo de 115,03% é representado pelo registro do termo aditivo 11/2017.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais (UG 154003) – Por Contratado

A seguir, segue a tabela relacionando-se os contratados nacionais com valores mais expressivos na data base de 30/09/2018, Unidade Gestora 154003.

R\$ milhões

CONTRATADA	SALDO	A.V %
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	62.979.318,26	28,49
CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESP LTDA	26.125.256,60	11,82
INDRA BRASIL SOLUCOES E SERV TECNOLOGICOS SA	24.493.645,10	11,08
CENGAGE LEARNING EDICOES LTDA.	19.491.115,04	8,82
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	14.692.438,44	6,65
CONFEDERACAO NAC DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS	13.039.078,94	5,90
RSI INFORMATICA LTDA.	6.088.971,98	2,75

SERVICO NA DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	5.622.470,00	2,54
DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	4.547.241,03	2,06
ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	4.115.536,59	1,86
TOTAL	181.195.071,98	81,96

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais (UG 154004) – Por Contratado

A seguir, segue a tabela relacionando-se os contratados nacionais com valores mais expressivos na data base de 30/09/2018, Unidade Gestora 154004.

CONTRATADA	SALDO	A.V %
GEORGE CADISH	286.455.164,12	27,35
DOT LIB INFORMATION LLC	189.814.206,46	18,12
CAROLINA DEL C SAIZ	165.044.971,86	15,76
SPRINGER CUSTOMER SERVICE LLC	121.997.026,75	11,65
WILEY SUBSCRIPTION SERVICES, INC.	38.560.636,98	3,68
PASCO SCIENTIFIC	37.926.934,09	3,62
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA	31.254.131,57	2,98
DORA RUTH DEL VALLE COBAR	25.613.069,18	2,45
OVID COLLECTIONS	20.935.435,79	2,00
EBSCO INTERNATIONAL, INC.	19.055.501,48	1,82
TOTAL	936.657.078,29	89,43

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

4 - Balanço Orçamentário

4.1 – Restos a pagar

Tabela 1 – Composição dos Restos a pagar por grupo de despesa

A tabela abaixo demonstra a composição dos restos a pagar da CAPES por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 86% do saldo inscrito refere-se ao grupo Outras Despesas Correntes.

R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	730.513.763,09	20.252.198,62	16.342.652,10	647.162.596,97	647.162.596,97	87.260.712,63	85,95
INVESTIMENTOS	30.746.061,68	747.015,75	1.366.336,17	15.867.304,55	15.867.304,55	14.259.436,71	14,05

TOTAL	761.259.824,77	20.999.214,37	17.708.988,27	663.029.901,52	663.029.901,52	101.520.149,34	100,00
-------	----------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------	--------

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 2 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Orçamentária

A tabela abaixo demonstra a execução de restos a pagar não processados por unidade orçamentária. A maior parte do saldo refere-se ao custeio do portal de periódicos, de bolsas de estudo e auxílio a pesquisadores da CAPES.

R\$ milhões

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	750.010.575,24	14.547.195,76	16.864.432,91	654.591.117,16	654.591.117,16	93.102.220,93
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	7.032.985,00	5.599.748,97	140.000,42	4.997.278,55	4.997.278,55	7.495.455,00
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3.313.312,41			3313312,413	3.313.312,41	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	528.970,62	303.264,07	303.264,07	113.710,00	113.710,00	415.260,62
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	6.500,00			6.500,00	6.500,00	0,00
MINISTERIO DO TURISMO	365.281,50			5.783,40	5.783,40	359.498,10
INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	2.200,00			2.200,00	2.200,00	0,00
MINISTERIO DA DEFESA		60.000,00				
INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS		269.594,78	269.594,78			
FUNDO NACIONAL DE SAUDE		70.000,00	70.000,00			
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS		149.410,79	61.696,09			

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

4º TRIMESTRE

Fornecedores e contas a pagar

A CAPES adota o procedimento de apropriação na ocasião do pagamento. Dessa forma, as contas de fornecedores e contas a pagar a curto e longo prazo possuem caráter transitório, não apresentando saldos para fins de nota explicativa.

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, a CAPES possuía um saldo de 1.429.311.145,20 milhões em obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no (s) próximo (s) exercício (s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais (UG'S 154003 e 154004) – Composição.

R\$ milhares

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	Dez/2018	Dez/2017	A.H%
Aluguéis	7.586.643,72	6.367.406,13	19,15
Fornecimento de Bens	5.987.231,07	1.291.288,07	363,66
Serviços	1.415.737.270,41	837.408.251,57	69,06
Total	1.429.311.145,20	845.066.945,77	69,14

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais (UG 154003) – Por Contratado

R\$ milhões

CONTRATADA	SALDO	A. V. %
VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	42.660.878,21	17,59
INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA	37.881.558,43	15,62
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	22.273.974,76	9,19
CENGAGE LEARNING EDICOES LTDA.	19.491.115,04	8,04

CIDADE SERVICOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA	14.998.201,46	6,19
DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA EIRELI	9.780.934,01	4,03
INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA	9.044.000,00	3,73
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	8.832.200,64	3,64
ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	7.341.993,00	3,03
CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E T	7.180.341,62	2,96
TOTAL	179.485.197,17	74,02

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

A seguir a tabela relacionando os contratados internacionais com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais (UG 154004) – Por Contratado

CONTRATADA	SALDO	A.V%
GEORGE CADISH	215.750.212,35	18,19
DOT LIB INFORMATION LLC	193.119.150,91	16,29
CAROLINA DEL C SAIZ	165.858.254,31	13,99
SPRINGER CUSTOMER SERVICE LLC	98.078.547,49	8,27
SPRINGER CUSTOMER SERVICE CENTER, LCC	56.353.522,56	4,75
PASCO SCIENTIFIC	38.113.824,43	3,21
WILEY SUBSCRIPTION SERVICES, INC.	37.757.732,48	3,18
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA	31.408.140,73	2,65
BEGELL HOUSE INC	25.480.452,31	2,15
OVID COLLECTIONS	21.038.598,12	1,77
TOTAL	882.958.435,67	74,46

Restos a Pagar

Tabela 1 – Composição dos Restos a pagar por grupo de despesa

A tabela abaixo demonstra a composição dos restos a pagar da CAPES por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 66% do saldo inscrito refere-se ao grupo Outras Despesas Correntes.

R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	740.616.030,73	18.652.107,23	701.838.922,94	701.838.922,94	20.125.000,56	66,39
INVESTIMENTOS	31.493.077,43	1.366.336,17	19.939.723,55	19.939.723,55	10.187.017,71	33,61
TOTAL	772.109.108,16	20.018.443,40	721.778.646,49	721.778.646,49	30.312.018,27	100

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Tabela 2 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Orçamentária

A tabela abaixo demonstra a execução de restos a pagar não processados por unidade orçamentária. A maior parte do saldo refere-se ao custeio do portal de periódicos, de bolsas de estudo e auxílio a pesquisadores da CAPES.

R\$ milhões					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	INSCRITOS	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	SALDO
FUND.COORD.DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR	754.523.190,87	17.086.571,30	709.623.981,54	709.623.981,54	27.812.638,03
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	12.632.733,97	1.724.255,42	8.760.078,55	8.760.078,55	2.148.400,00
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	3.206.479,42		3.206.479,42	3.206.479,42	0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	832.234,69	658.611,11	173.623,58	173.623,58	0,00
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	6.500,00		6.500,00	6.500,00	0,00
MINISTERIO DO TURISMO	356.763,64		5.783,40	5.783,40	350.980,24
INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	2.200,00		2.200,00	2.200,00	0,00
MINIST.DA CIENCIA, TECNOL.INOV.E COMUNICACOES	-				0,00
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLÓGICO	-				0,00
INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS	269.594,78	269.594,78			0,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	70.000,00	70.000,00			0,00
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	149.410,79	149.410,79			0,00
MINISTERIO DA	60.000,00	60.000,00			0,00

DEFESA					
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	-				0,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2018.

Diversos responsáveis

Em decorrência da Portaria da CGU nº 807/2013, é necessário apurar a as irregularidades praticadas por bolsistas ou pesquisadores. Nesse sentido, a Coordenação de Contabilidade (CCONT) acompanha pagamentos mensais efetuados por ex-bolsistas, conforme estipula o Termo de Confissão de Dívida (TCD). No TCD, há a previsão de correção monetária das parcelas mensais pelo IPCA/IBGE, conforme Cláusula Quarta, alínea “c”, cujos valores são devidamente registrados no SIAFI.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO PLENA


FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativas ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2019.


Tiago Schlickmann
CRC nº SC-030103/ O-6-T



Apêndice II

Contratações mais relevantes de recursos de TIC

NÚMERO CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA	VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA
Processo SEI 23038.017571/2017-16 Contrato n.º 106/2018 Data de Início do planejamento da contratação: 02/10/2017 Data Final: 16/11/2018	ARVVO	Contratação de serviços de Solução Proteção de Rede com características de Next Generation Firewall (NGFW).	Atualizar a solução em operação na CAPES; proteger a rede de dados da CAPES; rápida resposta a falhas; redução de riscos institucionais; atualização tecnológica de dispositivos e mecanismos de segurança; aumento dos níveis de segurança; uso racional de recursos técnicos; promover a alta disponibilidade e performance da rede; aumentar a eficiência no monitoramento de eventos de segurança.	OB5 - Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação. N9 - Modernizar os recursos e a infraestrutura de TIC.
Processo SEI 23038.015117/2018-01 Contrato 108/2018 Data de Início do planejamento da contratação: 26/09/2018 Data final: 21/11/2018 – assinatura do contrato	TORINO	Fornecimento de conjunto de microcomputadores, incluindo prestação de assistência técnica do tipo "on-site" para os produtos adquiridos por meio da Ata de Registro de Preços nº 112/2018.	Fornecer recursos de TIC para a CAPES; reduzir custos de manutenção; otimizar tarefas com recursos avançados, reduzindo tempo de resposta às demandas; atualizar o parque tecnológico; melhor eficiência pelo uso racional de recursos de TIC.	OB5 - Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação. N1 - Implementação de soluções tecnológicas de sustentação e continuidade para a execução dos programas finalísticos da CAPES. N2 - Provimento de soluções tecnológicas para a execução dos programas finalísticos da CAPES. N9 - Modernizar os recursos e a infraestrutura de TIC.
Processo SEI: 23038.01757/2017-16 Contrato 116/2018 Data de Início do planejamento da contratação: 25/05/2017 Data Final: 04/12/2018 Assinatura do contrato	ALGAR	Contratação de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC), mediante avaliação de resultados, conforme especificações no TR.	Manter a conformidade com estratégias e determinações da APF; manter a aderência ao PDTIC; mensurar processos de gerenciamento da infraestrutura e serviços de TIC; elevar a qualidade e gerenciamento da infraestrutura e serviços de TIC; diminuir impactos na gestão de mudanças; reduzir indisponibilidade de recursos e sistemas de TIC; monitoração contínua e efetiva da infraestrutura e serviços de TIC; aumentar o grau de satisfação dos usuários; definir controles e atribuições de níveis mínimos de serviços para a operação de TIC.	OB5 - Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação. N10 - Prover a sustentação e a continuidade dos serviços e infraestrutura e segurança de TIC.

<p>Processo SEI: 23038.012828/2018-16 Contrato 126/2018</p> <p>Data de início do planejamento da contratação: 20/08/2018</p> <p>Data Final: Assinatura do contrato: 27/12/2018</p>	RNP	<p>Serviços de tecnologia da informação e comunicação para integração, sustentação, evolução e suporte de soluções tecnológicas e ferramentas de apoio à Diretoria de Relações Internacionais DRI, objetivando a implementação de módulo específico voltado para o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), inclusive com implantação de ferramentas indexadoras e classificatórias que permitam a análise de qualidade de dados estatísticos.</p>	<p>Prover novas tecnologias para acompanhar a utilização do fomento pelas IES, bolsistas, coordenadores de projetos e parceiros internacionais; ampliar a utilização de serviços de comunicação e implantar novas soluções de interação online; implementar serviços de análise e disseminação de dados dos planos de internacionalização; incrementar análise e disseminação de dados em programas finalísticos; aperfeiçoar ambientes experimentais de alta disponibilidade.</p>	<p>OB2 - Ampliar a transparência, otimizando a confiabilidade dos dados e a gestão e a integração de informações.</p> <p>OB3 - Unificar e integrar sistemas com objetivo de padronizar e otimizar processos finalísticos.</p> <p>OB6 - Desenvolver e sustentar os sistemas com qualidade e inovação.</p> <p>N4 - Integrar os dados da CAPES com dados de outros órgãos.</p> <p>N3 - Aprimorar a governança, a gestão e a disseminação das informações na CAPES.</p> <p>N6 - Desenvolver interface única para os sistemas que contemple todas as etapas dos programas finalísticos da CAPES.</p> <p>N7 - Integrar os sistemas da CAPES.</p> <p>N12 - Atender às necessidades da CAPES de sistematização de processos por meio do desenvolvimento de sistemas.</p> <p>N13 - Intensificar o desenvolvimento de aplicativos móveis e inteligentes para os sistemas da CAPES.</p> <p>N14 - Desenvolver e implementar novas funcionalidades nos sistemas da CAPES.</p> <p>N15 - Atender a determinações e conformidades governamentais.</p> <p>N16 - Realizar manutenção contínua dos sistemas e aplicações da CAPES.</p>
<p>Processo SEI 23038.012792/2017-90 Contrato nº 95/2018</p> <p>Data de Início do planejamento da contratação: 17/11/2017</p> <p>Data Final: 11/10/2018</p>	INTELIT Processos Inteligentes Ltda	<p>Contratação de empresa especializada no fornecimento de <i>appliance</i> de banco de dados na modalidade subscrição para ampliação da base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de aquisição da solução <i>Oracle Exadata Cloud at Customer</i>.</p> <p><i>Itens de 1 a 5:</i></p> <p>Subscrição Oracle Database Exadata Cloud at Customer X7</p>	<p>Permanente aperfeiçoamento dos processos de disponibilização das informações das bases de dados da Capes;</p> <p>Implantação sistemas informatizados na Capes;</p> <p>Integração e disponibilização de dados internos e externos para análise, tomada de decisões e busca de conhecimentos.</p>	<p>A16 - Atender as demandas e as necessidades dos usuários da CAPES, de forma proativa, oferecendo infraestrutura tecnológica adequada;</p> <p>OB5 - Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação;</p> <p>N9 - Modernizar os recursos e a infraestrutura de TIC;</p> <p>A61 - Realizar as aquisições de bens e contratações de serviços de TIC necessários para manter os serviços existentes e para prover novos serviços aos usuários;</p> <p>OB9 - Otimizar a gestão orçamentária e a gestão da contratação de TIC;</p> <p>N21 - Implementar o Plano de Contratações de TIC</p>



		<p>- Base System - 16 OCPU e pré-requisitos (OCM) com serviço de energização, instalação, configuração.</p> <p>Subscrição de Conjunto de 2 OCPUs adicionais para Oracle Database Exadata Cloud at Customer X7</p> <p>Subscrição mensal de conjunto adicional de processamento e armazenamento para Appliance OCM Oracle Public Cloud Machine X6 Compute - Non-metered (3 und.)</p> <p>Subscrição mensal de conjunto adicional de processamento e armazenamento para Appliance OCM - Oracle Public Cloud Machine X6 Object Storage - Nonmetered (1 und.)</p> <p>Serviço de migração da primeira base de dados.</p>		(PCTIC).
<p>Processo SEI 23038.012792/2017-90</p> <p>Contrato nº 100/2018</p> <p>Data de Início do planejamento da contratação: 17/11/2017</p> <p>Data Final: 11/10/2018</p>	INTELIT Processos Inteligentes Ltda	<p>Contratação de empresa especializada no fornecimento de <i>appliance</i> de banco de dados na modalidade subscrição para ampliação da base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de aquisição da solução <i>Oracle Exadata Cloud at Customer</i> (Serviço de Operação Assistida) Item 6 do edital - Serviço de Operação Assistida (por 12 meses)</p>	<p>Permanente aperfeiçoamento dos processos de disponibilização das informações das bases de dados da Capes;</p> <p>Implantação sistemas informatizados na Capes;</p> <p>Integração e disponibilização de dados internos e externos para análise, tomada de decisões e busca de conhecimentos.</p>	<p>A16 - Atender as demandas e as necessidades dos usuários da CAPES, de forma proativa, oferecendo infraestrutura tecnológica adequada;</p> <p>OB5 - Prover infraestrutura e serviços de TIC com otimização e inovação;</p> <p>N9 - Modernizar os recursos e a infraestrutura de TIC;</p> <p>A61 - Realizar as aquisições de bens e contratações de serviços de TIC necessários para manter os serviços existentes e para prover novos serviços aos usuários;</p> <p>OB9 – Otimizar a gestão orçamentária e a gestão da contratação de TIC;</p> <p>N21 - Implementar o Plano de Contratações de TIC (PCTIC).</p>



Apêndice III

Declaração de Integridade

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Diretoria-Executiva da CAPES, nos termos do art. 5º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, reconhece sua responsabilidade acerca da integridade deste relatório integrado de gestão, referente ao exercício 2018.

Também reconhece esta Diretoria-Executiva a aplicação, por ocasião da elaboração do presente relatório, o pensamento coletivo desta Instituição.

Informamos, ainda, que, por ocasião da elaboração do presente relatório, a CAPES observou integralmente as orientações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no que diz respeito a estrutura do relato integrado.

Considerando o ineditismo da composição deste relatório de gestão conforme a estrutura proposta pelo International Integrates Reporting Council – IIRC, avaliamos que, num prazo de dois anos, a CAPES deverá consolidar o seu pensamento coletivo, de modo que os futuros relatos integrados possam refletir a supracitada estrutura do IIRC, adotada pela Egrégia Corte de Contas, a partir de 2018.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Diretoria-Executiva da CAPES, nos termos do art. 5º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, reconhece sua responsabilidade acerca da integridade deste relatório integrado de gestão, referente ao exercício 2018.

Também reconhece esta Diretoria-Executiva a aplicação, por ocasião da elaboração do presente relatório, o pensamento coletivo desta Instituição.

Informamos, ainda, que, por ocasião da elaboração do presente relatório, a CAPES observou integralmente as orientações exaradas pelo Tribunal de Contas da União no que diz respeito a estrutura do relato integrado.

Considerando o ineditismo da composição deste relatório de gestão conforme a estrutura proposta pelo International Integrates Reporting Council – IIRC, avaliamos que, num prazo de dois anos, a CAPES deverá consolidar o seu pensamento coletivo, de modo que os futuros relatos integrados possam refletir a supracitada estrutura do IIRC, adotada pela Egrégia Corte de Contas, a partir de 2018.